



**Alho
INDO ATRÁS
DAS EXIGÊNCIAS
DO MERCADO**

— Página 18 —

**Enquadramento
NESTA BRIGA
QUEM PERDE
É O PRODUTOR**

— Página 4 —

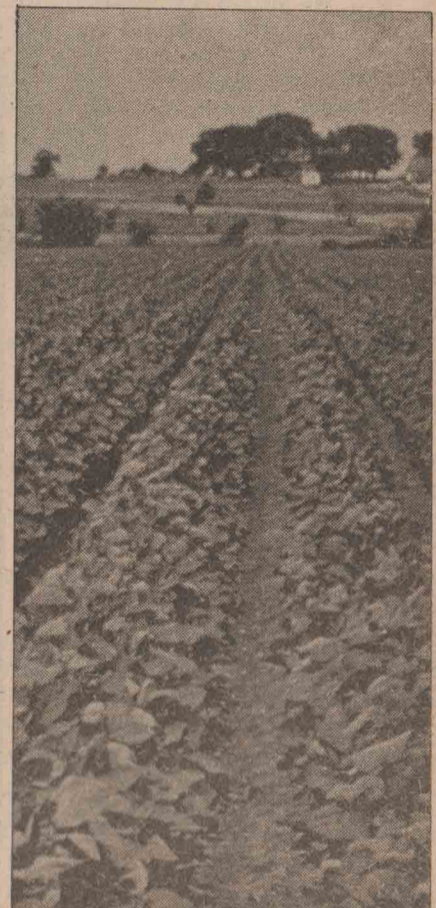
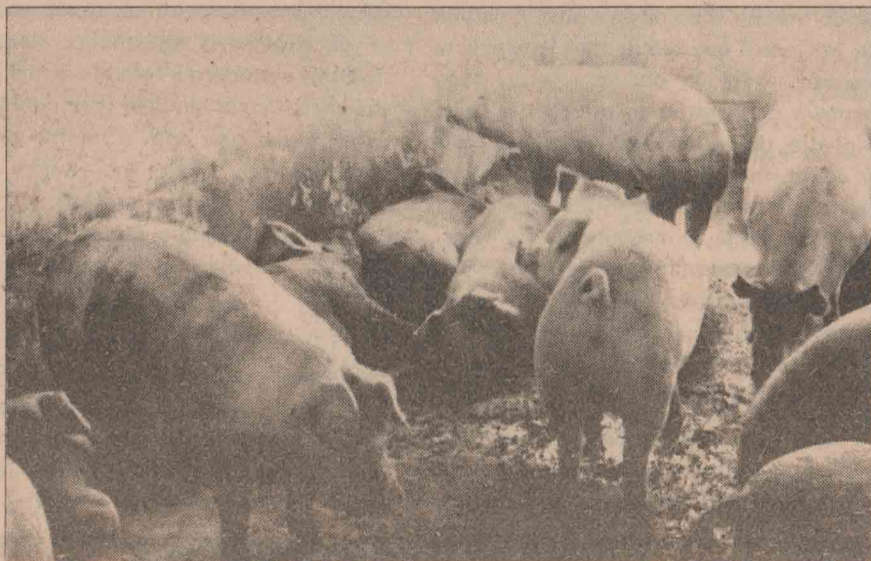
**Repasse
QUEM GANHA
COM ESTE
SERVIÇO?**

— Página 8 —

O PORCO NUMA BAITA ENRASCADA

Os produtores se movimentam para acabar com a maior crise que já conheceram.

— Página 13 —



**A SOJA
PODE FICAR
SEM ADUBO?**

— Página 6 —

**ATRASSO
NAS CONTAS
DÁ JURO
MAIS ALTO**

— Última página —

**DOM PEDRITO
QUER ENTRAR
NO LEITE**

— Página 10 —

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre — Caixa Postal 111
IJUI — RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva
Presidente:
Ruben Ilgenfritz da Silva
Vice-Presidente:
Arnaldo Oscar Drews
Superintendente:
Clóvis Adriano Farina
Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Luis
Régis do Amaral, Werner Ervin Wag-
ner, Eduardo Augusto de Menezes,
Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto,
Bruno Eisele.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Erni Schünemann,
Egon Eickoff, Telmo Rovero Ross,
Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dair Fischer, Eloy Milton Frantz, Ál-
varo Darci Contri.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Avelino Righi.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brillhante	84.000 t
Dourados	29.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Correspondente no MS:
Lorena Ely Fischer

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e
impresso no Jornal do Comércio,
Porto Alegre.

Ao leitor

Com o que ganha por um quilo de porco, o cria-
dor deve poder comprar 8 quilos de milho. Apenas as-
sim, nesta proporção, é possível imaginar que a suino-
cultura leve algum dinheiro para dentro de casa. No
mínimo, mas no mínimo mesmo, o quilo do porco
deve valer 10 por cento do preço do saco de milho. Só
que nos preços de hoje — o ganho pelo criador ao ven-
der seu porco e o que custa para produzir ou comprar
o milho — a relação fica em um quilo de porco por
menos de 4 quilos de milho.

Por isto aí já dá para sentir que os criadores de
porco estão metidos numa grande enrascada. O cálculo
aproximado é que se está perdendo Cr\$ 20,00 em cada
quilo de porco que se engorda para levar ao abate. Dá
nada mais, nada menos, do que Cr\$ 2.000,00 em cada
porco que alcance 100 quilos de peso vivo.

Hoje se vive uma crise como nunca se viu na sui-
nocultura. As razões da crise e a situação do produtor
estão contadas a partir da página 13. Também falamos
um pouco do que pode acontecer com a entrada da
Cooperativa no recebimento dos suínos. Confira.

O medo dos financiamentos caros fez com que al-
guns produtores aproveitassem este ano uma nova faixa
de custeio para o plantio da lavoura de soja através do
repasso. Não fazer a lavoura sem usar adubo. Experiên-
cia no assunto não falta para alguns deles. E tem até
quem conte: enquanto os vizinhos fizeram Proagro, so-
brou dinheiro da soja. Está certo que isto foi o resulta-
do conseguido em anos de seca, quando quem menos
investiu na lavoura foi quem mais dinheiro ganhou. E
este ano, como é que fica? Mesmo torcendo para que
não falte chuva, um dos associados com quem conver-
samos pensa que a época de trabalhar prá pagar o
adubo já passou. Veja na página 6.

Do leitor

DOCUMENTAÇÃO

A Sociedade Nacional de Agricultura,
entidade sem fins lucrativos, fundada
em 1897, visa atender a produtores rurais,
e ao público interessado nos problemas
do setor agropecuário. Para isto, conta-
mos com a biblioteca sediada neste mes-
mo endereço, e aberta ao público. Esta-
mos implantando um arquivo de docu-
mentação, que pretende reunir os princi-
pais informativos que de algum modo en-
foquem o setor agropecuário. Desta for-
ma, solicitamos uma assinatura gratuita
do Cotrijornal.

Sylvia Maria da Franca,
bibliotecária-chefe da Sociedade
Nacional de Agricultura
Rio de Janeiro

MUITA VALIA

Estando em Ijuí no início de outu-
bro, por acaso tive a oportunidade de ler
o Cotrijornal. Como filho de agricultor e
sendo mesmo filho de agricultor e natural
de Ijuí, senti que são de meu interesse os
assuntos tratados por este jornal. Sou
também cooperativista, integrante, como
suplente, do conselho fiscal da Cooperati-
va Mista Rondon. Seria de muita valia pa-
ra mim e também para meus colegas do
conselho fiscal, o recebimento do jornal.
Solicito uma assinatura, para que nós pos-
samos tirar proveito dos assuntos gerais
tratados pelo jornal.

Adolfo Miguel Belmonte
Marechal Cândido Rondon — Paraná

ESTUDOS

Somos alunos do mestrado de Direi-
to, da Universidade Federal de Santa Ca-

Uma alteração na cobrança dos juros de mora dos
financiamentos agrícolas passou despercebida para
muita gente. Agora, quem atrasar o pagamento das par-
celas de suas dívidas vai pagar um juro de mora que
chega a 50 por cento sobre o saldo devedor. Para quem
vinha pagando 1 por cento, a mudança é muito grande.
Veja na última página porque um produtor chega a di-
zer que "este juro vai comer e dormir junto a gente".

Outra matéria na área de crédito apresenta uma
discussão sobre o repasse dos financiamentos agrícolas
que é feito pelas cooperativas para seus associados. Que
este sistema facilita em muito o acesso do pequeno
produtor ao crédito rural é uma coisa indiscutível. Os
próprios números comprovam isto: anualmente, as coo-
perativas gaúchas fazem 112 mil contratos com seus as-
sociados. Para fazer este mesmo serviço, o Banco do
Brasil precisaria abrir 120 novas agências ou pelo me-
nos 300 postos avançados de crédito rural pelo interior
do Rio Grande do Sul. O caso é que as cooperativas ga-
nham muito pouco do banco para fazer todo este tra-
balho, isto sem contar as confusões que aparecem na
hora de liberar os recursos para os produtores. O assun-
to repasse também levanta outra discussão entre os
associados: será que não está na hora de se parar de
pegar dinheiro emprestado? Veja na página 8.

Crédito também foi o principal assunto do encon-
tro do ministro da Agricultura, Angelo Amaury Stábi-
le, com os produtores do Mato Grosso do Sul. Ele
aconteceu durante a visita da Caravana da Produção à
Maracaju. Na página 11 apresentamos as reivindicações
dos produtores ao ministro e as razões que justificam
seu pedido de um tratamento diferente para o Estado.

tarina. Vamos elaborar nossa dissertação
em torno do direito agrário. Tivemos con-
tato com este jornal através de uma
ijuiense que estuda aqui. Gostaríamos de
receber uma assinatura, já que gostamos
muito das matérias neles contidas, e que
poderão nos servir de material para estu-
dios.

Rosângela Cavallazzi da Silva e
Dupuy Antônio Cortês
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis — SC

CONFIANÇA

Casualmente obtive um dia um
exemplar deste jornal, que relata as notí-
cias de uma verdadeira cooperativa. Sen-
do eu dotado de uma grande confiança no
cooperativismo, como meio de minimizar
os custos e maximizar os lucros do peque-
no e do médio agricultor, não poderia dei-
xar passar esta oportunidade de, pelo me-
nos, tentar obter regularmente as edições
deste maravilhoso jornal. Como estudan-
te de engenharia agrônoma (sexto se-
mestre), considero o referido jornal de su-
ma importância também para minha vida
profissional, pois com o mesmo poderei
conseguir informações sobre vários assun-
tos relacionados com a profissão.

Avelino Egídio Taques Filho
Cuiabá — Mato Grosso

PROFESSORA

Tomei conhecimento do Cotrijornal,
através de uma colega do INCRA de
São Paulo. Achei o jornal excelente e
gostaria de ser contemplada com uma as-
sinatura. Sou professora na área de edu-
cação, da Faculdade de Filosofia, Ciên-

cias e Letras de Araraquara (São Paulo),
e esse jornal seria uma grande fonte de in-
formação cooperativista, assunto que
sempre acompanho com interesse.

Marlene de Lurdes Capaldo
Araraquara — São Paulo

INTERCÂMBIO

Sou agrônomo e trabalho na região
sul. Inclusive sou responsável por uma la-
voura de alho em Santa Vitória do Pal-
mar. Lendo o último número do Cotrijornal,
fiquei sabendo que há interesse, por
parte da cooperativa, em adquirir a pro-
dução, e quem sabe não poderíamos en-
trar em negociação. Poderíamos também
trocar idéias com o pessoal da assistência
técnica, porque estou desenvolvendo um
trabalho de divulgação desse cultivo em
nossa região. Tenho uma coleção de slides
e apostilas para distribuir e palestrar com
os agricultores, tentando convencer o pes-
soal a cultivar alho, que apresenta boas
perspectivas. Além disso, estou trabalhan-
do com biodigestores a nível de pequenas
propriedades, que pode ser uma perspecti-
va de melhoria, considerando a economia
de gás e o aproveitamento do biofertilizante.
Devo esclarecer que, na minha opi-
nião, todos os órgãos que lidam com a
agricultura, entidades de assistência técni-
ca, bancos, cooperativas, empresas rurais,
devem se unir para enfrentar os diversos
problemas que se avizinham, com a escas-
sez do petróleo, porque esta é uma bata-
lha que teremos de vencer juntos, se não
quisermos ser derrotados pelo isolamento.

José Leonel Rosa
Pelotas — RS

OS NÚMEROS DA FRUSTRAÇÃO

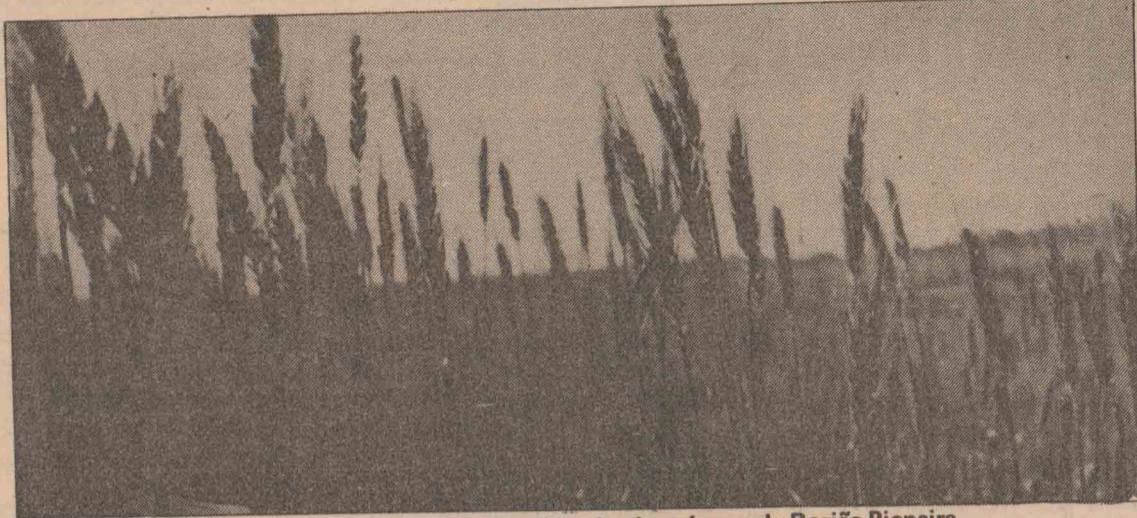
O número de pedidos de Proagro está confirmando: a geada forte do dia 16 de setembro levou mesmo o trigo deste ano. E o pior é que na Região Pioneira da Cotrijuí, a quebra deverá ser maior que em todas as outras áreas do Estado. Em todo o Rio Grande do Sul, a frustração andaria ao redor dos 30 por cento, e por aqui ela ficou em quase 60 por cento.

O departamento técnico da cooperativa já fez uma avaliação da lavoura, constatando que em Santo Augusto os produtores anunciam a quebra maior, de 70 por cento. Depois, vem Ijuí, Coronel Bicaco e Esquina Umbú, com 65 por cento. Mais abaixo, com menor quebra, Vila Jóia e Ajuricaba, com 60 por cento; Chiapetta e Augusto Pestana, com 50; e por último Tenente Portela, que vai ter uma frustração de 30 por cento. No geral, a média da quebra está prevista em 58,58 por cento, na Região Pioneira.

PROAGRO

Dos 4.206 produtores que se dedicaram ao trigo este ano (com uma área total de 172 mil hectares), até o dia 22 de outubro 3.563 haviam encaminhado pedido de Proagro. Esses agricultores, que recorrem ao Proagro, anunciam quebras em suas lavouras de 50 a 85 por cento (veja a tabela).

Os prejuízos da geada foram meio parelhos, mas Tenente Portela planta, na maioria das lavouras, o "peladinho",



A maior quebra do Rio Grande deverá ser a da Região Pioneira

que é a variedade que menos sofreu com o frio. O município também se beneficia do rio Uruguai, que afasta as geadas fortes. Lá os agricultores vêm conseguindo de 850 a 900 quilos por hectare.

Depois da geada, o trigo vinha bem, mas agora terá que ser avaliada a situação criada pelas chuvas que andaram caindo de 19 a 23 de outubro. As chuvas interromperam a colheita, e podem ter atrapalhado um pouco mais. A umidade talvez implique numa redução do específico. A septória e a gibrelaria também podem ter complicado a lavoura na hora da colheita.

VISTORIAS

As chuvas interromperam também o levantamento que a Emater e dois escritórios de Ijuí vinham realizando, para avaliar as perdas e depois aconselhar aos bancos a liberação das áreas. A Emater vistoriou cerca de mil lavouras em Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba, do início de outubro até o começo das chuvas. Destas, umas 30 lavouras nada tinham para colher, segundo o agrônomo Pedro Costa Beber, chefe do escritório em Ijuí.

O Pedro reconhece que o tempo pode ter atrasado um pouco o levantamento, mas não acredita que a vistoria vá demorar muito. Ele prevê para antes do final de novembro o encerramento do trabalho, e lembra que este ano todas as lavouras devem ser visitadas. As amostragens, que valem para as áreas próximas, não estão mais sendo adotadas pela Emater.

Segundo o agrônomo, mesmo assim o produtor pode iniciar a colheita, antes da vistoria. Só não deve "enterrar" o trigo antes da vistoria, porque fica sem direito a Proagro. E os que colherem, precisam deixar uma parte da área, de preferência no centro da lavoura, para que possa ser feita a confirmação da produtividade. Ele diz também que, antes de colher, o agricultor deve passar na Emater, e informar que iniciará a colheita. Assim o escritório tem um controle das áreas.

Segundo o agrônomo, mesmo assim o produtor pode iniciar a colheita, antes da vistoria.

Só não deve "enterrar" o trigo antes da vistoria, porque fica sem direito a Proagro. E os que colherem, precisam deixar uma parte da área, de preferência no centro da lavoura, para que possa ser feita a confirmação da produtividade. Ele diz também que, antes de colher, o agricultor deve passar na Emater, e informar que iniciará a colheita. Assim o escritório tem um controle das áreas.

UNIDADE	Número de contratos	Declarações de Proagro	Prejuízo previsto pelo produtor
Ijuí	1.272	1.194	80%
S. Augusto	262	255	75%
T. Portela	778	440	60%
Cel. Bicaco	184	172	75%
Chiapetta	195	163	80%
Ajuricaba	604	499	80%
Aug. Pestana	645	609	85%
Vila Jóia	266	231	50%

Uma conversa antiga

Essa conversa é antiga, e quase todo o ano se repete. O que vai ser do trigo agora? Em Santo Augusto os produtores de semente se encarregaram de ir antecipando uma resposta. Numa reunião na unidade, dia 9 de outubro, junto com agricultores de Chiapetta, eles apostaram numa redução de 40 por cento na área de plantio desses dois municípios, que este ano tiveram uma lavoura de 48 mil hectares.



Arcelino: sem nada é pior

Só que essa previsão pode falhar, como os próprios produtores admitiram. Se o governo inventar de conceder um bom dinheiro para a formação da lavoura, a situação não irá mudar? Parece que o melhor mesmo, antes de se pensar em adivinhação, é considerar os casos isolados, de agricultor para agricultor. E esperar para o ano que vem, quando se saberá que tipo de incentivo a triticultura vai receber.

SAÍDA: O GADO

Para o Luís Antônio Zambra, de Salto (Ijuí), que plantou 67 hectares este ano, pode ser que aconteça do trigo receber um bom custeio, mas o melhor é parar um pouco. Ele acha que nessa safra não vai colher "quase nada", e já antecipa que o gado poderá tomar as terras ocupadas pelo trigo, pelo menos na sua propriedade.

— Eu já tenho uma vaca, quatro novilhas e cinco terneiros. Quero ver se entro não só na produção de leite, mas também na criação do gado para abate. Se ver que dá dinheiro,

fecho toda a terra e boto gado dentro.

Este ano, Luís Antônio dedicou sete hectares para pastagem, pensando no engorde do gado. No ano que vem ele talvez destine mais 10 hectares para aveia, também como pastagem. Nessa área tem dado mal-do-pé no trigo, e a troca pela aveia não será, portanto, apenas uma saída para conseguir melhor rendimento com



Luís: botar gado

o gado. É quase uma exigência, por causa da praga.

NÃO DÁ PRA PARAR

O seu Arcelino Biazi, que plantou 55 hectares de trigo este ano em Esquina Glitz (Ajuricaba), já pensa diferente. "Só não volto a plantar de novo no próximo ano se o banco não financiar, mesmo que seja com 80 por cento de Proagro".

Para o seu Arcelino, não dá para parar com o trigo e deixar a terra sem nada: vem o inço, e fica pior ainda. Ele ainda não sabe se vai ou não aderir às alternativas de inverno, mas pensa em plantar um pouco de tremoço e aveia em 81. O fiscal do banco já andou olhando a lavoura e achou que ela não está tão ruim:

— O fiscal acha que eu ainda colho o trigo e ganho dinheiro. A geada pegou umas áreas baixas, mas até que sobrou muita coisa. No início, eu pensei que tinha se ido, mas depois vi que o trigo até que podia dar um bom rendimento. Acho que vai dar de 12 a 15 sacas por hectare.

Reivindicações

As cooperativas gaúchas encaminharam ao Governo uma série de reivindicações que procuram reduzir as perdas que os agricultores sofreram com mais esta frustração do trigo. As solicitações são as seguintes:

— elevação da cobertura do Proagro, de 80 para 100 por cento

— liberação imediata das áreas com prejuízo maior ou igual a 70 por cento.

— agilização do pagamento do Proagro. Quanto mais cedo os produtores saldarem sua dívida, menos juros estarão pagando por seus financiamentos.

— elevação do VBC, através de um reajuste no valor da verba de colheita.

— redução de 5 pontos na tabela de peso hectolítrico. No lugar de considerar trigo comercializável aquele com até pH 65, aceitar também o trigo com pH 60.

— abertura de uma linha de crédito para as cooperativas adquirirem o triguiho de seus associados,

— definição imediata das diretrizes da próxima safra.

AS ESQUISITICES DO ENQUADRAMENTO

A burocracia, os computadores, as normas não muito bem explicadas, os confusos cadastros. Tudo isso vem conspirando há bastante tempo contra o pequeno produtor, na hora do enquadramento sindical. A confusão é grande, mas muita coisa já pode ser esclarecida. Discutindo o assunto, agora com mais afinco, o pequeno proprietário vai se dando conta principalmente de uma coisa: o enquadramento está enfraquecendo a sua entidade de classe. E esse esvaziamento do sindicato mete medo no pessoal e começa a provocar uma grande reação.

Faz tempo que o Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, vem acompanhando a briga dos pequenos contra as formas de enquadramento. Sai

decreto-lei a toda hora, e a situação só vem piorando. Hoje a coisa parece ter se agravado ainda mais, pois o Karlinski constatou que as confusões não prejudicam os pequenos isoladamente, mas a classe toda.

Esse prejuízo pode ser constatado sem muita dificuldade. Com as normas em vigor, vem acontecendo uma transferência cada vez maior dos recursos financeiros dos minifundiários, para as entidades que congregam os grandes proprietários. É uma distorção que ele considera grave, e que tem uma história comprida, às vezes até difícil de ser bem entendida.

O INÍCIO DOS SUSTOS

Foi a partir de 1969, com o decreto-lei 789, que os pequenos começaram a levar



Carlos: toda classe prejudicada

sustos, na hora do enquadramento. Esse decreto criou a figura do módulo rural, como critério para enquadrar o produtor. E dizia que o módulo seria de 25 hectares, nesta área do Estado. Os proprietários com área igual a esta destinariam suas contribuições à Federação dos Trabalhadores na

Uma série de distorções no enquadramento sindical estão desviando as contribuições dos pequenos produtores da sua entidade de classe. Com isso, eles pagam mais do que devem (em impostos, contribuição sindical, Funrural) e o Sindicato corre o risco de ficar esvaziado.

Agricultura, a FETAG. Quem tivesse mais de 25 hectares seria empregador, e descontaria para a FARSUL, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Esse módulo, de 25 hectares, valia para a região, considerando a situação da exploração agrícola nesta área do Estado. Mas em 71 haveria uma nova mudança, que alarmou mais os pequenos: o decreto-lei 1.166 mexeu no texto anterior, acrescentando umas palavras. O Karlinski explica:

— Com essa lei 1.166, foi acrescentado que o proprietário de área igual ou superior ao módulo seria considerado empregador. Quer dizer que o empregador já não seria só o dono de uma área com mais de 25 hectares. Quem tivesse os 25 hectares já era empregador, a partir daí.

UMA COINCIDÊNCIA

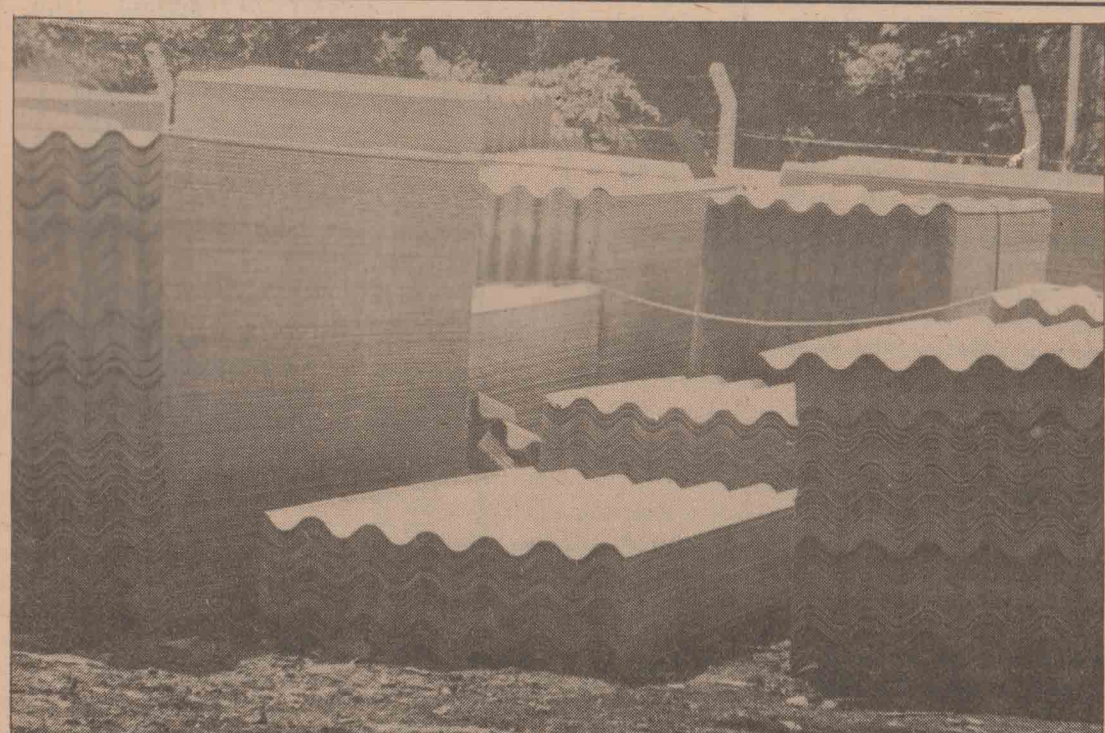
Para esta região, a mudança foi bem expressiva, porque iria mexer com a própria estrutura fundiária desta área do Rio Grande do Sul. Coinci-

dência ou não, o certo é que o módulo estabelecido como limite, para que o produtor não fosse enquadrado como empregador, tinha a mesma área das antigas colônias.

O Karlinski lembra que, apesar das mudanças que aconteceram desde a colonização, com a divisão das terras, muita gente ainda conserva os 25 hectares das colônias. Muitos agricultores passaram, então, a serem considerados empregadores, mesmo que não tivessem empregados.

Só que essas normas esquisitas não ficam apenas na questão do módulo. O sindicato vem descobrindo que muitos produtores têm sido enquadrados como empregadores, por causa dos labirintos, das arapucas que existem até nos formulários e nos critérios da legislação para enquadramento. O Karlinski sabe de casos de pequenos que viraram empregadores, simplesmente porque contaram com o auxílio do vizinho, durante uma colheita.

Na hora de dar as informações, para preenchimento



Para qualquer tipo de construção que você idealizar existe um modelo de telha



Há mais de 40 anos garantindo os produtos que fabrica

Procure as telhas BRASILIT nas lojas COTRIJUI

— Ijuí — Santo Augusto — Dom Pedrito — Tenente Portela —

* Nas demais Unidades sob encomenda

“Uma questão de escolha”

O seu Reinhold Kommers é hoje o presidente do Sindicato Rural Patronal de Ijuí. Mas ele foi até um dos fundadores do sindicato que reúne os minifundiários, e ajudou a construir a sede da entidade. Agora, começa a acontecer uma espécie de disputa entre os dois sindicatos, pois o importante é congregar o maior número possível de produtores. Quem tiver mais associados fica mais forte, e aí é que está caracterizada essa questão do enquadramento.

Para o seu Kommers, “pela lógica, deveria ser empregador quem tivesse mesmo empregados”. Mas isso não acontece, e ele prefere não discutir as normas. Deixa tudo por conta do produtor, e explica porque:

— É uma questão de livre escolha, de opção. O agricultor vê quais são as vantagens, e escolhe o sindicato. Há inclusive proprietários enquadrados como empregadores, que não pagam o carnê do imposto sobre a produção.

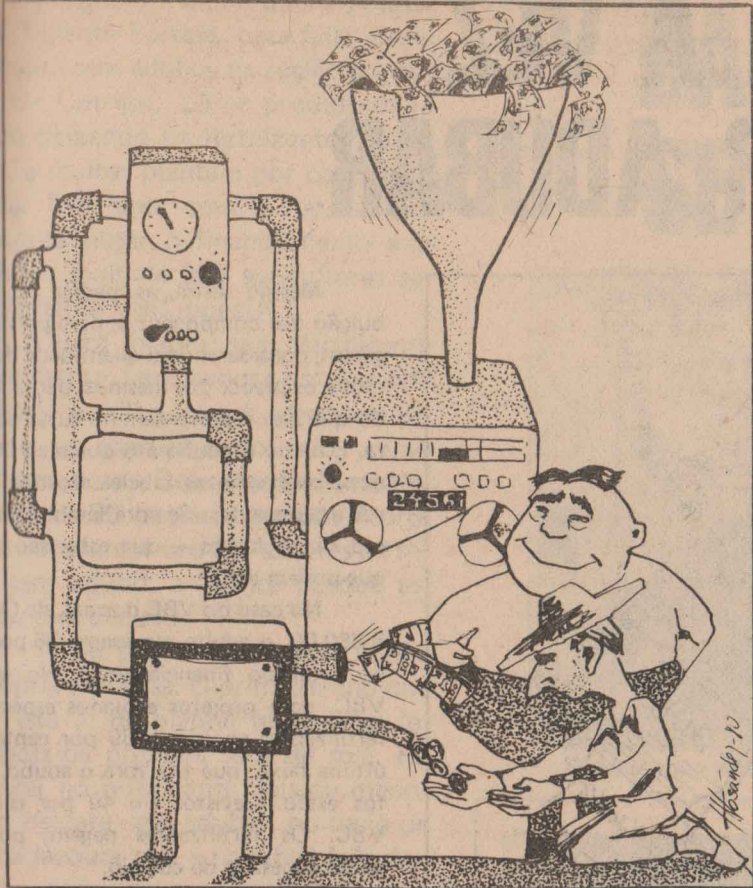
As vantagens — diz ele — estão, por exemplo, na aposentadoria: quem mais recolhe, e



Kommers: empregador é quem tem empregado

nesse caso são os empregadores, recebe depois, na proporção, uma aposentadoria de um a 10 salários mínimos. Já o trabalhador rural tem aposentadoria com meio salário. Kommers fala também dos planos de saúde, que os empregadores conseguiram aperfeiçoar, principalmente na área de atendimento hospitalar.

— Eu sempre digo aos agricultores que vocês são donos de si. Não convido ninguém para vir para o sindicato. Cada produtor que faça sua escolha.



do cadastro, o produtor informava, nesse caso, que outra pessoa havia trabalhado em sua lavoura, em certo período. Como o cadastro é meio confuso, depois o agricultor iria descobrir que estava enquadrado como empregador.

Isso pode acontecer, porque as normas dizem que um produtor é considerado empregador, se contar com os serviços de gente de fora da família por um período de pelo menos quatro meses num ano.

DUAS CONTRIBUIÇÕES

Quando isso acontece, a confusão pode ser maior. E em muitos casos o agricultor chega a descontar duas vezes a contribuição sindical: uma para a entidade que congrega os empregadores, e outra para a dos trabalhadores, que reúne os minifundiários. Ele assume até os encargos como empregador, pois na sua ficha consta que ele tem empregado, mesmo que isso não seja verdade.

Por causa desse emaranhado é que muita gente não consegue entender toda essa confusão.

E em alguns casos ele deixa de recolher como empregador, a Previdência acusa o débito, e a dívida tem que ser saldada, para que ele consiga uma negativa de que está em dia com o Funrural.

Até o ano passado, muitos agricultores enquadrados dessa forma não chegaram a reclamar. Este ano, no entanto, com as mudanças nos critérios do INCRA, para cobrança do Imposto Territorial Rural, o pessoal se deu conta que o enquadramento poderia sair muito caro. É que agora o valor da terra nua aumentou, e este valor serve como base para a tributação, a cobrança do imposto. Mesmo que não pague

ITR, o produtor recolhe a contribuição sindical de acordo com o valor da terra. E a diferença, da contribuição do minifundiário e do empregador, é bem grande.

Se for recolher para a FETAG, ele pagará 294 cruzeiros. Mas, se a contribuição for para a Farsul, não fica por menos de mil cruzeiros. Piora mais, se ele tiver que recolher duas vezes. Além disso, o Karlinski lembra que o problema não é só o dinheiro que sai do bolso do colono, mas a confusão que se cria. "Tem gente — diz ele — que está flutuando, pois não sabe, na verdade, a que sindicato pertence".

ATÉ OS COMPUTADORES

O pior de tudo isso é que a Previdência se baseia nos cadastros do INCRA, para decidir quem é ou não empregador. Isso quer dizer que a contribuição previdenciária é feita de acordo com as declarações que constam dos cadastros, o que para Karlinski é bastante estranho. Ele lembra que "uma coisa nada tem a ver com outra".

É tem mais: para completar esses critérios que os agricultores consideram absurdos, os computadores, as fichas de cadastro e outros instrumentos utilizados pelo INCRA contribuem para aumentar as distorções. O Mirko Frantz, responsável pelo escritório, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, tem vários exemplos de falhas que o INCRA atribui a "erros de computação ou de preenchimento dos cadastros". São as tais falhas técnicas, que acontecem ao lado de tanta coisa que a política de enquadramento comete.

Entre os erros de preenchimento do cadastro existe um que parece difícil de se entender. O produtor declara que

tem, por exemplo, 20 hectares de terras, e que planta, durante o ano, 15 hectares de trigo e 18 de soja. Consta no cadastro do INCRA, para fins de ITR, que o total da terra são os 20 hectares, e em outra parte dessa ficha aparece a descrição da área de plantio.

UMA SOMA ESTRANHA

Ao anotar essas áreas cultivadas, especificando o que é para soja e o que fica com trigo, o pequeno agricultor pode cair na enrascada. O computador do INCRA soma os 15 hectares de trigo com os 18 de soja e conclui que o proprietário é dono de 33 hectares, e não de 20, como diz no cadastro. Para o Mirko, é estranho que esse computador faça essa soma, e ignore que o produtor está declarando que tem, na verdade, 20 hectares.

Mas computador não aceita explicação: como a soma diz que são 33 hectares de área de plantio, o produtor é enquadrado como empregador. Nesse caso, o INCRA não esclarece o que é plantio consorciado e o que é plantio intercalado. A soja e o trigo, que são culturas intercaladas, aparecem no cadastro como consorciadas, e aí acontece essa outra confusão. Ele vai recolher sua contribuição para a entidade patronal e não para a sua Federação.

Tem também a questão da terra com mato, que a partir deste ano passou a ser considerada área ociosa, ou seja, que não tem aproveitamento. Assim, o INCRA entende que a terra não-desmatada não vem sendo aproveitada de forma produtiva, e faz incidir uma taxa mais alta de imposto. Nesse caso, que contraria os conselhos para que se preserve as

matas nativas, nem tudo foi ainda bem esclarecido.

MENOS CONTRIBUIÇÕES

O sindicato de Ijuí andou analisando essas coisas todas, e chegou a uma conclusão que preocupa: está havendo um recolhimento de contribuições com volume bem abaixo do que poderia ser o normal. Para explicar melhor, o que acontece é a transferência cada vez maior das contribuições de minifundiários, para entidades que pouco têm a ver com os pequenos produtores.

"Isso é estranho, pois Ijuí é área de minifúndio, e os recolhimentos vêm diminuindo", afirma Carlos Karlinski. Para ele, com o debate sendo estimulado entre os agricultores, o pessoal ficará por dentro do assunto, e permitirá uma organização, para que haja a reação que modifique essas normas:

— Está acontecendo que os recursos dos trabalhadores rurais, dos proprietários pequenos, vão sendo canalizados para coisas que não interessam a esses pequenos. As feiras e outras promoções, que não têm a participação do pequeno produtor, estão sendo feitas, em boa parte, com as contribuições dos minifundiários.

Para mudar essas leis, alteradas tantas e tantas vezes sem benefícios para os proprietários de minifúndios, não vai ser fácil. Até uma comissão interministerial foi formada, anos atrás, mas seus resultados não chegaram a merecer atenção do pessoal que tem o poder de decidir.

DINHEIRO NÃO RETORNA

Karlinski lembra que o importante é que a figura do

módulo rural, para fins de enquadramento, seja desprezada, deixada de lado. "É preciso — diz ele — que se considere o regime de economia familiar, e só se enquadre como empregador quem realmente tiver empregados". Em Ijuí, o assunto vai ser de novo levado às bases, porque há muito o que ser discutido.

Nessa discussão, os produtores vão ficar sabendo de que forma acontece o esvaziamento de seu sindicato, e dos caminhos que as contribuições percorrem. No caso dos recolhimentos dos empregadores, o dinheiro anda pelos cofres da Farsul e da CNA, a Confederação Nacional da Agricultura. Cada uma dessas entidades fica com um pouco da contribuição, e outro pouco é devolvido ao Sindicato Rural (Patronal) do município, ou ao qual o produtor esteja ligado.

Já o minifundiário recolhe para a FETAG, que fica com uma parte, e outra parcela é deixada na CONTAG, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Também nesse caso uma parte é devolvida ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Depois de andar por esses caminhos é que o dinheiro nem sempre vai parar na entidade que realmente reúne os pequenos. E o estranho é que o inverso não acontece. O sindicato dos minifundiários está sempre perdendo, e nunca ganhando, nessa briga contra o enquadramento. Para que alguma mudança aconteça, é como diz o Karlinski:

— As distorções só serão resolvidas com uma mobilização dos prejudicados, que são os pequenos agricultores.

A melhor seleção do mundo para ganhar qualquer jogada: correntes, sabres e pinhões OREGON®!

Com **OREGON** você ganha sempre: em mais produtividade e menor custo. Seja qual for a marca de sua moto-serra, selecione o melhor conjunto de corte: correntes, sabres e pinhões **OREGON** — o conjunto campeão!

O nome **OREGON** é a garantia da qualidade. Portanto, exija o nome **OREGON** gravado no produto.

Adquira os produtos **OREGON** no Revendedor de sua cidade.

NO CUSTEIO CHEGA A VEZ DE QUEM NÃO QUER ADUBAR

Lavoura de soja sem adubo não é novidade. Só que, a partir deste ano, na área de ação da Cotrijuí o repasse começou a ser feito com um custeio especial, para quem não quisesse fertilizantes. A nova alternativa dá mais liberdade de escolha ao produtor, mas não chegou a motivar muito o pessoal. Essa faixa de custeio ficou com um VBC muito baixo, e talvez a inovação só passe a ganhar importância mesmo a partir do próximo ano, se algumas coisas forem alteradas.

Com as mudanças nos critérios para definição do Valor Básico de Custeio, introduzidas este ano, é que surgiu essa faixa destinada às lavouras sem adubo. Segundo o João Valmir Cezimbra Lopes, do departamento de Estudos Econômicos, a Cotrijuí está repassando esses VBCs, que têm também outras duas faixas, de acordo com as instruções de uma circular de julho deste ano, emitida pelo Banco Central, que fixa esses valores. Essa circular diz como devem ser feitas as operações de custeio da safra.

TRÊS FAIXAS

A primeira faixa de VBC é a que abrangerá a grande maioria dos produtores da Região Pioneira. É aquela que prevê um custeio de Cr\$ 11.100,00, para as lavouras que vêm tendo uma produtividade média entre 1.751 e 2.000 quilos. Como esse rendimento é o médio na região, nessa faixa ficam quase todos os agricultores, que receberão apenas 80 por cento do valor, ou seja, Cr\$ 8.880,00. Todo financiamento de soja nesta safra atinge 80% do VBC, forçando o produtor a entrar com 20% de recursos próprios.

A segunda faixa de VBC, considerando no caso a maior abrangência dos financiamentos, é a que prevê um valor de Cr\$ 12.200,00, para os produtores que atingiram essa produtividade ou se dispõem a realizar projetos especiais. Para conseguir esse financiamento, o agricultor deve solicitar a elaboração de um projeto ou de um plano para a lavoura de soja. Assim ele estará assumindo um compromisso de alcançar uma produtividade que fique acima de 2 mil quilos por hectare. Os demais, que já vinham atingindo essa produtividade, não necessitam de projeto.

Esse VBC é, depois do financiamento considerado normal, o mais procurado, depois das alterações nas normas de custeio. Mas também nesse caso o produtor só receberá 80 por cento do total, ficando com Cr\$ 9.760,00 por hectare. Além disso, ele gastará um pouco mais, pela elaboração do projeto ou do plano de plantio.

DIFERENÇAS

As diferenças entre o projeto e o plano não são muito expressivas, mas existem. Um projeto inclui várias previsões, analisa a situação da lavoura, tem mapas da área, é bem sofisticado, mais cheio de detalhes. Para solicitar um trabalho desses o agricultor paga 2 por cento pela elaboração do projeto e um por cento pela assistência técnica. Esses percentuais são calculados sobre o total do financiamento.

O plano é bem menos detalhado, mais simples e mais barato. Segundo o Lo-



pes, o plano custa ao produtor um por cento pela elaboração, e mais um por cento pela assistência técnica, considerando também o volume do financiamento. Por ser mais barato, o plano é, portanto, mais acessível ao agricultor que não pretende fazer tanto investimento e correr maiores riscos.

Essa faixa, para lavouras que possam ter produtividade de mais de 2 mil quilos, está sendo concedida dentro dos planos de incentivo a um melhor rendimento das lavouras. Isso porque o produtor terá mais recursos para aplicar na soja, e um acompanhamento técnico mais freqüente. Resta saber se, com isso, a lavoura será realmente mais produtiva.

Os projetos ou os planos podem ser solicitados por todos os agricultores, minis, pequenos, médios ou grandes. Só que não foram muitos os que se sentiram atraídos por este VBC. O pessoal já vem dizendo que o dinheiro oferecido anda muito caro, e quanto mais pegar de financiamento, mais terá que devolver depois.

SEM ADUBO

A terceira faixa para custeio é a do VBC sem adubo, que não agradou os agricultores. Basta ver que em Ijuí, por exemplo, houve apenas uns 10 pedidos de financiamento dentro dessa faixa, pelo repasse. O departamento de Estudos Econômicos distribuiu os valores a serem financiados deste VBC de acordo com as técnicas de utilização dos insumos. No total, o VBC ficou em Cr\$ 7.700,00, mas também com a liberação de só 80 por cento do total. O VBC ficaria em Cr\$ 6.160,00, para produtividade média de até 1.250 quilos.

Mas, na verdade, o agricultor que pegou esse valor básico, para plantar sem adubo, não receberá os Cr\$ 6.160,00. Desse dinheiro é tirado o total previsto para gastos com fertilizantes, e o financiamento fi-

ca em apenas Cr\$ 3.160,00, pois a despesa com adubo está prevista.

AS MÉDIAS

O Lopes lembra que tudo isso foi calculado de acordo com os critérios técnicos e as normas das instruções, e diz que a composição do VBC, com as divisões dos gastos, obedece à média verificada. Isso quer dizer que nas 3 faixas de VBCs os componentes (semente, defensivo, etc) podem variar, de acordo com as características de cada lavoura. É claro que o produtor não precisa, necessariamente, obedecer esta divisão na hora de distribuir a verba do VBC recebido.

Mesmo assim, as médias para distribuição dos componentes, com previsões de gastos, considerando a quantidade dos insumos e os preços dos mesmos, dão uma idéia do que eles representam no custo da lavoura. E como o adubo é o que mais interessa nessa avaliação, as tabelas mostram números interessantes. Sempre lembrando — como diz o Lopes — que essas são médias, que podem variar.

No caso do VBC normal, de Cr\$ 8.880,00, o adubo representa 36 por cento do total do financiamento. No segundo VBC, para projetos e planos especiais, os fertilizantes chegam a 39 por cento. E na última faixa, que tira fora o adubo, os gastos estão previstos em 49 por cento do VBC. Os fertilizantes pegam, portanto, quase a metade do custeio.

AS NORMAS

Todos esses detalhes para definição do VBC fazem com que nem sempre os critérios coincidam, mesmo dentro da área de ação da cooperativa. Uma prova disso é que, apesar das tabelas que servem de base terem sido distribuídas a todas as unidades, em Tenente Portela as normas não são as mesmas de Ijuí. O Lopes lembra que isso ocorre porque há diferenças na interpretação das instruções, por parte das agências do Banco do Brasil.

Foi por isso que em Portela os produtores que vão plantar sem adubo conseguiram pegar um VBC de Cr\$ 6.160,00, ou seja, o valor integral previsto. Segundo o Lopes, de início o repasse seria feito com base na orientação que o Departamento de Estudos Econômicos distribuiu, valendo para todas as unidades. Mas isso não foi possível para todos, apesar dos contatos mantidos antes com as agências do Banco do Brasil. Foi o que aconteceu em Tenente Portela, onde a agência entendeu que deveria considerar outros critérios, levando em conta alguns dados levantados pela gerência e área de crédito rural do banco.

Compromisso de produzir

Liberato Antônio Mattioni, proprietário de 120 hectares, em Pedro Paiva (Santo Augusto), é um dos agricultores da Região Pioneira que decidiram pegar o VBC mais alto para o custeio da soja. E ele não está preocupado com o compromisso que assumiu, de conseguir rendimento de mais de 2 mil quilos por hectare. Anos atrás, o seu Liberato já teve produtividade muito superior.

— Já peguei 45 e até 48 sacos de rendimento. Com esse VBC especial eu terei mais condições ainda de cuidar da lavoura, mas tem uma coisa: se o tempo não ajudar, não adianta nada.

Numa das últimas safras de soja, ele fez projeto, para conseguir um valor de custeio mais alto, e ficou satisfeito com os resultados. Agora, o seu Liberato está decidido a continuar com os projetos, confiando que a soja dá bem.

— Com esse VBC, eu poderei limpar a lavoura na enxada, sem uso de herbicida. Faz três anos que eu não uso produtos qui-

micos, e desta vez poderei contratar uns 30 trabalhadores para roçar. O VBC tem até esta vantagem de dar oportunidade de emprego, pois sobra mais dinheiro para a limpeza da lavoura na enxada.

SOBRA ATÉ PARA O AVIÃO

E, se precisar de defensivo, seu Liberato acha até que poderá contratar um avião, para a pulverização, pois também para isso haverá dinheiro. Mas ele não acredita que esse privilégio possa atingir também os pequenos proprietários, por entender que o dinheiro oferecido talvez não seja vantajoso.

— O pequeno pegaria mais dinheiro. Mas e, se não desse uma safra boa, como ficaria para devolver? Para o pequeno fica mais difícil de fechar a rosca.

Seu Liberato lembra que não pegou o VBC mais alto simplesmente para conseguir mais verbas, através do repasse. Ele já vem, aliás, tentando se livrar do dinheiro caro. Além dos 120 hectares do projeto, ele planta em mais 200 hectares por conta, reinves-

BARATEAR O CUSTO E SE LIVRAR DAS CONTAS

Ninguém melhor que o pessoal de Tenente Portela, para falar sobre lavoura sem adubo, na região pioneira da Cotrijuí. Lá os produtores já vêm deixando os fertilizantes de lado, e muitos plantam por conta própria. Este ano, com o repasse que permite pegar o financiamento sem adubo, mais de 300 agricultores solicitaram o VBC especial.

Quem planta sem fertilizante geralmente tem lavoura consorciada de soja e milho, mas é preciso considerar as condições do solo, como lembra o seu Delarmando Portolan, que tem 50 hectares em São Pedro. Ele vai plantar uns 38 hectares de soja sem adubo, e explica porque tomou essa decisão:

— Eu peguei de fazer a minha própria pesquisa. O primeiro ano que fiz isto aí de plantar sem adubo foi depois da primeira seca de soja. Eu deixei no outro ano mais ou menos um hectare sem adubar, no meio de uma lavoura que eu adubei. Não deu pra notar diferença nenhuma, nem na altura da planta, nem na quantidade da vagem e nem na qualidade.

FAZENDO EXPERIÊNCIA

Com essa conclusão, o seu Delarmando foi ao Banco do Brasil, e falou com o gerente pra pegar financiamento sem adubo. Ele fez então o contrário do que tinha feito antes: plantou sem fertilizantes, e deixou no meio da lavoura dois hectares adubados. O resultado não foi diferente, mas mesmo assim é preciso considerar outras coisas:

— O que dá pra se ver é que nem todo o solo é rico de matéria orgânica, e tem diversos itens que devem ser observados. O primeiro é que uma terra que já teve a cultura do trigo, que recebeu uma boa adubação, não precisa de adubo. Se vê a diferença em terra que teve e não teve trigo plantado antes da soja. Em terra que não é plantado trigo é sempre bom botar adubo, mas pode ser pou-



Waldemiro: o adubo não é o bicho



Alfredo: dinheiro muito caro



Delarmando: fazer a própria pesquisa



Egon: o adubo não faz muita falta

so acontece quando se larga o adubo junto com a semente na terra. Parece que ele queima o grão.

O BRABO É DEVOLVER

O seu Egon usou um por um na última safra, quando o normal — diz ele — é usar três sacas de adubo para cada saca de semente. Reduzindo de ano pra ano, ele talvez fique livre do adubo em pouco tempo, porque acha que "pegar o dinheiro do custeio é fácil, mas depois fica difícil pra devolver". Mesmo porque, com essa redução, a soja tem dado bom rendimento, nos seus 55 hectares.

O medo do dinheiro caro também é lembrado pelo Alfredo Redenski, de Gameleira (Tenente Portela), que pegou o VBC especial para 33 sacas de semente. Nos seus 24 hectares, o seu Alfredo já plantou muitas vezes sem adubar, mas sempre com o milho junto. "Lavoura pura, só de soja, será a primeira vez", lembra ele, explicando porque decidiu pegar o VBC especial:

— Peguei financiamento sem adubo um pouco também porque os financiamentos sempre dão muito alto. A planta não dá e a gente fica meio dependurado com as dívidas, e assim a gente nunca se livra das contas. O custeio com adubo sempre dá pra lá de 200 mil cruzeiros.

Nas últimas safras, ele "cansou de plantar sem adubo", mas sempre consorciado. Só de vez em quando deixava um canto sem fertilizantes, e notava que havia alguma diferença.

— É claro que o efeito do adubo não tem nem que discutir. Ele aumenta a produção. O caso é o preço do adubo. Quem faz financiamento tem que pagar, eles não perdoam as dívidas. Caso a gente ver que não se colhe bem sem botar adubo, aí vamos ver se é de plantar adubando de novo. Mas não custa tentar economizar.

co. Uns 80 quilos por hectare são suficientes.

O seu Delarmando reconhece também que fez esta experiência apenas em anos de seca. Ele sabe que quanto mais seco for o tempo, mais o adubo queima a planta, e até atrapalha a produção:

— Eu concordo que em anos de chuva o resultado do adubo aparece mesmo. Pode dar 15 por cento a mais de produção. Mas o que me importa, se a despesa também aumenta, e muito mais? O lucro do nosso colono na maioria está indo aí mesmo, indo para as multinacionais que vendem o adubo e essas coisas da lavoura.

Ele tem aconselhado os amigos, para que plantem sem adubo. E lembra que nunca recorreu ao Proagro, sempre ficou com dinheiro sobrando, enquanto que os que adubaram fizeram Proagro e ficaram com dívida. Para seu Delarmando, o colono "se acostumou a levar pra casa a técnica, o jeito de plantar, e não faz mais experiências".

Este ano ele vai continuar experimentando, e decidiu que deixará um hectare adubado, no meio da lavoura. "Assim, se chover bastante — conta o seu Delarmando — vou poder tirar uma média do que acontece, seguindo com a minha experiência".

ADUBO NÃO É O BICHO

Em Rosário, Augusto Pestana,

o seu Waldemiro Olívio Paschoal diz quase a mesma coisa. Há quatro anos plantando sem adubar a lavoura de soja, ele notou que, pelo menos na sua terra, o solo não precisa de adubação.

— O adubo não é o bicho para a soja. O calcário é que ajuda um pouco. Na última safra eu consegui 25 sacas por hectare, apesar da seca. Quando dá seca, o adubo atrapalha, e quando dá chuva também tem problema, porque incha muito.

O seu Paschoal vinha plantando sem adubo, em 35 hectares, e pegando o financiamento direto no banco. Agora, como a cooperativa faz o repasse, sem adubo, ele pegou o custeio na Cotrijuí. Ele lembra que o adubo está muito caro, e acredita que outros produtores também podem começar a deixar de usar o fertilizante.

Para o seu Egon Pedro Heuser, de Ponte do Ijuzinho, em Augusto Pestana, o adubo também não faz muita falta, "principalmente depois da terra estar corrigida". Este ano ele pegou o custeio sem adubo, mas não vai deixar a terra totalmente sem fertilizante. Ele guardou um pouco do ano passado, e vem diminuindo a aplicação, pra ver se um dia pode largar a soja na terra crua.

— Muitas vezes culpam a semente quando a soja não dá bem. E se a gente vai ver o culpado é o adubo. Is-



Liberato fez projeto especial

tindo o que ganhou com a safra passada, pra não ter que devolver com juro.

— Agora estamos tirando do caixa de casa mesmo.

TEM CONFUSÃO NO REPASSE

Os associados se queixam de que no Banco do Brasil as normas de financiamento são outras, que o dinheiro leva menos tempo para sair. As cooperativas encerrando seus balanços com a conta do repasse apresentando prejuízo. Isto sem contar a trabalhadeira que passam para encaminhar ao banco as propostas de financiamento de repasse para seus associados.

Num resumo bem pequeno esta é hoje a situação dos departamentos de crédito de todas cooperativas de produção que repassam aos seus associados as verbas de custeio e investimento. As confusões nesta área andam numa situação tal, que as cooperativas até mesmo haviam pensado em não fazer este serviço a partir da safra de soja que está sendo plantada agora. E isto até que não é difícil de entender: os órgãos oficiais de crédito rural

estão tornando cada vez mais difícil executar este trabalho na rapidez que seria necessário.

Na verdade, estes entraves são uma consequência direta do pensamento do governo em reduzir os volumes de dinheiro que circulam pelo Brasil. Se vem sentindo na carne — ou melhor, no bolso — que o dinheiro é um dos produtos mais em falta no dia-dia do brasileiro. E isto fica bem claro olhando as exigências que existem para a concessão dos financiamentos agropecuários, sem contar o custo do dinheiro que se pega emprestado para fazer a lavoura ou investir na propriedade. Desde dezembro do ano passado as taxas de juros e a correção monetária estão mais elevadas.

A REMUNERAÇÃO

O caso é que mesmo aumentando o custo deste dinheiro ao produtor, não foi reajustado

o percentual que as cooperativas recebem para fazer todo trabalho burocrático dos contratos de financiamento agrícola. Quando o produtor pagava 7 por cento sobre os financiamentos que tirava, as cooperativas recebiam 2 por cento do Banco do Brasil para fazer todo o trabalho. Quando a taxa foi elevada para 13 e 15 por cento (respectivamente para pequenos e grandes produtores), a parte das cooperativas continuou em 2 por cento. Agora, quando as taxas são de 24 e 33 por cento no custeio, e de 29 e 38 por cento nos financiamentos de investimentos, fica ainda para as cooperativas o valor de 2 por cento.

É com este percentual que elas contratam funcionários para trabalhar no repasse, imprimem os papéis e formulários necessários para encaminhar os contratos, mandam documentos e mais

documentos ao Banco do Brasil para conseguir a liberação dos recursos e assim por diante.

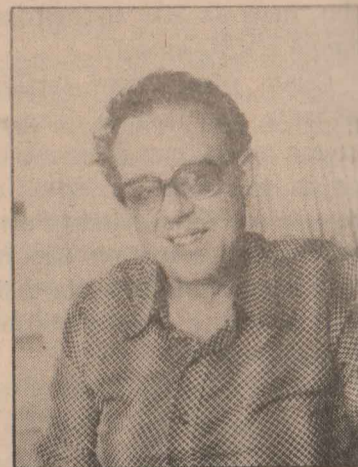
Hoje se calcula, segundo informações do presidente da Fecotrijo, Jarbas Pires Machado, que 112 mil contratos de financiamento a agricultores são realizados anualmente pelas cooperativas gaúchas. Para fazer este mesmo serviço, só aqui no Estado, o Banco do Brasil — que é o maior agente de crédito rural do País — precisaria abrir pelo menos 120 novas agências ou 300 postos avançados.

A parte de remuneração é apenas uma das dificuldades enfrentadas atualmente. É um problema bastante sério, isto é certo, pois se a cooperativa sofre prejuízos na prestação deste serviço, (inicialmente feito todo pelos bancos) quem está perdendo dinheiro é o produtor. No lugar de aplicar seu capital no serviço de repasse, os produtores poderiam contar com outros serviços dentro da sua cooperativa.

AUTONOMIA

Mas existem ainda outros problemas mais, o que acaba fazendo inclusive o produtor pensar que é a Cooperativa quem está tornando difícil a concessão de financiamentos. Vamos ver um dos casos: o produtor vai isoladamente no Banco e o gerente da agência tem autonomia para conceder seu financiamento num limite tal. Vão 1.000 produtores no Banco e o gerente pode perfeitamente atender todas as solicitações.

Mas basta que uma cooperativa encaminhe um pedido global de repasse, incluindo na mesma proposta os financiamentos



Aramis: o banco não liberou

de um grupo de associados, para que este mesmo gerente não possa aprovar ou desaprovar o pedido. É preciso que esta proposta passe da agência, para a superintendência do Banco, seja encaminhada à diretoria — em Brasília — consultado o Conselho do Banco, para que venha — pelo mesmo caminho — uma resposta para este pedido (veja a matéria "O lado de dentro do repasse").

Outro problema bastante sério, e que inclusive provoca muita confusão entre os associados das cooperativas, é que o Banco não libera recursos para o financiamento de um produto enquanto não for liquidado o financiamento da safra anterior. Assim, se a Cooperativa não devolve ao Banco o empréstimo contratado pelos seus associados para o custeio da soja, ele não libera nenhuma verba para o plantio da próxima safra de soja.

Este caso aconteceu inclusive este ano na Cotrijuí, como explica o gerente de Crédito, Aramis Baptista:

— Muitos associados não haviam liquidado ainda sua con-

Conheça o

Até o dinheiro do financiamento chegar nas mãos do produtor, é preciso acontecer muita coisa. Em primeiro lugar este dinheiro não sai dos cofres da cooperativa. Ela precisa, isto sim, receber o dinheiro do Banco do Brasil, para só então repassá-lo aos seus associados. O caso é que até o dinheiro também chegar na cooperativa é preciso desenvolver todo um processo burocrático que também não é dos mais simples.

Aramis Baptista, gerente de crédito da Cotrijuí, é quem explica como funciona todo negócio. Antes de qualquer coisa, por exemplo, é preciso esperar até que o Conselho Monetário Nacional defina quais os Valores Básicos de Custeio, o que vem acontecendo em média de dois

a três meses antes de se iniciar o plantio das safras. E a definição dos VBCs também depende das disponibilidades do Governo dentro do Orçamento Monetário para cada ano. Depois de divulgado o VBC é que começa mesmo a movimentação da Cooperativa na tentativa de buscar os recursos dos financiamentos para repassá-los aos associados.

A Cooperativa precisa elaborar uma proposta de financiamento que inclua todas as necessidades dos associados que serão repassados. Esta proposta, explica o Aramis, é baseada na quantidade de hectares plantados na safra anterior — com as previsões de aumento ou diminuição da área de cultivo — e nos valores de custeio que foram determinados.



VILLARES

Ferropeças Villares SA



Anéis

Camisas

Comandos

Kits

Ferropeças Villares
você encontra nas
Lojas Cotrijuí





As cooperativas fizeram uma reunião para estudar o repasse

ta repasse do soja da safra do ano passado. Assim, também não pudemos devolver ao Banco no prazo estabelecido o dinheiro financiado. E o banco não nos liberou os recursos para o custeio da safra de soja enquanto não havíamos liquidado o financiamento anterior de soja.

AUTONOMIA

A discussão que existe nas cooperativas sobre o repasse não é uma coisa muito nova. Há anos que o pessoal anda comentando a dependência que se tem na área financeira. A saída que se vê é as cooperativas contarem com um banco próprio do sistema. Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotrigo, afirma:

— É irreversível o fato de que devemos criar um sistema financeiro independente das demais instituições. É um trabalho que pode levar 10 ou 15 anos, mas que deve acontecer, tecer.

REIVINDICAÇÕES

Frente a toda esta situação, as Cooperativas estão encaminhando ao Banco do Brasil, que é quem libera e distribui os financiamentos agrícolas às cooperativas, uma série de reivindicações. Estes pedidos foram analisados numa reunião realizada na Fecotrigo no dia 9 de outubro:

— Elevação do percentual

de remuneração das Cooperativas. A solicitação feita ao Banco do Brasil é de 6 por cento. Este assunto já foi inclusive encaminhado anteriormente à direção do Banco, e deverá ser estudado pelo seu Conselho.

— Igualdade à alçada do gerente da agência do Banco do Brasil. Se o gerente pode conceder financiamentos individuais que alcancem até determinado valor, as cooperativas não precisariam se submeter à burocracia atualmente existente.

— Desvinculação da conta-repasse dos demais negócios da Cooperativa, permitindo assim a liberação de novos recursos mesmo antes de liquidado um financiamento de repasse.

— Eliminação da exigência de liquidação dos financiamentos antes de totalmente comercializada a produção de determinada safra, permitindo a assinatura de novo repasse antes da liquidação do anterior. Seriam, naturalmente, excluídos da proposta todos os associados que não tivessem liquidado com a Cooperativa o compromisso assumido.

— Eliminação do aval dos conselheiros numa proposta de financiamento de repasse, como vem sendo exigido por algumas agências do BB. Este é um problema apenas de interpretação, pois basta a assinatura dos dirigentes eleitos — que fazem parte do Conselho — para avaliar a proposta.

O caso da verba da colheita

Quando os produtores que plantaram trigo pensaram em pegar o dinheiro da verba de colheita para comprar o diesel antes da alta, encontraram uma série de impedimentos. Para muita gente, tudo não passou de falta de força de vontade da cooperativa em liberar o dinheiro. Só que não foi assim, como explica o Aramis Baptista, gerente de Crédito:

— Nós contratamos este ano, só com a agência de Ijuí, 2.600 contratos de trigo. Destes, praticamente 100 por cento declararam Proagro. Tanto o Banco como a Cooperativa estão usando a mesma mecânica para liberar a verba de colheita: se aguarda até que a Emater faça a vistoria da lavoura.

No caso do laudo da Emater indicar que a totalidade da lavoura apresenta condições de colheita, são liberados os 100 por cento da verba de colheita. Caso a Emater indique que o agricultor vai colher só 20 por cento da área, também se libera apenas 20 por cento da verba. O Aramis continua:

— Se nós liberarmos os 100 por cento da verba, o Banco vai glosar, isto é, vai cancelar os 80 por cento concedidos indevidamente. E aí vem confusão para o mutuário, pois ele deverá arcar com toda responsabilidade. E como vamos liberar uma verba de uma colheita que não vai acontecer? No caso de enterrar a palha, o Banco não considera isto parte da colheita, mas sim parte do trabalho de preparação da terra para outra cultura.

seus devidos contratos, para só então ser liberado o dinheiro.

“Todo este processo leva mais ou menos 30 dias para ser concluído”, como conta o Aramis. “Nós poderíamos começar a contratar com os associados logo depois de divulgado o VBC, o que evitaria alguns atrasos na concessão dos financiamentos. O problema, porém, é que não podemos liberar o dinheiro antes de termos em mãos um despacho favorável do Banco”. E por que não, Aramis?

— É que não temos capital de giro para isso. Só para os tratos culturais da soja, vamos repassar perto de Cr\$ 300 milhões de cruzeiros. Da onde vamos tirar todo este dinheiro? Temos que esperar a liberação dos financiamentos por parte do Banco.

Em parte é bom. Em parte é ruim

“O melhor mesmo seria se a gente não precisasse de repasse, de financiamento, e plantasse tudo por conta”.

Erno Schneider, dono de 38 hectares em Ponte do Ijuizinho (Augusto Pestana) acha que fica em segundo plano analisar o que vem sendo feito pela Cooperativa na área de repasse. Para ele, não existindo os financiamentos “talvez a coisa mudasse de figura e o pessoal pudesse se livrar de tanta conta e mais conta”. O caso, porém, é que o pessoal está mesmo cheio de dívidas e agora parece difícil sair desta enrascada:

— Acho que os pequenos e os médios podem sair antes, porque já não envolta tanto. Se caprichar um pouco, não é preciso tanto dinheiro para aplicar.

Em todo caso, seu Erno pensa que em parte o repasse para os associados é uma coisa boa, “que evita muita caminhada até o Banco. Se faz a proposta, assina o contrato, tudo numa vez só”.

Nem por isso, ele deixa de achar alguns problemas no repasse, como a demora em liberar a verba de custeio:

— Na cooperativa nos dizem que o Banco ainda não liberou o dinheiro para todos. Acho que o Banco se mete muito na liberação da verba. E se nós vamos querer ir tudo no Banco, mesmo sendo serviço dele fazer, até que chega a vez. . . o Banco não dá conta.

O BOM E O RUIM

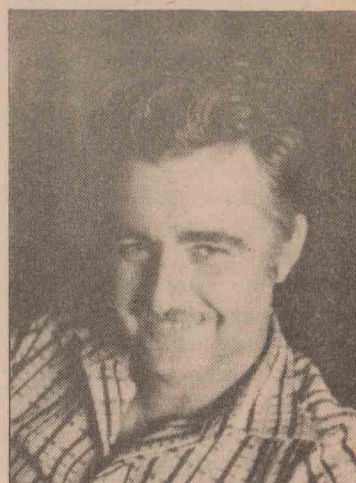
Já faz coisa de uns 15 anos que seu Geraldo Schmidt, de Rosário (também Augusto Pestana) lida com o repasse da Cooperativa. Financiamento, por sinal, ele só conheceu mesmo através do repasse:

— Nós até agora problema não tinha nesta parte. Prá nós pequeno é melhor que ir no Banco.

Já o seu Eugênio Pedroni, de Vila Jóia, acha que o repasse tem o inconveniente de limitar no adubo, o que no banco não existe:

— Lá querendo adubar com 1 saco, 2 ou 3 não tem problema. Aqui tem um mínimo que eles exigem. Isto é uma parte que não facilita. Agora tem uma outra que facilita: financiamento no banco tem que fazer duas saídas. Aqui não. É tudo numa vez só. É menos perda de tempo e de combustível.

Seu Olmiro João Nazarroff, da Linha 9 Leste, em Ijuí, acha que o repasse é ajuda



Erno: melhor não precisar



Eugênio: menos perda de tempo



Geraldo: é melhor que no Banco



Olmiro: ajuda o pequeno

para o pequeno (ele tem 12 hectares). “É uma coisa nem boa nem ruim”, conclui seu Olmiro:

— De certo ponto pode ser bom não precisar fazer dívida e aí o repasse é ruim, que facilita o custeio. Mas se não tivesse este dinheiro, não se conseguiria plantar. Ainda não podemos ficar sem fazer dívida.

lado de dentro do repasse

O CAMINHO

A contratação do repasse pela Cotrijuf na Região Pioneira é feita junto às agências do Banco do Brasil de Ijuí, Tupanciretã, Catuípe, Santo Angelo, Santo Augusto, Tenente Portela e Campo Novo. Em Dom Pedrito pela agência local, e no Mato Grosso do Sul pelas agências de Dourados, Maracaju e Rio Brilhante. Só que o encaminhamento da proposta é feito apenas junto às agências de Ijuí e de Dourados. Estas agências elaboram um estudo sobre a proposta de financiamento de repasse da Cooperativa, enviando-a então à superintendência regional (em Porto Alegre e em Campo Grande).

Na superintendência é feito um novo estudo, que por sua vez é enviado à diretoria de Crédito Rural do Banco do Bra-

sil em Brasília. A diretoria faz um novo estudo da proposta. Como a solicitação de repasse alcança um valor bastante alto, fugindo sua aprovação da alçada inclusive da presidência do Banco — ela é encaminhada ao Conselho do Banco.

Depois do Conselho aprovar esta proposta ela é devolvida ao setor de crédito, onde é elaborado um despacho. Ela vai então à presidência do Banco, onde é assinada. Dali é encaminhada para a superintendência regional, que por sua vez a devolve à agência.

Somente depois de todo este caminho é que chega a ser elaborado o contrato da Cooperativa com o Banco. A diretoria da Cooperativa assina o contrato e envia ao Banco do Brasil a relação nominal dos associados e

BUSCANDO NO LEITE OUTRA OPÇÃO

Em Dom Pedrito um grupo de associados da Cotrijuí, que trabalha com leite, já anda se movimentando e se organizando no sentido de que a Cotrijuí instale um Posto de Recebimento de Leite. O pessoal mais interessado e mais envolvido no leite até já andou visitando vizinhos para saber do interesse em entrar para a área do leite.

Como Dom Pedrito é uma zona quase que exclusivamente voltada para a pecuária, muitos produtores trabalham com leite há vários anos. Os produtores costumam vender o leite "in natura" na cidade, de casa em casa para fregueses certos ou então para a Camal em Bagé. Como a atividade leiteira está se ampliando, a produção aumentando, mas sem um crescimento do mercado local, os produtores estão achando que está na hora de Dom Pedrito criar o seu próprio Posto de Recebimento de Leite.

TEM QUE HAVER INICIATIVA

Seu Delfino Gantes Aguiar, de Ponche Verde, ainda não ingressou praticamente na atividade leiteira, mas já possui quatro vacas que produzem leite só para o gasto caseiro. Agora, se o Posto de Leite for realmente criado, o seu Delfino diz que será um dos primeiros a aumentar a produção e o plantel.

— Para tudo tem que haver um início. Depois que o Posto for criado, outros produtores vão despertar para a atividade e passarão a ver no leite mais uma atividade rendosa. Esperar pela criação do

Posto de Leite não é o caso do seu Ulisses dos Santos Gonçalves que anda às voltas com o leite há mais de 30 anos. Ele até conta que quando começou não tinha nada, trabalhava em sociedade ou então arrendando terras, mas sempre lidando com leite. Hoje seu Ulisses já comprou mais de meia quadra de campo (uma quadra tem 87,12 hectares). Tem um rebanho de 200 cabeças de gado e cerca de 100 ovelhas.

Como na região não existe mercado para muito leite, apenas 20 vacas estão produzindo coisa de 80 litros diários, que são vendidos em Dom Pedrito para fregueses certos. Seu Ulisses, que hoje recebe Cr\$ 15,00 pelo litro, sabe que entregando o produto para uma indústria o preço pode baixar, já que ele é tabelado. Mas mesmo assim, ele acredita que esse posto vai assegurar o mercado. O que não acontece quando o leite é vendido de casa em casa:

— Mesmo que o preço baixe um pouco, ainda é negócio. Vamos ter um mercado certo e a produção poderá se expandir.

CONTANDO COM O POSTO

O seu Nelson Barcelos Paiva é um dos produtores mais entusiasmados com a criação de um Posto. Ele já andou até visitando Postos e produtores de outras regiões para saber direitinho como funciona a atividade leiteira. Enquanto o posto não sai, seu Nelson vai se organizando. Só para começo, está construindo um galpão para armazenar 15 mil fardos de feno.

Também está nos seus planos construir um silo trincheira para 16 mil toneladas de silagem. O seu projeto inicial é para produzir até mil litros diários de leite. Seus gastos já vão longe, mas ele está contando como certa a instalação do Posto:

— Tem muita gente que vai ser beneficiada, embora a gente saiba que vai acarretar um grande investimento para a Cooperativa. Mas é mais uma opção econômica para a região.

Assim como os demais produtores interessados na criação do Posto, Luís Mário Fonseca da Silva, de Santa Maria Chica, quer um preço melhor para a produção e um mercado seguro. Diz Luís Mário que o preço que está sendo pago não traz compensação alguma. Dos 300 litros que produz, 140 são distribuídos em Dom Pedrito. O restante é vendido em Bagé.

— Além de vender o leite por um preço baixo a gente tem que contratar um empregado só para distribuir o leite na

cidade. Isso é despesa para nós. Um Posto de Leite ia ser a nossa salvação. A gente quer é tocar pra frente.

UMA MÃO NA RODA

As queixas com relação ao preço pago pelo litro de leite vão longe. Seu Eldo José Severo, de Passo da Ferrarilha, conta que está recebendo coisa de Cr\$ 10,00 pelo litro de leite, "o que é muito pouco". Com 36 vacas leiteiras o seu Eldo está produzindo uma média de 250 litros de leite por dia que é todo vendido na Camal em Bagé.

— A instalação de um Posto de Recebimento ia ser uma mão na roda pra nós. Além de se fazer economia com empregados, uma coisa difícil de arranjar hoje em dia, o preço melhoraria em muito por causa da concorrência.

O produtor Luís Mário vê ainda outro ponto positivo. A luta pela criação do Posto pode trazer uma maior união entre os produtores, inclusive aproximando os pequenos.



Eldo: uma mão na roda



Luís: a salvação



Delfino: um início



Ulisses: mercado certo



Nelson: mais uma opção

Fazer o posto só depois de organizar a produção

A reunião para a definição da instalação de um Posto de Recebimento de Leite em Dom Pedrito não estava das mais concorridas. O pessoal era pouco em número, mas cada um estava representando vários produtores da sua localidade. E o pessoal chegou dizendo logo de saída, que contava com a Cooperativa para melhor entregar a sua produção. "De reuniões já estamos cansados e hoje queremos uma definição".

Os produtores mostraram que apesar do tempo ter sido meio curto, alguma coisa já havia sido feita. Uma foi o levantamento, assim meio que por cima, realizado pelo pessoal interessado. Em cinco localidades visitadas (Ponche Verde, Estrada do Meio, Sanga Preta, BR-293 e Santa Maria Chica), 31 produtores se mostraram interessados em ingressar na área do leite, com uma produção diária, só de início, para 3.800 litros.

SEM FILOSOFIA

O Coordenador do Departamento Técnico da Cotrijuí, Jorge Perez, aproveitou a oportunidade e falou do potencial da região para a produção de leite já que existem ótimas condições de alimentar o gado.

Na sua conversa muito franca, Jorge não foi nada otimista com relação a criação imediata de um Posto de Recebimento de Leite em Dom Pedrito. Até fez um alerta aos produtores.

— Sem querer filosofar, acho que nunca a produção de leite apresentou tantas possibilidades como agora. Só que trabalhar com leite não é tão fácil como parece e nem se monta um Posto em cima da perna. Além de acarretar grandes investimentos é preciso ver se a produção de leite comporta a criação de um Posto assim de imediato. Tem muita coisa que precisa ser definida, como por exemplo: onde vamos entregar esse leite depois que estiver dentro do Posto? Isso é uma coisa que precisa ser estudada e definida agora e não depois que o Posto estiver implantado.

— Em princípio está definido que sai o Posto. Só que é preciso estruturação e dados

corretos para uma melhor definição.

ESTRUTURA

O leite é um produto altamente perecível e portanto precisa de uma estruturação bem organizada para que não dê prejuízos ou acarrete problemas mais tarde.

Como as coisas não podem ser decididas assim de uma hora para outra, Menezes pediu

um prazo de 30 dias para dizer quando e onde o Posto deverá ser instalado. Neste tempo o Departamento Técnico, através do agrônomo Jorge Perez, se encarregará de fazer o levantamento técnico, orçamento e comercialização.

Apesar de ter tranquilizado o pessoal dizendo que o Posto deverá sair, Menezes deixou claro que há um fator bastante assustador, que é o crédito para a implantação do Posto. Também deixou claro que quem deverá desencadear o processo de implantação do Posto deverá ser o próprio produtor, começando com a organização das linhas de leite, e também garantindo a produção.

"Uma coisa é certa", disse o produtor Eldo José Severo, "leite é que não vai faltar. E se o pequeno produtor não está aqui na reunião é porque a sua produção é pequena demais (coisa de 20 litros diários), mas ele está só esperando essa chance da cooperativa para aumentar a sua produção".



Vários produtores estavam representados na reunião

O MAIOR APELO: UMA POLÍTICA VOLTADA À REALIDADE DO MATO GROSSO DO SUL



Em março o Ministro conheceu a carança dos produtores. Agora, foi recebido com esperança.

No início do ano, quando dos protestos contra o confisco da soja, o ministro da Agricultura enfrentou o carranco dos produtores de Maracaju. As máquinas estavam nas ruas e estradas, e os cartazes feitos pelos agricultores não continham elogios. Agora, no dia 23 de setembro, Amaury Stabile escolheu Maracaju para falar sobre o crédito, para a abertura de novas áreas, e a recepção foi bem diferente.

Os produtores receberam o ministro com a esperança de que ele trazia boas novas. Era a Caravana da Produção, que já havia percorrido outras áreas do país, e da qual faziam parte dirigentes do INCRA, Comissão de Financiamento da Produção, Banco do Brasil e Embrater. Stabile foi recebido pelo governador do Estado, Marcelo Miranda; secretário de Desenvolvimento Econômico, Saulo Queiroz; presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva; presidente da Federação da Agricultura, Sylvio Amado; e deputados estaduais e prefeitos.

O ministro ouviu quatro discursos, de autoridades e representantes dos agricultores, e depois recebeu as principais lideranças rurais, quando do encaminhamento das reivindicações.

CORRIGIR DISTORÇÕES

"Uma política agrícola calcada na realidade do Mato Grosso do Sul". Este foi o apelo que o presidente da Cotrijuí dirigiu a Stabile, no primeiro pronunciamento ouvido pela Caravana. Ruben Ilgenfritz da Silva falou em nome dos produtores. Para ele, a presença do pessoal do Ministério e outros órgãos dos primeiros escalões era simpática aos agricultores, que viam a Caravana como "um exemplo de criatividade e trabalho em grupo".

O presidente da Cotrijuí lembrou que especialmente o crédito deve estar de acordo com a realidade do Mato Grosso do Sul. Entre as falhas por ele apontadas, e que exigem correções, estão as normas da política agrícola, que não considera as diferenças das épocas de plantio no Estado e em outras áreas da região sul.

PECUÁRIA INJUSTIÇADA

O segundo discurso foi de Sylvio Mendes Amado, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul. Ele criticou principalmente o Banco Central, que "age contra os produtores e pecuaristas, cortando o crédito, como se a pecuária fosse a autora da inflação que está caminhando".

Amado acha que está bem claro que a pecuária vem sendo desestimulada no Mato Grosso do Sul, e isso tem sido analisado em reuniões e debates. Ele alertou

para as conseqüências da falta de crédito para o setor, e assegurou que o produtor "está matando seu rebanho antes do tempo, para atender os compromissos no Banco do Brasil".

O presidente da Famasul reivindicou recursos para eletrificação e telefonia rural, e melhoria na qualidade das sementes, com maior fiscalização e incentivo aos produtores do próprio Estado. E comentou a idéia que se faz do Mato Grosso do Sul, que seria um Estado rico. Para ele, isso tem pesado contra o Mato Grosso, que apresenta o produtor de lá com "paletozinho de corte estrangeiro". Entre as desvantagens disso, está o fato de que o Estado tem os juros de crédito iguais aos de outras regiões mais ricas, e além disso as faixas de crédito vêm sendo reduzidas.

POLÍTICA INTELIGENTE

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Saulo Garcia Queiroz, foi o terceiro a falar, e também lembrou das distorções na política agrícola. Para Queiroz, essas falhas só serão corrigidas "a partir do instante em que o Ministério da Agricultura realmente coordenar a política agrícola neste país".

Queiroz acha que é preciso considerar a situação de um Estado que ainda está expandindo suas áreas agrícolas:

— Somos um Estado de 36 milhões de hectares, com um milhão e 600 mil hectares de sua área em agricultura. Na verdade, a agricultura aqui apenas beliscou a grandeza de nossa área. Mas quando os recursos de crédito rural são distribuídos, não se leva em conta essa realidade, e

acabamos sendo comparados a São Paulo ou a outro Estado que já tem sua fronteira agrícola incorporada.

Lembrando que o Estado tem 20 milhões de hectares de terras disponíveis, o secretário reclamou: "Nós precisamos não só de uma política agrícola permanente, mas principalmente de uma política agrícola inteligente".

GOVERNO E FAMÍLIA

O dinheiro que retornar ao Mato Grosso será aplicado na melhoria das condições de vida do agricultor. Quem assegurou isso foi o governador Marcelo Miranda, para quem sua administração não arredará "um centímetro" dos planos de incentivo ao setor primário.

Sobre a falta de crédito mais abundante para a agricultura, Miranda fez uma comparação: disse que o governo pode ser entendido como uma família com renda insuficiente, e que tem dificuldades para aplicar os recursos disponíveis em necessidades básicas.

TAREFAS DA AGRICULTURA

O ministro da Agricultura foi o último a discursar. Stabile elogiou o Mato Grosso do Sul, por sua participação de mais de 4 por cento na produção brasileira 79/80. E disse que estava no Estado para ouvir os produtores e falar das dificuldades que o governo vem enfrentando ao tentar tornar a agricultura sólida "e com ganhos cada vez maiores".

Segundo o ministro, a produção de grãos poderá solucionar quatro dos grandes problemas brasileiros: a inflação, a dívida externa, a distribuição da renda da indústria de serviço do setor urbano para a agricultura e parte da crise de energia. Stabile lembrou que a agricultura poderá oferecer substitutivos ao petróleo, "na forma de álcool, óleo vegetal e carvão vegetal".

Como já havia dito em Santo Ângelo, quando da visita da Caravana da Produção, no início de setembro, Stabile voltou a afirmar que a conta de custeio está aberta. "O que queremos — disse o ministro — é que o agricultor brasileiro, quando vai a uma agência do Banco do Brasil, não ouça do gerente informação de que não pode emprestar para o plantio, porque o limite está esgotado".

O ministro também garantiu que os preços mínimos serão compensadores, por entender que "o melhor adubo é o preço". E voltou a pedir que os agricultores passem a reinvestir na agricultura, que — segundo ele — "é um bom negócio". Para Stabile, o Mato Grosso pode conseguir tudo isso e ser transformado no "celeiro do mundo".

Um tratamento diferente

Se a política de crédito para o Mato Grosso do Sul continuar como está, a produção não terá grandes estímulos. Essa foi a principal queixa dirigida pelos produtores ao ministro. Eles querem tratamento diferente, na liberação dos recursos, por acharem que o Estado tem condições diferentes dos demais.

Num documento entregue a Stabile, as lideranças rurais lembram que o custo da produção no Mato Grosso do Sul é bem mais alto que o de outras regiões. E o frete soma bastante no aumento desses custos. Eles também pedem que os VBCs (Valores Básicos de Custeio) sejam definidos em épocas mais oportunas, mais de acordo com os períodos de plantio.

As outras reivindicações encaminhadas a Stabile são estas:

— *Eliminação do aval como garantia para as operações de custeio agrícola, no caso dos agricultores com patrimônio inferior à dívida assumida.*

— *Terminar com a obrigatoriedade do plantio de feijão, em área correspondente a 5% da cultivada com cana-de-açúcar para fins carburantes.*

— *Implantação de um corredor de exportação, via Porto Murtinho. Construção de um terminal fluvial em Porto Murtinho.*

— *Faixas especiais de crédito, para corretivos de fertilidade do solo e maquinaria agrícola. Criação do Pró-Várzea, para aproveitamento das áreas produtivas não-exploradas.*

— *Reativação do Polocentro, com a inclusão de Maracaju. Recursos para eletrificação rural e implantação de um programa de reflorestamento*

para pequenas e médias propriedades.

— *Prazos mais dilatados nos créditos para investimentos. E, no caso de problemas financeiros enfrentados pelo agricultor, prorrogação dos prazos para pagamento dos custeios.*

— *Crédito fundiário, para arrendatários. Hoje mais de 50 por cento dos agricultores do Estado ocupam áreas arrendadas, com contratos por pequenos espaços de tempo.*

— *Crédito especial para implantação e ampliação da agroindústria. Isso baixaria os custos dos produtos industrializados e ofereceria mercado para a mão-de-obra.*

— *Regularização, pelo INCRA, das terras cuja documentação foi extraviada. Os donos dessas áreas pedem facilidades para conseguirem títulos de propriedade.*

— *Maior retorno das contribuições ao Funrural, para melhoria na assistência aos agricultores.*

— *Crédito extra para pecuária consorciada. Crédito especial para custeio pecuário. Recursos para formação de novas pastagens. Desconto de notas promissórias rurais e crédito para a agroindústria bovina.*

— *Definição da política de comercialização, com a distribuição do produto para os mercados interno e externo. No ano passado, a quota de exportação da soja do Estado ficou abaixo da média do país.*

— *Definição antecipada do preço de comercialização de pelo menos parte da produção de soja, com a celebração de contrato a termo.*

— *Isenção do ICM para comercialização do milho para ração.*

COLONOS FORAM PRESOS. SÓ QUERIAM TRABALHAR

80 famílias de agricultores sem terra resolveram ajeitar de vez sua situação. viram que o tempo de planta ia passar e nada do Governo cumprir sua promessa de arrumar um pedaço de terra para eles trabalharem. Invadiram então a Fazenda Anonni, uma área que desde 1972 está por ser desapropriada pelo Estado. Só que a invasão não deu certo e 12 agricultores foram presos. Na prisão eles receberam a visita de solidariedade de companheiros da região de Ijuí e arredores. No mesmo dia foram libertados. Mas a razão que os levou a invadir a Fazenda Anonni — falta de terra para trabalhar — ainda está por ser resolvida.

Os colonos sem terra que estão acampados provisoriamente na Fazenda Sarandi, no município gaúcho de Ronda Alta, cansaram de esperar pelas promessas do Governo de reassentá-los na área. No dia 10 de outubro pegaram seus poucos pertences — lonas, panelas — e invadiram a Fazenda Anonni. Desde 1972 está na Justiça uma ação para a desapropriação desta área, que está na mão de grandes produtores que não a cultivam.

Eles eram em mais de 250 pessoas, de 80 famílias. Chegaram de manhãzinha na Fazenda, distante pouco mais de 20 quilômetros do seu acampamento na Granja Brilhante. No final da manhã a Brigada Militar chegou e levou todo pessoal preso até Sarandi. Ali, alguns foram liberados e encaminhados de volta à Brilhante. 12 homens, porém, foram separados do grupo e aprisionados. De Sarandi foram transferidos para Santo Angelo pela Polícia Federal, ficando retidos no Presídio Municipal.

SOLIDARIEDADE

Quando a notícia desta prisão começou a correr pelo Estado, apareceram também várias dúvidas sobre o número exato de agricultores aprisionados e o local onde eles se encontravam.

Dia 14, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ijuí, Augusto Pestana, Ajuricaba, Chiapetta, Catuípe, Cruz Alta e Tupanciretã organizaram uma caravana de agricultores e foram até Santo Angelo levar seu apoio e solidariedade ao pessoal que estava preso. Em Porto Alegre, a Fetag procurava informações precisas sobre o número de presos e desaparecidos, enquanto também tratava de conseguir a libertação dos 12 colonos que estavam em Santo Angelo, os únicos sobre os quais se sabia alguma notícia mais ou menos exata. Mais tarde foi confirmada a informação de que não existiam outros presos.

De Augusto Pestana e Ijuí saíram dois ônibus lotados de agricultores, reunindo ainda o pessoal de Tupanciretã, Cruz Alta e Ajuricaba. Junto dos colonos foi o padre Zanatta, de Ajuricaba, e a irmã Valdez, da diocese de Cruz Alta. O pessoal de Chiapetta e Catuípe foi por conta. No final das contas, mais de 160 pessoas estavam em Santo Angelo querendo falar com os companheiros presos.

CONVERSA NA CADEIA

A administração do presídio, porém, apenas permitiu a entrada de dois grupos, não maiores do que 8 pessoas. Entraram os presidentes de sindicato, os representantes da Igreja e ainda alguns agricultores. Dentro da cadeia, o pessoal conversou com os agricultores presos. Eles contaram como aconteceu a sua prisão ("a gente não sabia que estava sendo preso. Até achava que iam nos libertar logo. Tanto que pensamos até em voltar a pé para a granja Brilhante"). Eles falaram também das condições que estavam sendo tratados no presídio e da sua preocupação com os demais companheiros e suas famílias. O tratamento no presídio melhorou depois que muita gente começou a se movimentar para libertá-los. Tanto que foram separados dos presos comuns (que até roubaram suas poucas coisas) e colocados numa sala separada.

EXIGINDO SOLUÇÃO

Depois da visita, os agricultores se reuniram no salão da Igreja Matriz de Santo Angelo, onde fizeram uma avaliação do que tinha sido visto e sentido e ainda decidiram fazer um manifesto protestando contra as prisões e exigindo uma solução para o caso.

Nem bem os agricultores da região estavam voltando para a casa os 12 colonos foram libertados. Eles voltaram na mesma noite para a granja Brilhante. "Se a invasão não deu certo, se fomos presos ainda tem uma coisa que para nós foi bom", comentavam eles ainda durante a visita. "Tem gente apoiando a nossa luta".

A libertação dos presos não era realmente o mais importante com esta visita de agricultores da região. Durante a reunião no salão paroquial, o pessoal comentava da preocupação com o problema de falta de terra. E preocupação não apenas com os colonos da Fazenda Sarandi, mas também das 248 famílias que há 11 anos foram removidas da área onde foi construída a usina de Passo Real e ainda esperam seu reassentamento, e com os milhares de agricultores que terão suas terras alagadas com a construção de barragens no rio Uruguai. "Este é um problema não só dos agricultores sem terra", como comentava Carlos Karlinski, presidente do STR de Ijuí. "É um problema de muitos agricultores".



Muitos só puderam falar com os companheiros de fora da cadeia



Lá dentro a conversa sobre a situação

Falta terra e segurança

Desde que foram expulsas da reserva indígena de Nonoi, isto em 1978, dezenas de famílias de agricultores sem terra estão esperando uma solução para este problema. Alguns de seus companheiros estão hoje em Bagé, no Rio Grande do Sul mesmo, participando de um projeto de reassentamento organizado pela Camal (Cooperativa Mista Aceguá Ltda). Outros foram para o Mato Grosso, no projeto de colonização da Copercana. Mas muitos ficaram no Rio Grande, ocupando provisoriamente áreas de terra na Fazenda Sarandi, que é propriedade do Estado. E também muitos daqueles que foram para o Mato Grosso voltaram para cá e foram se juntar aos seus antigos vizinhos.

De 1978 até agora este pessoal está esperando ver cumpridas as promessas de reassentamento. O

próprio governador do Estado, José Augusto Amaral de Souza, deu seu apoio público à causa destes colonos, que foram até mesmo a Porto Alegre conversar com as autoridades.

Entre as promessas que eles ouviram estava a de resolver a questão do aproveitamento da Fazenda Sarandi, arrendada há diversos anos a grandes produtores. Estes produtores foram intimados pela justiça a devolverem a terra para o Estado promover o reassentamento de muitas famílias de agricultores sem terra. Só que até hoje a questão ainda não foi totalmente resolvida. Isto que o governador até chegou a dizer: "Se eu fosse agricultor já teria invadido a Fazenda Anonni". Esta Fazenda, próxima à Fazenda Sarandi, está para ser desapropriada pelo Governo desde 1972.



Há um ano atrás se comprava o milho a Cr\$ 200,00, Cr\$ 220,00 o saco e se recebia pelo porco o preço de Cr\$ 40,00 e até Cr\$ 43,00 pelo quilo. Hoje é difícil encontrar milho por menos de Cr\$ 600,00, mas não se ganha mais de Cr\$ 38,00, Cr\$ 39,00 pelo quilo de porco gordo que se entrega nos frigoríficos. Só olhando estes números, quem não cria porco pode começar a imaginar qual a situação do pessoal que tem na suinocultura uma atividade importante.

Pois para os criadores a situação está de desesperar, com um prejuízo enorme em cada porco que encostam nos frigoríficos. O cálculo é que se está perdendo mais de Cr\$ 20,00 por quilo de porco gordo. Mas não foi do dia para a noite que surgiu esta crise na suinocultura, a maior crise, por sinal, que a maioria dos criadores já viveu ou ouviu falar. Uma porção de fatos contribuíram para deixar esta situação do jeito que está.

Um deles, a proibição de exportar carne suína, deixou de existir a partir do dia 21 de outubro, quando o ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile, anunciou que não existem mais razões para impedir a exportação de suínos produzidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta proibição vem desde o tempo da falada peste suína africana, um assunto que deu bastante comentários no país inteiro. Porcos e mais porcos foram mortos a pauladas e a tiros para acabar com o vírus da peste. Um vírus, por sinal, que muita gente acredita que jamais atingiu o rebanho brasileiro.

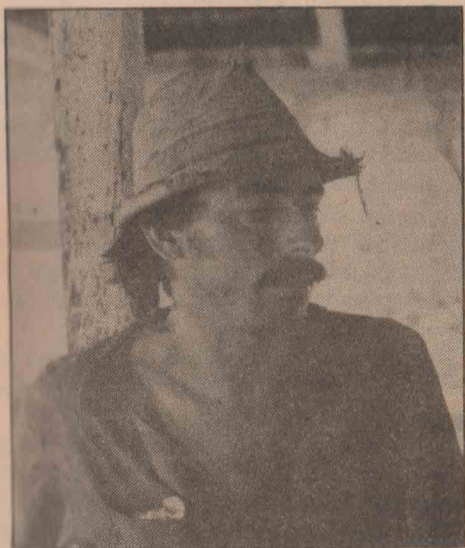
Ainda é muito cedo para saber se esta liberação das exportações vai mesmo resolver a crise da suinocultura. Acontece que de pouco adianta o Ministério liberar a carne, se não existirem compradores de outros países para ela. E o pessoal lá fora andou nos últimos tempos bastante receoso em comprar a nossa produção. Exatamente por causa das notícias da peste.

Só que além deste problema de exportação, existem ainda outras razões que tornaram a suinocultura uma atividade em crise. Entre muitas, se destacam a inexistência de um preço mínimo para o suíno e o baixo consumo de carne de porco no Brasil. Isto, em parte, se deve a hábitos alimentares, em parte por causa do preço — até há pouco mais alto que o das outras carnes — e em parte porque existe a idéia de que carne de porco faz mal.

Além destes dois aspectos, existe um terceiro que talvez explique melhor porque muita gente anda apavorada com a situação do porco: nunca se investiu tanto em chiqueiros, e nem tanta gente começou a criar porcos, como agora. É até impossível precisar o número de agricultores que pensaram encontrar na suinocultura uma saída para sua crise financeira. Tudo que é banco andou financiando, ano passado e este ano, dinheiro para a construção de pocilgas e a compra de reprodutores. Mesmo assim, porém, há uma coisa que produtores acham difícil de entender: o preço do porco, no lugar de subir, como aconteceu com todo o resto das coisas, ficou no mesmo nível do ano passado e até mesmo baixou de valor.

Enquanto isto, na cidade, quem quiser comprar um quilo de carne, precisa pagar o dobro do que pagava no ano passado.

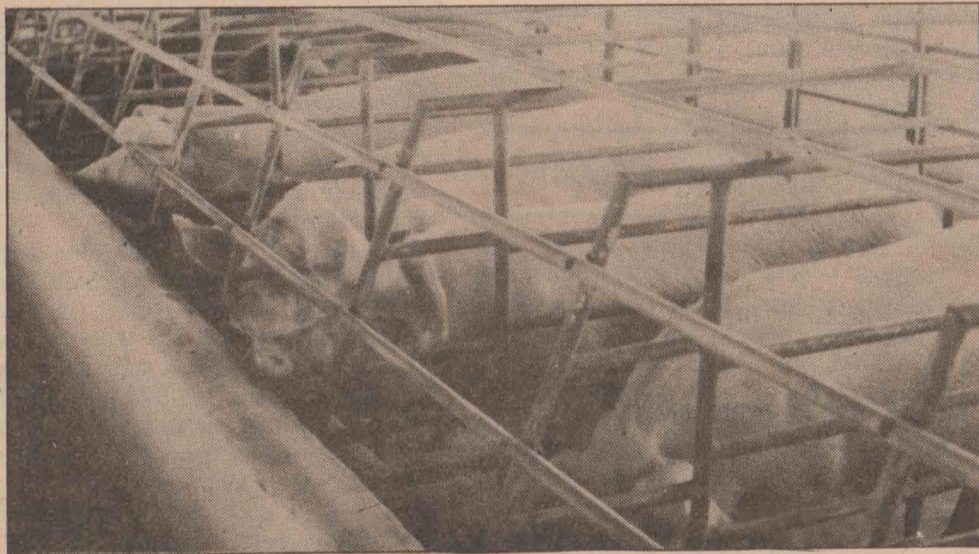
AGORA É QUE O PORCO TORCE O RABO



Emídio: por que financiaram?

Na ponta do lápis, Aldair Jantesh e seu irmão, Adair, perderam coisa de Cr\$ 20 mil com a venda de 105 leitões que engordaram para entregar no frigorífico. É prejuízo grande para quem acreditava que com o porco a situação iria se endireitar depois de perder muito dinheiro com as frustrações de soja e trigo. Mas, que nada. Os Jantesh, que moram em Ijuizinho, no município de Augusto Pestana, só estão perdendo dinheiro desde que resolveram entrar com mais força na suinocultura. Construíram chiqueiro novo e compraram porcos criadeiras. O investimento chegou a Cr\$ 115 mil com o chiqueiro, e mais Cr\$ 7 mil por leitão, das 15 que compraram.

Situação difícil assim não é só dos Jantesh. Um grande número de agricultores se jogou de corpo e alma na suinocultura, certos de que com esta atividade garanti-



Os investimentos dos produtores na suinocultura foram elevados demais

riam ainda por algum tempo o sustento da família.

O Emídio Cortes da Silva, de Linha Iracema, em Chiapetta, está perdendo mais dinheiro ainda. Ele consulta um caderno onde anda anotando tudo o que tem gasto para alimentar o bicharedo e, no final das somas e diminuições, o prejuízo é maior ainda:

— Tirei Cr\$ 16 mil de financiamento no Banco do Brasil prá comprar ração. Tem outro financiamento no Bradesco, de ração e milho, que é de Cr\$ 25 mil. Comprei ainda 55 sacos de milho a Cr\$ 320,00, que dá 17.600,00. Tem ainda duas notas de ração, uma de Cr\$ 6.700,00 e outra de Cr\$ 5.890,00. Comprei mais ração picada prá leitão pequeno, que deu Cr\$ 3.970,00. Paguei Cr\$ 2.250,00 pró farelo de arroz e ainda Cr\$ 2 mil de concentrado prá leitão novo. No final, gastei Cr\$ 78.810,00 em

trato, e consegui fazer só Cr\$ 35 mil em porco. Isto contando só de 22 de maio prá cá.

COMO AGÜENTAR

Pois como será que os Jantesh e Emídio podem aguentar uma situação destas? E o pior é que nem sequer ainda começaram a pagar os investimentos feitos com os chiqueiros. Emídio tirou um financiamento de Cr\$ 142 mil para sua construção, onde botou 11 criadeiras:

— A primeira prestação, de Cr\$ 50 mil, pago em maio do ano que vem. Fiz o chiqueiro que achei que dava, que o porco ia subir ainda mais de preço. Inventamos de criar que todo mundo estava criando. E nunca se pensou que o porco não subia de preço. Se tudo sobe, por que o porco não



Aldair: Cr\$ 20 mil de prejuízo

ia subir também?

Emídio, proprietário de 18 hectares, plantava só trigo e soja e uns cantinhos de milho até o ano passado. Com pouca terra, ele explica, era preciso arranjar outra coisa para fazer:

— Em vez de ficar de balde, cuidava daí um porco. O que eu não posso é entender porque o Governo financiou o chiqueiro se não queria dar um preço de garantia pró criador de porco?

DESPESA DEMAIS

Outro pequeno criador e também pequeno proprietário de terra, o seu Raulino Dalri, do Barro Preto, em Ajuricaba, também teve uma despesa com a construção do chiqueiro que não poderia ter feito. Família grande, e só 37,5 hectares de terra prá



Suinocultura

sustentar 9 filhos, é coisa que não podia deixar ficar muito tempo só na base do trigo e da soja. Aí, como muito outro produtor, seu Raulino entrou na onda de aumentar o chiqueiro. Isto foi no princípio do ano, quando olhando prô chiqueiro velho, ele resolveu fazer uma pocilga nova e deixar de criar porco só para garantir a carne, a linguiça e a banha prá alimentar a família:

— Gostar sempre gostei da lida de criar porco. Devido a soja que não dava, pensamos de novo na criação, sempre naquela de diversificar. E já que a gente ia ariscar, não custava aumentar um pouco. . .

Hoje seu Raulino vê que custou. E bastante. Pegou financiamento de Cr\$ 170 mil, mas acabou botando muito dinheiro em cima. E isto que antes de começar a construção propriamente dita, ele já tinha encostado do lado de casa areia, tijolo e uma boa parte de madeira.

Ele está bem convencido que anda prá lá de errada a situação do porco:

— Prá que o Banco financiou esta montoeira de chiqueiro e não vê uma solução? Sei lá se isto aí foi mesmo prá amarrar o povo no Banco ou se era para o povo mudar um pouco, sair da monocultura.

VENDER A TERRA

O brabo é que seu Raulino não sabe como vai fazer quando começarem a vender os prazos para pagar as prestações do investimento. Isto é já agora no início do ano que vem:

— A gente vai ter que se virar de qualquer maneira. Mas se dá mais uma crise de soja quero só ver onde muita gente vai parar. Do porco, nessa situação, não vai sair o dinheiro prá pagar as prestações. A gente vai ser obrigado, amanhã ou depois, a vender a propriedade para pagar o que deve.

Isto que seu Raulino plantou mais da metade de sua propriedade com milho prá garantir o trato do bicharedo. Sua dúvida agora, é se tira os leitões das porcas, vende as porcas e também o milho que plantou, ou continua criando, tendo um prejuízo monstro.

— Vendendo o milho, ganho mais dinheiro do que usando ele prô trato. Arrependido propriamente, eu não ando com a situação de ter aumentado a criação. A gente tinha mesmo que diversificar e fazer o chiqueiro. O que eu estou renegado é com este preço.



Luiz: a terra é pouca

NEM OUVIR FALAR

Pois foi pelo preço que seu Arnaldo Hermann, de Miraguaí, acabou com a criação. Vendeu sua última porca criadeira que andava cansado de só perder dinheiro com a suinocultura. Sorte do seu Arnaldo é que ele não fez investimento nenhum, nem quando começou a história de que a suinocultura ia salvar os colonos pequenos. Agora, ele não quer nem ouvir falar de porco:

— No preço que pagam o porco, e no que se paga pelo trato, é impossível continuar criando. Isto tudo foi provocado pelo grande incentivo que o Governo deu prá suinocultura. Na nossa região, os pequenos que tem 10, 12 hectares de terra, pegaram crédito para construir pocilga de Cr\$ 400, Cr\$ 500 mil cruzeiros. Agora eles não têm condições de criar o porco e nem dinheiro para pagar as prestações. Então estão vendendo a terra, com o chiqueiro junto, e vão embora.

Seu Arnaldo continua:

— De tanta reivindicação, tanto documento que já foi feito, não se teve nenhum resultado. Os frigoríficos estão comprando porco e o produtor, se quiser, que venda. Mas além de ser um preço que não recompensa, só pagam em 30, 60 até 90 dias. Quem aguenta assim?

Que o porco ia entrar em crise, seu Arnaldo diz que já era visto:

— Primeiro veio aquela história da Peste Suína Africana, que não aconteceu de maneira nenhuma. E depois todo este incentivo. A peste foi o maior crime que poderiam ter feito, que assim nos proibiram de exportar carne. Só pode que tinha alguém com interesse de fazer nós entrar nesta crise.

QUANDO A TERRA É POUCA

Quem tem 4,2 hectares de terra pode produzir o quê? "Só porco", conta Luiz Raffaeli, de Vista Gaúcha, em Tenente Portela, um dos maiores criadores de suínos do município. Em cima da sua pouca terra, tem quase 2 mil metros quadrados de chiqueiro construídos, onde ele abriga 120 porcas criadeiras. A terra é tão pouca que nem o milho ele consegue produzir. Luiz explica:

— Compro tudo de trato, que dá mais de 2.000 porco por ano para engordar e levar ao abate.



Arnaldo: o crime da peste



Raulino: uma despesa que não poderia ter feito

Só de janeiro para cá, o Luiz investiu Cr\$ 1 milhão e 300 mil cruzeiros no seu chiqueirão. E isto que os prédios mesmo já estavam construídos. Ele gastou todo este dinheiro só para botar tudo na técnica, com cela parideira, cela de gestação e assim por diante:

— A técnica é vantagem para quem cria bastante em pouca terra. Quem tem bastante terra não precisa investir tanto quanto eu, e nem quem cria pouco porco. Se eu não fizesse assim, não levava o negócio. E acontece o seguinte: se eu ficar com 50 porcas criadeiras, só ficou naquelas 50. Se eu preciso de um chiqueiro para 50 porcas, quem sabe posso botar 80 sem fazer um novo prédio. E foi assim que eu fiz.

Luiz anda preocupado com o custo do mantimento:

— Tá horrível a situação. De um ano para cá o trato subiu 150 por cento. O preço que pagam pelo porco, em si, não seria o problema se o custo não fosse tão caro.

O caso é tão brabo, que se não fosse a mulher fazer uns Cr\$ 8 mil por mês com o leite (que vende entre os vizinhos da Vista Gaúcha), era até capaz de a situação em casa estar virada num assunto muito sério:

— E só pode mesmo. Ano passado, nesta época, vendi o porco a Cr\$ 43,00 o quilo e o milho paguei Cr\$ 250,00 o saco. Hoje anda Cr\$ 39,00 o porco e Cr\$ 600,00 o milho. Assim não dá prá criar.

BUSCANDO MERCADO

Ele até andou procurando um novo mercado para seus leitões. Andava com uma idéia na cabeça de vender os bichinhos antes de gastar muito em trato. Tanto que foi até Languirú e Bom Retiro procurar vender a leitoada:

— O caso é que não ia ter mercado prá todos. Este leitão, me disseram, só abatem prá vender nas festas de fim de ano.

Luiz conta que não desanima. "Lidar com porco sempre foi isso mesmo". O caso é que ele precisa mesmo continuar criando suínos, porque seu investimento está muito alto prá voltar atrás. Mas ele tem lá um pensamento: Quem não investiu muito deve

cair fora do porco, tem que parar logo mesmo. Daí, a maioria, quem é criador tradicional, consegue se livrar da situação.

SE ARREPENDIMENTO MATASSE . . .

Um produtor que conta "se arrependimento matasse, eu já tinha morrido por causa do chiqueiro", é o Valdemiro Rodrigues da Silva, de Derrubadas, também em Tenente Portela. Recém ele terminou de aprontar sua construção nova e dá esta crise. Valdemiro gastou quase Cr\$ 500 mil neste investimento, onde além da pocilga construiu um armazém para guardar milho. Das 10 porcas criadeiras que ele tinha, ampliou o número para 33.

A Celi, sua mulher, é quem explica que por terem pouca terra e por sua lida sempre ter sido porco, que acharam que dava para investir nesta atividade. Celi conta mais ainda:

— E o porco estava bom no ano passado. E agora subiu tudo. Só o que é do colono não subiu.

"Só pode ser que tem intermediário aí no meio ganhando muito dinheiro", continua o Valdemiro, quando lembra que o produtor ganha só Cr\$ 38,00, Cr\$ 39,00 pelo quilo do porco, enquanto o pessoal da cidade anda pagando Cr\$ 140,00 e até Cr\$ 200,00 ou mais pelo quilo que consome.

Valdemiro anda até com umas idéias que não são das mais otimistas na cabeça:

— Eu vou aguentar até o fim do ano. Se não melhorar o preço, vou engordar tudo, fechar os chiqueiros, e levar o cachaço mais gordo que eu tenho prá largar dentro do Banco.

Esta função do Banco, é que o Valdemiro acha que o Governo largou muito dinheiro prá construir pocilga por este Rio Grande afora:

— Está certo que eu é quem fui procurar o financiamento. Me deram 100 por cento e, se pedisse, acho que levava até o gerente junto. Se o Governo, em vez de dar todo este dinheiro prô colono construir chiqueiro, tivesse dado um preço mínimo prô porco, nós hoje aqui até íamos estar falando de outro assunto.



Valdemiro e Celi: se arrependimento matasse...



Osório: saudades de antigamente



Jaime: a culpa é dos grandes

MILHO NO CEDO

Um pouco de sorte o Valdemiro teve foi em ser apurado: comprou milho no cedo, ainda no tempo dos Cr\$ 200,00 e poucos o sacco, o que acaba barateando um pouco o custo da sua ração:

— Só imagino então a situação daquele colono, que não tinha dinheiro e nem a idéia de que ia subir tanto assim o trato.

Quem não comprou no cedo, está ralado. Isto também pensa o seu Osório Pedro Rosa Gobbo, de Colônia Santo Antônio, em Ijuí, um grande e tradicional criador de porco da região. Pois seu Osório também andou aumentando seu chiqueiro, "isto porque já estava no porco", como ele conta. Ele está com 36 criadeiras.

— O movimento no porco tanto fazia se tinha 16 ou 30 ou 40 porcas, era o mesmo. Fiz investimento mais com recurso próprio do que com financiamento de Banco. Para gado eu não tinha área pra fazer criação e o porco, com pouca área, pode criar de quantia. O meu chiqueiro ainda foi com um custo muito econômico, compa-

rando com a época. Agora, se era pra eu fazer tudo instalação nova, acho que não fazia e não criava porco.

Produtor tradicional sempre cria porco, comenta seu Osório, vivendo crise e passando crise. A melhor época da suinocultura que ele lembra foi o tempo de 1966 e 1969:

— Se comprava um sacco de milho a 6 pila e vendia o porco a 4,80. Aquela época se fazia uma casa com uma chiqueirada de porco. E nem precisava muito porco pra isto. Foi naquela época que aproveitei para fazer um capitalzinho com meia dúzia de criadeiras.

Para ele, a situação do preço não se arrumando em pouco tempo, aí sim vamos ver o que é crise de suinocultura:

— Vai faltar dinheiro pro trato e vai ser um desespero, vai aniquilar o bicharedo. E porco branco aniquilado, se me dão dado eu agradeço.

CORTAM LÁ EMBAIXO

Outro criador de tempos é o seu Jaime Wender, de Parador, Ijuí. Com três fi-

lhos, 50 hectares de terra, ele também achou na suinocultura uma atividade que poderia trazer um maior rendimento por menor unidade de área. Hoje ele anda com umas 45 porcas criadeiras, isto depois de também ter feito um certo investimento em cima da propriedade:

— Estou com uns Cr\$ 200 mil de dívida por causa do chiqueiro. Fomos nós mesmos lá em casa quem construímos tudo, por isto demorou bastante até aprontar. Mas também se fosse pra fazer hoje, acho que nem com Cr\$ 4 milhões ou Cr\$ 5 milhões eu fazia aquilo lá em casa.

Seu Jaime não concorda absolutamente com esta situação em que o suinocultor acabou se envolvendo:

— Nós estamos aqui trabalhando, incentivando, fazendo tudo, e os cara lá com uma simples assinatura cortam tudo. Isto de não deixar exportar carne de porco, qual é o motivo? A tal da africana que nunca existiu? Os países não estão comprando por causa disso e a consequência é que sobrou produto aqui. Mas não existe nem planejamento. O governo financia ração, financia chiqueiro, mas corta o negócio lá embaixo.

A culpa do crescimento da criação de porco, o Jaime acha que em parte é mesmo do colono, que não se deu conta a tempo que não iria dar certo tanta gente começar a investir na mesma atividade. O pessoal se deixou levar pelo crédito fácil e com os juros de hoje é difícil se livrar:

— Nós estamos é um pouco desorientados. Mas os causantes mesmo da inflação do porco são os grandes criadores com possibilidade de terra. Porque o pequeno criador, este que tem pouca terra, ele não prejudica o mercado. Quem estraga tudo é o grande, gente que não precisava do porco para viver melhor.

Ele tenta justificar a razão de ter investido também nesta atividade, lembrando que o seu plano de aumentar a criação não se deve à frustrações de safra nem nada. Há anos que a ampliação estava programada. Os filhos crescendo, sem poder comprar mais terra, ele não encontrava muitas saídas:

— Só onde estávamos não ia dar mais pra se sustentar, nós teríamos que sair pra fora da terra. Então pensamos no porco. Mas isto, ó, já faz anos, que eu nunca parei com o suíno. E a suinocultura não pode e nem deve parar. Para mim é um desastre se voltar atrás.

VENDER PRÁ QUEM?

Com esta crise porque passam os criadores que apenas engordam suínos, a maioria fica pensando que quem está ganhando muito, mas muito dinheiro mesmo, é quem cria reprodutor. Com tanta gente fazendo chiqueiro e entrando na atividade, só pode que estes criadores estão fazendo a mala. Só que não é bem assim, como conta o seu Alípio Friederich, do Alto da União, em Ijuí. Criador de reprodutores há 27 anos, seu Alípio tem animais de sua granja — a Sem Rival — até lá no Mato Grosso:

— O movimento pra nós caiu em perto de 50 por cento. Tem muito reprodutor encomendado, mas mesmo assim o pessoal já não está comprando tanto macho e tanta leitoa como há pouco tempo. E pra quem eu vou vender se não dá mais para criar?

Esta é a pior fase que seu Alípio está conhecendo na suinocultura. E ele sente o aperto dos dois lados, pois afinal de contas ele não cria só reprodutores. Porcas desclassificadas (que dão pouca produção) ele engorda pra mandar pro frigorífico. Isto sem contar que não são todos os machos que nascem que são vendidos como reprodutores. "De cada 50 machos, se vende uns 20. O resto se engorda".

Seu Alípio também investiu em chiqueiro, mas isto foi há tempos atrás, antes desta onda de incentivo. A construção foi exatamente na época em que se falava ainda na Peste Suína Africana. Aí sim, quando o pessoal começou a comprar reprodutores, que seu Alípio fez bons negócios. Hoje a situação está bem diferente. Tanto que está desclassificando até as porcas que dão 8 leitões, que na situação de agora uma produção destas já dá prejuízo:

— No negócio de reprodutor a gente não tem uma programação certa. A gente vai segurando e de repente muda. Tenho até leitoa coberta, o que é difícil de acontecer.

Sua esposa, dona Hildegard, acha que nada justifica o preço que o criador está recebendo pelo porco, "porque o milho pulou e o porco ficou na mesma. Mas nós temos que aguentar, porque se aguentamos a situação até agora, com os 900 porcos que temos no chiqueiro, temos que aguentar mais um pouco. Quando o negócio melhorar, a gente se ajesta de novo.



Alípio e Hildegard: nada justifica o preço que ganhamos



O QUE PEDEM OS CRIADORES



Por tudo que é lado que se anda no interior do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, só se ouve falar na crise do porco. Tem criador entregando sua última leitoa, vendendo a terra e se desesperando com a proporção que assumiu este problema.

Que a situação não está fácil ficou bem comprovado com manifestações feitas por produtores dos três estados durante o mês de outubro. Em Chapecó, Santa Catarina, 23 mil criadores de porco fizeram uma concentração exigindo que o Governo resolva de vez este assunto. Em Francisco Beltrão, no Paraná, mais 8 mil produtores se manifestaram. No Rio Grande do Sul, em Encantado, 3.500 produtores saíram até mesmo em passeata para exigir uma solução para a suinocultura.

Nesta reunião em Encantado foram apresentadas e aprovadas várias moções. Num documento final, elas foram resumidas nas seguintes proposições:

PREÇO MÍNIMO

1) Inclusão do suíno na pauta dos preços mínimos. Que os reajustes sejam mensais, de acordo com os índices de aumento dos componentes que incidem sobre os custos de produção, e que proporcionem uma margem de lucratividade de acordo com o Estatuto da Terra.

2) Compra imediata pela COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação) dos excedentes de carne suína e banha ora existentes no mercado, a fim de evitar a abusiva exploração do intermediário.

Durante toda vida o criador de porco fez a seguinte relação para concluir se a suinocultura não estava dando prejuízo: era preciso ganhar por um quilo de porco o valor de 10 por cento do preço do saco de milho. Como o preço do milho anda na casa dos Cr\$ 600,00, o produtor deveria receber pelo menos Cr\$ 60,00 pelo quilo de porco. E ele recebe não mais que Cr\$ 38,00 ou Cr\$ 40,00. Está tendo assim um prejuízo certo de Cr\$ 20,00 por quilo de porco.

E tudo subiu para engordar o porco desde o ano passado, quando ele recebia os mesmos Cr\$ 40,00 pelo seu produto ou às vezes até mais. Isto sem contar que nos Cr\$ 60,00 que ele deveria estar recebendo hoje, não se considerou o que

prega o Estatuto da Terra: receber o custo de produção e mais 30 por cento. Deste jeito, o preço do porco deveria valer Cr\$ 72,00.

Não existe preço mínimo por razão muito simples: qualquer produto amparado pela política de preços mínimos deve ser adquirido pelo Governo nas épocas em que o mercado não absorve a produção. Quanto a este ponto o próprio ministro da Agricultura, Angelo Amaury Stábile, disse que o Governo não tem uma estrutura montada para comprar os excedentes. Ele está planejando, em todo caso, que a Cobal compre os estoques, dos frigoríficos, colocando-os no mercado a um preço acessível para a população.

FINANCIAMENTOS

3) Concessão de financiamentos às indústrias que se dispuserem a entregar seus estoques excedentes de carne suína à Cobal, colaborando na solução da atual situação adversa ao produtor.

4) Prorrogação dos prazos de pagamento de financiamentos contraídos pelos suinocultores até 30 de julho de 1981.

5) Rigidez no controle pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços), na revisão e aumento de preços das rações e concentrados.

6) Maior fiscalização na qualidade de rações e concentrados.

A ração subiu 86 por cento só neste primeiro semestre do ano. O milho subiu 85 por cento no mesmo período. O concentrado teve seu preço elevado em 67 por cento. Como criar porco desta maneira?

CONSUMO

7) Campanha institucional e promocional junto à população, incentivando o consu-

mo de carne suína e derivados.

Em média, se consome no Brasil apenas 8 quilos de carne de porco por ano. "Só para comparar", comenta José Adão Braun, presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, "o consumo na Europa está em torno de 50 quilos por pessoa/ano. Na Alemanha chega a 54 quilos".

O baixo consumo, em parte, pode ser explicado até por uma questão de hábito alimentar. Sempre existiu aquela idéia de que a carne de porco é muito forte, faz mal prô fígado. E até mesmo na época em que se começou a introduzir os óleos vegetais (como o de soja, principalmente), as indústrias fizeram uma campanha promocional enorme em cima do fato de que a banha de porco fazia mal, dava o tal do colesterol (gordura no sangue). Com isso, o povo foi deixando de consumir, ainda mais que a carne de porco sempre estava num preço mais alto do que outras carnes.

Mesmo hoje, quando um bom corte de suíno é mais barato que um bom corte de bovino (só em razão da crise), o pessoal compra muito mais carne de gado que de porco. Enquanto na Alemanha, por exemplo, 70 por cento da carne consumida é de suínos, no Brasil a proporção baixa para 13 por cento.

Para resolver este problema de sub-consumo, existem até muitas idéias na cabeça dos criadores e do pessoal que lida com a comercialização de suínos. Uma delas é fazer a campanha para o povo comer mais porco. A outra que envolve muito mais uma questão de política econômica, é melhorar o poder aquisitivo da população. O povo come pouca carne de porco como também come

pouca carne em geral. E não porque não gosta de carne. Não tem é dinheiro para comprar.

Há ainda a questão de que para o povo consumir mais carne de porco, seria preciso melhorar a qualidade do produto, criando mais porco-carne do que porco-banha. Não vai ser de uma hora para a outra que o pessoal vai deixar de comprar o óleo de soja para comprar a banha. Ainda mais que o quilo de banha custa Cr\$ 60,00 e a lata de azeite Cr\$ 45,00. Mais barato os frigoríficos não conseguem produzir banha. Isto é fácil de ver: se pagam Cr\$ 40,00 pelo quilo de porco, não podem produzir a banha a um preço abaixo de Cr\$ 40,00.

TRIBUTAÇÃO

8) Igualdade no tratamento de tributação das carnes.

Na comercialização do suíno existe a taxa de 13 por cento de ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias). A carne bovina paga um ICM de 4,84 por cento, enquanto a de aves e a de peixe são isentas desta tributação. Só por isto aí, já dá para sentir em parte porque a carne de porco chega mais cara ao consumidor.

9) Implantação de programa especial de crédito às cooperativas de produtores de suínos para que, continuamente, se estruturarem e aprimorem na industrialização e comercialização, permitindo extensão de benefícios diretos também ao consumidor.

10) Repasse de milho importado para pequeno produtor de suínos através de cooperativas ou órgãos de classe.

11) Controle pelo Governo Federal dos atravessadores dos produtos suínos.

DIA DO PROTESTO

12) Dia Nacional do Protesto - 15 de novembro -

com a paralisação da comercialização de suínos.

A Fetag, a Fecotriço e a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul ficaram encarregadas de organizar a realização de um Dia de Protesto, a exemplo do que aconteceu no caso do confisco

EXPORTAÇÃO

13) Reinício imediato da exportação de produtos suínos.

Este foi o primeiro resultado concreto já obtido com a movimentação dos produtores. O Ministério da Agricultura já levantou a proibição para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O difícil vai ser encontrar alguém para comprar esta carne, pois lá fora muita gente pensa que a peste suína africana efetivamente aconteceu. Isto sem contar que muitos países estão produzindo porco. Seu Arnaldo Drews, vice-presidente da Cotrijuf, que esteve recentemente visitando cooperativas européias, conta:

— Está sendo muito incentivada a criação de porco na Alemanha, na França e, principalmente, na Holanda. Eles estão produzindo muita carne e isto vai prejudicar o Brasil a médio prazo. Se estruturando nesta área, eles vão continuar criando porco por muito tempo. Ainda mais que o Mercado Comum Europeu é muito unido, com todos países num bloco só. Se precisa entrar alguma coisa de fora, só entra através deste Mercado e isto através do país que é o maior produtor de determinada coisa. Por exemplo: as importações de carne de ovelha feitas pelo Mercado Comum Europeu, só entram pela Inglaterra, que é o maior produtor de ovelha.

O positivo nesta questão de abrir o mercado para a exportação é que pelo menos o fantasma da peste deixa de existir. Ou como conta o José Adão Braun, presidente da ACSURGS:

— Dado a este sufoco, qualquer luzinha que se acende de longe é uma esperança para nós. É uma reivindicação nossa que foi atendida, porque a gente sabe que o mercado interno não tem condições de absorver toda produção.

Quem sabe deste jeito, as indústrias agora consigam se ver livre das 10 mil toneladas de suínos que afirmam ter estocadas, e o preço ao produtor melhore um pouco. Porque bom mesmo, só será quando existir o preço mínimo que cubra os custos de produção e ainda deixe uma margem de 30 por cento para remunerar o produtor pelo seu trabalho.



A HORA NÃO É DE SE AFOBAR

As cooperativas entram com calma na comercialização do porco.

O que pode representar a entrada das cooperativas de produção de grãos (como a Cotrijuf) no recebimento e comercialização dos suínos produzidos por seus associados?

"Agora, na situação de crise que se vive hoje na suinocultura, apenas uma garantia de pagamento à vista", comenta Arnaldo Drews, vice-presidente da Cotrijuf. "A cooperativa vai entrar na área do porco, porque esta era uma antiga reivindicação dos associados, sabendo que o negócio não é brincadeira. Nós não vamos resolver o problema a curto prazo".

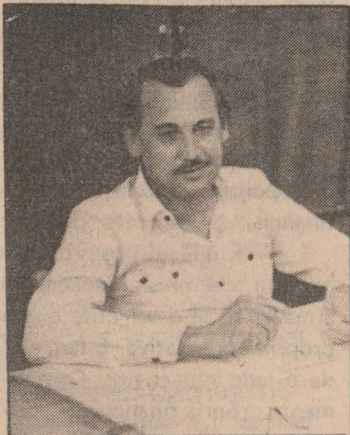
"Mais tarde", ele continua explicando, "no momento em que as cooperativas tiverem uma vivência maior nesta área, elas terão os números na mão para ir no Governo mostrar a situação do produtor. Aí, as coisas mudam um pouco".

"Recebendo, industrializando e recebendo os suínos, nós temos melhores condições de eliminar o intermediário", complementa Bruno Eisele, diretor da Região Pioneira. "Aí o porco vai direto do produtor para o consumidor".

Pois faz tempo que os associados estão escutando que a Cooperativa vai começar a receber os suínos. E agora vai mesmo de fato. Num primeiro momento apenas em duas Unidades (Ajuricaba e Santo Augusto) isto deverá acontecer efetivamente. Mais tarde, quando já se tiver uma experiência efetiva nesta área, o recebimento também acontecerá nas demais Unidades.

"Nós temos que ir com calma", explica seu Arnaldo. "Não podemos repetir os mesmos erros que aconteceram quando se iniciou a Central de Leite e a coleta começou de uma forma desorganizada. No porco teremos que começar o trabalho bem do princípio, corrigindo as falhas que apareçam".

Os produtores, porém, estão muito esperançosos. É o caso de Valdemiro Rodrigues da Silva, de Derrubadas (Tente Portela):



Arnaldo: ir com calma

— É muito bom este negócio da cooperativa receber o nosso porco. De certo vai acontecer que nem quando a Cotrijuf começou a comprar gado aqui em Portela. Antes ninguém pagava pelos bois, e agora, os bichos são até disputados.

Garantir preço, porém, será um tanto difícil de início. A questão do preço dos suínos é uma coisa que foge um pouco da capacidade da cooperativa. Depende muito é do mercado, como acontece com uma porção de outros produtos que não são amparados pela política de preços mínimos.

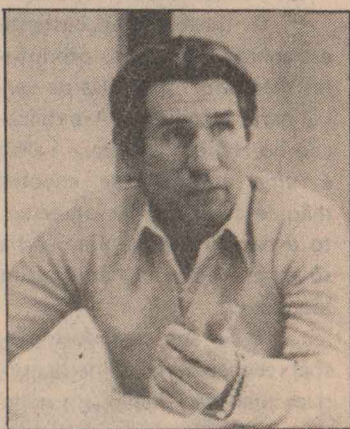
Outro criador, o Jaime Wender, do Parador em Ijuí, acha que o pessoal não deve se animar demais com esta história da Central de Carnes:

— Tem gente que acha que se a Cooperativa comprar o porco vai ser a hora de começar a criar. Mas o pessoal vai se enganar. Pode até ficar pior a situação, se todo mundo vai criar porco pensando em ganhar dinheiro.

A CENTRAL DE CARNES

Se a Cotrijuf entrasse sozinha na área de suinocultura por esta região, seria preciso muito investimento para conseguir prestar um bom serviço na comercialização deste produto. O caso é que sem industrializar o porco, de pouco resolveria a Cooperativa ingressar nesta área. Foi por esta razão que ao lado de outras cooperativas ela participa da Cooperativa Central Gaúcha de Carnes. A central será a responsável pelo abate e comercialização dos suínos produzidos pelos associados das cooperativas filiadas.

A CCGC, fundada no ano passado, tem a intenção de começar a abater os suínos a partir de fevereiro ou março do ano que vem. Antes disso, porém, já estará comercializando o produto com frigoríficos particulares ou de cooperativas já instaladas (como a de Encantado). O abate, mais tarde, será realizado nas instalações já existentes da Cooperativa Castilhense de Carnes e Derivados, de Julio de Castilhos, uma das



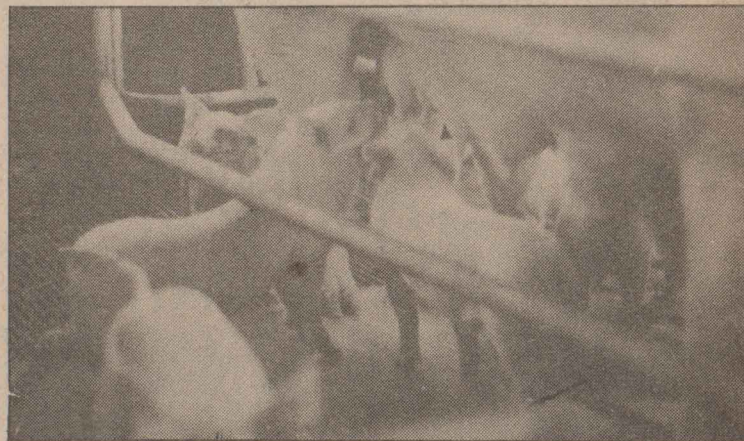
Bruno: eliminar o intermediário

associadas da Central. Este frigorífico precisará receber adaptações para abater também suínos, pois até o momento ele está equipado apenas para o abate de bovinos. Cláudio Martins da Silva presidente da Central, explica:

— O projeto do abatedouro já está aprovado e estamos agora tentando obter junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo a liberação dos recursos para iniciar a obra. Depois de iniciadas, em 3 ou 4 meses já estaremos abatendo. Numa primeira etapa, a capacidade será de 500 suínos por dia. Mais tarde, chegaremos até 1.000 suínos diariamente.

UM PAPEL A DESEMPENHAR

O principal objetivo da Central, porém, é a construção de uma cozinha industrial. Com este equipamento se poderá fazer enlatados, aprovei-



Será difícil garantir preço no início

tando as partes menos nobres dos suínos e colocando estes produtos no mercado a um preço compensador. Isto sem contar que mesmo quando estava proibida pelo Governo a exportação de carne suína em carcaça, não havia impedimento nenhum em exportar carne enlatada. O presidente da Central explica:

— Partindo para a cozinha industrial se abre um novo mercado. Este é o grande objetivo da Central. Se tudo que nós estamos planejando — sem que aconteçam, é claro, mudanças nas atuais condições de política econômica — for executado a Central terá um grande papel a desempenhar junto aos produtores.

**“RÁDIO É PROGRESSO
PROGRESSO SOMOS NÓS
RÁDIO É PROGRESSO
A REGIÃO SUA VOZ.”**

**A CONFIANÇA RECÍPROCA OUVINTE/EMISSORA CONSTRUIU
A MAIORIDADE DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO.
RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ — ZYK — 252 — 690 Khz
21 ANOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**



O alho, depois de colhido, tem que ser bem curado.

NO ALHO QUEM MANDA É O MERCADO

Grande parte da produção de alho da região já está colhida. A trabalhadora está das grandes. Só neste ano, na Região Pioneira, foram plantados mais de 30 mil quilos de semente de alho, envolvendo mais de 400 produtores. O pessoal anda meio atrapalhado, não sabe se dá mais atenção para o alho ou para o preparo da lavoura para soja.

Tem até produtor que anda reclamando do prazo que a Cooperativa deu para a entrega do produto. Os produtores da Região Pioneira e de Dom Pedrito deverão entregar seu produto de 10 de novembro a 15 de dezembro. No Mato Grosso do Sul o pessoal começou a entregar alho no início do mês de outubro e tem até o último dia de novembro de prazo. Alguns produtores chegaram

a sugerir que esse prazo fosse estendido até o mês de janeiro, uma época que quase não tem nenhuma lida de lavoura. O Hélio Ito Pholmann, do Departamento Técnico da Cotrijuí, explica que um prazo maior poderia implicar em quebra de qualidade do produto.

— Todos sabem que quanto mais tarde se entregar o produto, menos peso ele terá. Ainda mais se não estiver muito bem armazenado.

O MERCADO É QUEM MANDA

A classificação tem sido a "dor de cabeça" dos produtores. O pessoal não gosta nem um pouquinho de ter que classificar o alho em cinco tipos diferentes (florão, graúdo, médio, pequeno e miúdo). "Aqueles peneirinhas são muito chatas", reclamam os produtores. O Hélio justifica dizendo que é o mínimo necessário para comercialização, "porque em verdade existem 15 tipos de classificação".

— Não adianta reclamar da classificação, pois é uma exigência do mercado. O mercado é quem manda e se o produto não é de boa qualidade, não tem saída.

A produção da região é toda colocada em São Paulo, um dos mercados mais exigentes. O Hélio e o Nelcy Baroni, do Setor de Comercialização, já andaram fazendo os primeiros contatos para a venda da produção com o pessoal lá de cima e só ainda não fizeram contratos de vendas porque não sabem da qualidade e do volume de produção a ser colhida. O Hélio é quem fala do mercado paulista.

— Em São Paulo nós encontramos um mercado bastante exigente em qualidade, mas disposto a pagar um bom preço. É um mercado que paga muito bem pela qualidade, pelo aspecto.

E A VERBA COLHEITA?

O que causou bastante estranheza em alguns produtores este ano foi a falta de verba para a colheita. A explicação do Hélio é a de que o alho é uma cultura que envolve mão-de-obra familiar e portanto a necessidade de uma verba só para a colheita não é assim tão grande.

— No ano passado o pessoal recebeu verba colheita porque plantou financiado pelo Banco. É que não existia o repasse para o alho. E no repasse

não está incluída esta verba.

O preço do alho adiantado aos produtores também não agradou muito. A esperança era a de que o alho tivesse um preço melhor, em torno de Cr\$. . . 70,00. Na Região Pioneira e em Dom Pedrito o produtor receberá Cr\$ 55,00 pelo quilo de alho florão; Cr\$ 40,00 pelo quilo de alho graúdo; Cr\$. . . 30,00 pelo quilo do alho médio; Cr\$ 25,00 pelo quilo de alho pequeno e Cr\$ 20,00 pelo quilo de alho miúdo, destinado a indústria.

No Mato Grosso do Sul a produção de alho está estimada em torno de 80 toneladas. A maior produção está concentrada em Vila Vargas, na Unidade de Indápolis, próximo a Dourados. O pessoal do Mato Grosso, envolvido com alho, receberá este ano Cr\$ 43,00 pelo quilo de alho florão; Cr\$ 36,00 pelo quilo de alho graúdo; Cr\$. . . 29,00 pelo quilo de alho médio e Cr\$ 23,00 pelo miúdo. A diferença de preços entre as duas regiões está no fato de que o alho gaúcho apresenta melhor qualidade.

MENOS DESCONTOS

A grande novidade deste ano para os produtores de alho é que os descontos diminuíram. No ano passado, depois que o produto era entregue na Cooperativa, se descontava 10 por cento só de quebra técnica. Já este ano serão descontados apenas 7 por cento.

— Os descontos de quebra técnica diminuíram porque se supõe que este ano o processo de cura do produto seja melhor que o do ano passado. O produtor está sendo orientado para que use o estaleiro no processo de cura. E quanto mais curado o produto, menor serão as quebras. É um voto de confiança que está sendo dado ao produtor.

A SEMENTE PRÓPRIA

O produtor que desejar fazer lavoura no próximo ano, poderá reter semente própria que será financiado. Os novos produtores terão que comprar semente fiscalizada, fornecida pela Cooperativa. O Hélio explica porque o produtor poderá financiar a semente própria:

— É que muitos produtores têm melhores condições de armazenar alho semente que a própria cooperativa. E tem ainda o lado dos custos. Com semente própria financiada o custo da lavoura poderá ser reduzido em até 40 por cento.



Use a certeza. Use Basagran.

Com Basagran você elimina definitivamente vários problemas da sua lavoura: invasoras, fitotoxicidade, capina e erosão. Basagran age só sobre as invasoras, não deixando dúvidas na terra e na soja. E ainda aumenta em pelo menos 10% o rendimento da lavoura.

Use Basagran, o herbicida da certeza.

Basagran. O herbicida da certeza.



Tecnologia BASF
Impulso na produção agrícola

BASF

A SERVIÇAMA VALE A PENA?

O seu Ângelo Gondo, da Linha São José, em Chiapetta, proprietário de 23 hectares, está plantando alho pela segunda vez. No ano passado plantou 80 quilos e colheu 1.370 quilos. Este ano aumentou a produção, plantando coisa de 200 quilos, e espera colher uns 2.500 quilos.

Uma coisa que desgosta o seu Ângelo é o preço do alho. No ano passado ele recebeu, no geral, Cr\$ 42,00 pelo quilo de alho.

— A Cooperativa tinha prometido pagar coisa melhor, mas no fim das contas não foi bem assim. E o pior é que o meu alho foi quase todo para a indústria, não deu cabeça fechada.

Seu Ângelo tinha gasto Cr\$ 10 mil na lavoura no ano passado e ainda sobrou Cr\$ 31 mil livres. Com este dinheiro ele comprou uma televisão e uma vaca. Já este ano o seu Ângelo está fazendo planos para comprar um carro com o dinheiro do alho.

Plantar alho dá serviçama, mas o seu Ângelo afirma que pela extensão que se planta, o alho é uma planta que dá lucro:

— Não sei de outra planta que dê igual. E a gente que tem pouca terra, tem que fazer ela render.

No ano passado a Dona Rosa, esposa de seu Ângelo, tinha decidido que não queria mais saber de plantar alho. E tudo por causa da serviçama.

— É um serviço arcado e muito trabalhoso. Mas no final das contas compensa pela renda que dá.

SEMENTE MISTURADA

Ano retrasado o seu Ângelo já queria plantar alho, mas aí não existia semente para Unidades fora de Ijuí. "Falavam muito do alho e não custava experimentar". No ano passado, seu Ângelo conseguiu entrar na produção de alho. Sua primeira experiência foi com as variedades Amarante, Gaúcho e Centenário. Com a variedade centenário seu Ângelo diz que não foi muito bem. O alho "perfilou" todo e não fechou cabeça. Este ano a sua lavoura produziu bem e com qualidade. O único problema é que a semente veio toda misturada e deu problema na hora da colheita pois tem variedades que amadurecem primeiro que outras.

CLASSIFICAÇÃO JUSTA

Mesmo que a classificação do alho de uma trabalhadora

danada, o seu Ângelo diz que é certo, pois cada produtor vai receber o justo e o que merece pela produção. Só sente a falta de um secador e de um classificador na cooperativa, pois ajudaria a melhorar um pouco as coisas.

— É melhor pra nós levar classificado. Depois o pessoal da Cooperativa ensinou nós a classificar em casa mesmo. A gente vai limpando, cortando o talo, as raízes, separando as cabeças grandes das pequenas, as cabeças abertas e assim por diante. Não é um trabalho tão difícil.

POUCO PREÇO

Valfrides de Souza, de Ajuricaba, está plantando alho em maior escala pela primeira vez. O alho não é novidade para o Valfrides, pois ele sempre conservou um canteirinho nos fundos da horta. Como as coisas não andam muito boas para os lados do trigo e da soja, Valfrides resolveu entrar de vez na produção de alho. Dos 200 quilos plantados Valfrides espera colher de 1.600 a 2.000 quilos, para poder salvar os Cr\$ 24.000,00 do financiamento e ainda sobrar um bom dinheiro.

— O caso é que quem está na estrada tem que trotar e o jeito é diversificar, por isso é que resolvi plantar alho. E até já estou pensando em deixar uns 300 quilos de semente prá plantar no ano que vem.

Se compensa plantar alho, Valfrides diz que ainda não deu para ver. É a primeira vez que lida com "tal produto". Agora uma coisa é certa, o preço pago pela cooperativa é muito pouco:

— Tinha que ser no mínimo uns Cr\$ 80,00 pelo quilo, assim meio livre de tantos descontos. Agora tem aquele ditado que é do couro que sai a correia . . . Quem sabe se a coo-



Gildo: pouco prazo

perativa conseguir vender bem o produto, o preço melhora pra nós.

TEMPO PARA CLASSIFICAR

Mas tanto o seu Valfrides como o seu Gildo Strada, também de Ajuricaba não gostam nem um pouquinho da "tal de classificação", como dizem. Valfrides até comenta que em vez de 5 poderia ser apenas 3 tipos de classificação.

— A diferença entre um tipo e outro é muito pouco.

O que o seu Gildo reclama é do pouco prazo para o pessoal classificar o produto. O seu Gildo até sugere que a cooperativa receba o produto classificado em comércio e indústria.

— Tudo é alho. Além disso a classificação dá muita mão-de-obra e nunca sai bem feita, pois é uma época de colheita de trigo e de preparo da lavoura para a soja. Ainda se dessem prazo até janeiro, a gente poderia pegar uma época sem serviço e fazer a classificação bem descansado na sombra dum cinamomo.

Seu Gildo não é novo no alho. No ano passado ele plantou 300 quilos e diz que foi muito bem. Até contou que



Lourenço: plantar mais



Teobaldo: azar com a chuva



Valfrides: tem que trotar

Seu Angelo e dona Rosa: uma serviçama que dá renda



plantou uma semente crioula que deu "louca de boa". Este ano plantou 2 mil quilos, sendo que 400 quilos foram financiados e 1.600 quilos com recursos próprios. A tristeza do seu Gildo é que esse ano o seu alho não está dando dos melhores. Está dando muito miudinho.

— O alho tá meio ruim. Não sei porque tá dando assim. A gente calcula que faltou chuva logo no início.

A estimativa de colheita do seu Gildo é para 5 mil quilos de alho. Prejuízo ele acredita que não vai ter, embora o preço seja "razoável". A quantidade que gastou na lavoura de alho, seu Gildo diz que não lembra direito, mas acredita que vai dar para cobrir os gastos.

DIVERSIFICAÇÃO

O preço também não está sendo bem visto pelo seu Teobaldo Gomes e o seu Lourenço Mariano da Silva, lá do Saltinho, Ijuí. E os dois novos produtores de alho, em função da trabalhadora que dá, dizem que o preço do alho não pode baixar de Cr\$ 70,00 por quilo.

O seu Lourenço, que plantou coisa de 40 quilos de semente (ele conta que comprou 50, mas tinha muita semente estragada) até nem sabe direito que preço a Cooperativa está pagando.

— Ouvi dizer que anda por volta de Cr\$ 50,00. Isso é pouco demais, até meio desanima a gente.

Seu Lourenço está só es-

perando a colheita para saber se aumenta a área de alho para o próximo ano. Mas diz que com certeza terá de plantar mais alho pois só da soja não dá mais para viver e o trigo já se foi.

— A minha lavoura tá muito linda de palha, agora não sei como está a semente. Acredito que vou me sair bem com o alho e o jeito hoje, é partir para a diversificação e plantar de tudo é um pouco.

SEM ILUSÃO

Já o seu Teobaldo anda com um pensamento bem diferente. Diz que não sabe se planta alho outra vez. O caso é que o seu Teobaldo não tem terras e então planta em sociedade. A lavoura de alho foi plantada meio a meio com o seu Duílio Faquim, que entrou com a terra e a semente e o seu Teobaldo ficou com todo o serviço de plantio, capina, colheita e classificação. E o que entristece o seu Teobaldo é que o alho não deu dos melhores. De 20 quilos que foram plantados, seu Teobaldo acredita que dá para colher uns 150 quilos.

— Como era a primeira vez e não tinha muita prática, plantei o alho numa ladeira. Veio muita chuva, descobriu quase todo o alho e as cabeças deram miudinhas demais.

Para quem planta meio a meio, o alho não dá lucro e nem é negócio, conta seu Teobaldo. Explica que aceitou plantar alho porque andava meio de folga, mas não se ilude pensando que vai ganhar um bom dinheiro.

— E isso que ainda tem a tal de classificação que nunca ouvi falar.

Quem também não entende muita coisa de classificação e até já está pensando em arranjar alguém para ajudar é o seu Lourenço. Só que o seu Lourenço está de acordo com a classificação, pois o produto que não é bom fica separado daquele que tem boa qualidade e vale mais dinheiro.

— O pessoal da Cooperativa tá dizendo que todo o produto que não estiver bem classificado será mandado de volta. E isso tá certo.



O CUSTO DO GIRASSOL

Na edição do mês de junho publicamos uma matéria sobre a produção de girassol que estava sendo experimentada no Mato Grosso do Sul. Naquela ocasião, como ainda não acontecera a colheita do produto, não era possível avaliar o custo de produção do girassol. Aqui estão as informações sobre este custo, que atingiu Cr\$ 6.327,93 por hectare, a produção obtida (935,5 quilos por hectare) e ainda algumas características das variedades plantadas.

CUSTO DE PRODUÇÃO			
MÃO-DE-OBRA			
Preparo do solo e plantio	4,86 hrs	Cr\$	91,71
Tratos culturais	0,70 hrs	Cr\$	18,86
Colheita-limpeza-armazenagem	7,94 hrs	Cr\$	206,80
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES			
Preparo do solo e plantio		Cr\$	240,14
Tratos culturais		Cr\$	37,02
Colheita		Cr\$	186,15
ADUBOS-SEMENTES-INSETICIDAS			
Adubo (fórmula 4-28-9)	200 kg/ha	Cr\$	2.879,65
Semente	7,5 kg/ha	Cr\$	1.050,00
Inseticidas	6,7 l/ha	Cr\$	987,60
FINANCIAMENTO			
Juros		Cr\$	630,00
Custo total		Cr\$	6.327,93
ÁREA DE EXPERIÊNCIA			
Variedade	Produção/ha	Ciclo	Altura
Issanka	450 kg	90-100 dias	1,20m
Peredovick	780 kg	100 dias	0,90m
Híbrido S-400	968 kg	120 dias	1,00m
Híbrido Contissol	1.156 kg	140 dias	2,00m



Todo inseticida devia controlar as lagartas da soja com a mesma economia de Pounce. Sorte de quem usa Pounce.

Solução definitiva significa um produto perfeito. E o que Pounce é no controle das lagartas da soja. Pounce é o insuperável inseticida piretróide da FMC. Seu alto poder inseticida e prolongado efeito residual permite utilizar baixas dosagens e diminuir o número de aplicações, garantindo já na 1.ª aplicação uma considerável economia. Pounce só não faz economia quando controla as lagartas da soja. Nisto ele é insuperável. Seu largo espectro age de modo fulminante por contato e ingestão, resultando em comprovada eficiência nas áreas tratadas. Pounce apresenta ainda, como vantagem adicional, baixa toxicidade, oferecendo segurança ao aplicador, à fauna e ao meio ambiente. Se para plantar você usa de critério, faça o mesmo para garantir a colheita. Mude para Pounce; quando um inseticida é fulminante na ação, os lucros só podem ser fulminantes no seu bolso.



Pounce 384 CE é o inseticida lagarticida da FMC, próprio para as culturas de: algodão; soja; café; milho; tomate e brássicas (couve, couve-flor, repolho).

FMC Divisão Agroquímica
Produtos Eficientes

Av. Paulista, 1274 - 7º andar
São Paulo - SP - Brasil

*Pounce é marca registrada da FMC Corporation

Mistério da terra

O seu Júlio Pfütze, de Boa Esperança (Ijuí), não acreditava que, depois de morar tanto tempo no mesmo lugar, ainda fosse ficar diante de um mistério dentro de sua própria granja. Ele conhece palmo a palmo sua lavoura, mas não tinha mexido ainda num banhado que fica perto uns 200 metros da casa.

Este ano, ele inventou de abrir umas valas no banhado, pensando em emprestar a área para o plantio de arroz, e se depa-rou com a surpresa. Uns vinte centímetros abaixo do solo, há uma terra esbranquiçada, meio cinza. Seu Júlio abriu valas em toda a extensão do banhado, que dá uns 80 metros por 80, e foi descobrindo que a área toda está assim.

Ele mora naquela terra há 24 anos, e nunca

pensou que o banhado pudesse ter terra cinza. Foi aí que o Osvaldir Mejjolaro, que mora por perto, decidiu trazer a terra pra ser examinada nos laboratórios da Cotrijuí. Essa amostra foi mandada a Porto Alegre, mas não acusou nada de mais. A terra cinza não tem muita diferença das outras. Só que o mistério continua.

O seu Júlio quer saber porque o banhado está ficando branco, pois ele chegou a pensar que havia uma mina, algum material meio raro por ali. Os técnicos que examinaram as amostras acreditam que, na verdade, o banhado do seu Júlio pode estar com a terra em decomposição. Quer dizer que as matérias orgânicas do solo estão se decompondo. Mas não se sabe, por enquanto, o que pode ter causado isso, e nem se essa mudança na terra será boa ou ruim.

Talvez só com o tempo é que se vai ficar sabendo. E enquanto o tempo passa, seu Júlio irá tirar proveito do banhado, que na época de cheia do rio Ijuí fica uma lagoa. Ele vai plantar milho no local, e esperar pra ver no que dá. O certo é que não achou uma mina, como ele e a vizinhança chegaram a andar pensando.



Júlio: banhado ficou branco

INTEGRAÇÃO DAS COOPERATIVAS, ECONOMIA DOS ASSOCIADOS

O intercâmbio de prestação de serviços na área de armazenagem de soja, sorgo e milho, formado entre várias cooperativas para a safra passada, está sendo considerado por vários dirigentes como um instrumento de fortalecimento do sistema cooperativista. "Houve maior aproximação e integração entre as cooperativas, deixando a competitividade de lado," comenta Francisco Puppo, presidente da Cotricruz de Cruz Alta.

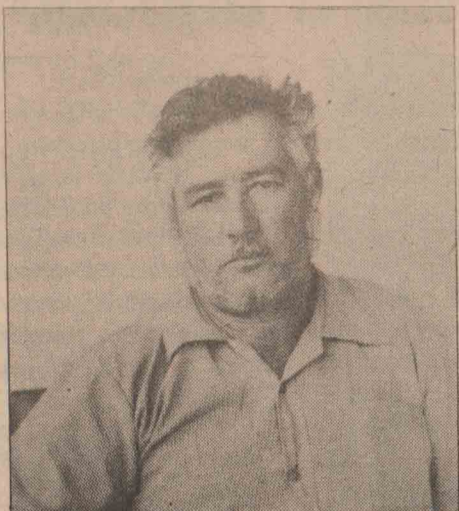
Outros dirigentes, como Hermann Strobel da Cotripal, de Panambi, e Ender-son Rocha de Moraes, da Coopatrigo de São Luiz Gonzaga, vêm também, ao lado da integração, o fator economia de frete para o associado.

Esse convênio veio facilitar produtores que são associados de uma cooperativa, mas possuem lavouras na área de ação de uma outra cooperativa. É o caso do seu Marcário Cossetin, que mora no Salto, Ijuí, e tem lavoura distante 13 quilômetros de um armazém da Cotricruz de Cruz Alta. Em vez do seu Marcário transportar sua produção de soja para Ijuí, ele entrega no armazém da Cotricruz em nome da Cotrijuí, que é a cooperativa da qual é associado. Diz o seu Cossetin:

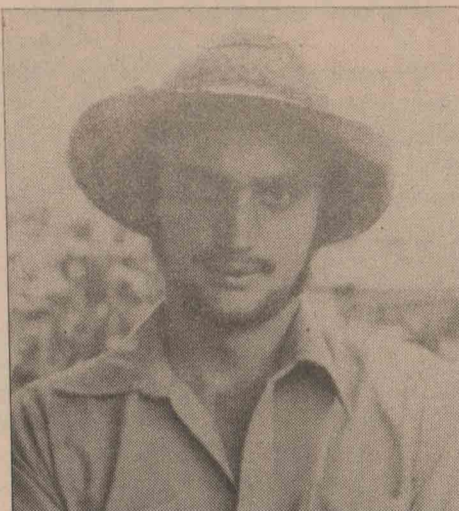
— Se as cooperativas não fazem esse convênio, com a careza do frete, não sei onde a gente ia parar com tanto gasto.

Seu Cossetin até conta que nesta última safra de soja colheu coisa de 1.600 sacos e não chegou a gastar um tanque de óleo no transporte. Também é o caso do seu Túlio Cérví, que é associado da Cotrijuí, mas tem uma lavoura a 15 quilômetros de Panambi. Juscelino, filho de seu Túlio, conta que antes do convênio a produção andava mais de 50 quilômetros até chegar no armazém.

— Antes era preciso dois caminhões prá poder fazer a safra. Agora só com um dá muito bem e não se gasta tanto dinheiro em transporte.



Cossetin: menos gasto



Juscelino: economia no frete



Tarcísio: acabar com o desvio

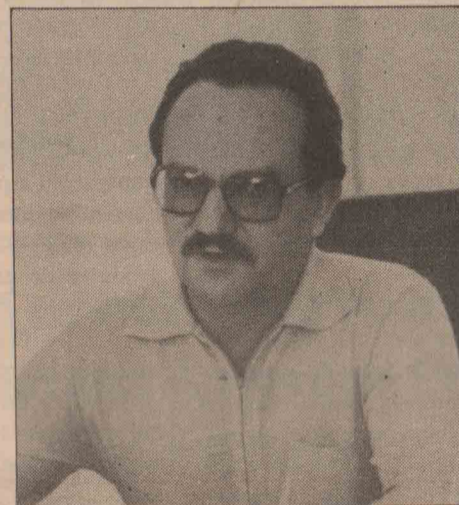
DESVIO DE PRODUÇÃO

Além da economia no transporte, o convênio trouxe outros benefícios, pois evita o problema de um produtor ser associado de duas cooperativas ao mesmo tempo. Para o seu Tarcísio Costa Beber, do Salto, Ijuí, o convênio também veio para acabar com o desvio de produção. Conta que antes do convênio, os seus empregados, que também são associados da Cotrijuí, em vez de trazer a produção até Ijuí, preferiam vender no comércio em Panambi.

— O pessoal desviava a produção porque não queria gastar com frete até Ijuí. E isso acontecia muito. Ninguém ia transportar produção a quilômetros de distância. As cooperativas também saíram ganhando com essa troca de serviço.

CEDO PARA AVALIAR

É um tanto cedo ainda para se fazer uma avaliação correta do convênio, "e muito menos dizer se realmente veio evitar o desvio de produção", fala o Astor Mayer, assessor da Diretoria Regional da Cotrijuí. O que se pode dizer de certo é que o convênio veio eliminar a necessidade de Cooperativas fazerem grandes



Strobel: mais conveniente



Puppo: capitalização uniforme

PROBLEMAS A RESOLVER

Como o convênio é recente nem tudo saiu muito certo da primeira vez. O seu Puppo, da Cotricruz, por exemplo, diz que seria interessante, e mais vantajoso para as cooperativas, que a quota-capital deixada pelo associado fosse uniformizada. O Astor Mayer explica que ainda tem alguma coisa que precisa ser ajustada, como os critérios usados para recebimento do produto e o pagamento de prestação de serviços.

— Quando foi firmado o convênio foi estabelecida uma taxa de secagem, que seria reajustada de acordo com a elevação do preço do combustível. Mas o pessoal esqueceu de falar no frete de combustível. Como as distâncias são diferentes, o frete acabou originando divergências na própria tabela de secagem.

O Astor sugere ainda que, para um melhor controle das próprias cooperativas envolvidas no convênio, se faça uma padronização no recebimento. Essa padronização deveria ser feita através de formulários idênticos. "Fazer controle por produtor se torna muito trabalhoso para as cooperativas".

CONVÊNIO PARA O TRIGO

Embora esse convênio também tenha sido firmado para a entrega de milho e sorgo, na verdade ele só funcionou com a soja. O pessoal planta pouco sorgo e o milho quase não existiu. O que os produtores lamentam é que o convênio não se estenda para a produção de trigo. Quem sugere que a Cooperativa comece a pensar em também receber trigo através do convênio é o seu Marcário Cossetin.

investimentos na construção de novos armazéns. O seu Hermann Strobel conta que até está procurando ampliar o convênio com outras cooperativas da região.

— É uma questão de conveniência para as cooperativas esse convênio. Estamos economizando fretes, eliminando competitividade, evitando investimentos... Quem tem medo de trabalhar com outra cooperativa deve começar a pensar no que está mal dentro da sua cooperativa. É tudo uma coisa pela outra.

Lá por São Luiz Gonzaga, o seu Ender-son da Rocha Moraes também anda pensando em ampliar o convênio e lamenta que este "novo tipo de instrumento de fortalecimento do sistema", já não estivesse sendo usado há muito tempo. A Coopatrigo é uma das poucas cooperativas que ainda tem uma área de ação por explorar. De acordo com o pensamento do diretor-presidente da Coopatrigo, nada vai impedir que esses novos imigrantes, em busca de novas terras, passem a usar integralmente os serviços da sua Cooperativa.

— O objetivo do sistema não é disputar associados e sim buscar maior integração, visando justamente cumprir com o que se propõe o sistema.

O seu Puppo, da Cotricruz, comenta que nisso tudo, o beneficiado será sempre o associado.

— Em determinadas regiões, principalmente de minifúndio, as fronteiras agrícolas já estão fechadas e o produtor se vê obrigado a partir para regiões distantes da sua cooperativa, na busca de mais terras.

Avaliação do convênio

A Cotrijuí fez o seu primeiro convênio de prestação de serviços com a Cotripal de Panambi, em 1979. Já neste ano mais 11 cooperativas firmaram este convênio: Agropan de Tupanciretã, Cotricruz de Cruz Alta, Cotrisa de Santo Ângelo, Cotrimaio de Três de Maio, Cotricampo de Campo Novo, Copalma de Palmeira das Missões, Coopatrigo de São Luiz Gonzaga, Cotrisal de São Borja, Cotrijuc de Júlio de Castilhos, Cotap de Giruá, Coopasso de Passo Fundo.

Através deste convênio, o associado entrega a sua produção em outra cooperativa e capitaliza na cooperativa onde é associado. No final da safra é feito um acerto entre as cooperativas.

O volume de produto de associados da Cotrijuí, entregue em outras cooperativas foi bastante significativo, "chegando superar as expectativas", diz Astor. Só a

Cotrisa, por exemplo, recebeu 10 mil toneladas de soja da Cotrijuí, enquanto que a produção recebida para a Cotrisa foi de mil toneladas. Em verdade a Cotrijuí recebeu produto de apenas cinco Cooperativas, enquanto que todas elas receberam produção da Cotrijuí. A Cotricruz, por sua vez, recebeu 2.500 toneladas de soja da Cotrijuí enquanto que em nome da Cotricruz entraram 440 toneladas. Apesar desta diferença, os dirigentes dizem que não há prejuízo. O seu Francisco Puppo, da Cotricruz por exemplo diz que a diferença é preenchida com a produção que outras cooperativas recebem. "Isso é uma coisa normal, que acontece principalmente com cooperativas que estão localizadas em áreas de minifúndio, como é o caso da Cotrijuí. A tendência é a de que sempre outras cooperativas receberão um maior volume de produto".

SINDICATOS ANALISAM A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES GAÚCHOS NO MATO GROSSO

Líderes sindicais da região Ceilero e Alto Uruguai passaram mais de 20 dias viajando pelo Mato Grosso para conhecer os projetos de colonização naquela área. Aqui está uma análise da situação que encontraram e são apresentadas várias sugestões para contribuir para a solução dos problemas notados.

I - INTRODUÇÃO

Ressalvando e novamente reafirmando a reivindicação básica do sindicalismo rural da necessidade urgente de uma Reforma Agrária no País, os 20 representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e representantes da Fetag-RS, em viagem de estudos sobre projetos de colonização no Mato Grosso, elaboraram este relatório após terem visitado todas as Agrovilas e entrevistado mais de 500 famílias de parceiros do Projeto Copercana na Terra Nova e após terem feito visita à COTREL, aos escritórios, em Cuiabá, da SINOP, SORRISO, COPERCANA, INCRA e FETAGRI-MT.

II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO COPERCANA E TERRA NOVA

1 - EDUCAÇÃO

1.1 - O sistema escolar é deficiente, principalmente nas agrovilas em que as aulas são ministradas ao ar livre ou em barracões.

1.2 - Há total ausência de um sistema de educação e organização comunitária e de trabalho de base.

2 - SAÚDE

2.1 - O INAMPS está ausente, embora os agricultores tenham 2,5 por cento descontado na venda de seus produtos. O encaminhamento da aposentadoria é difícil. A Assistência é péssima.

2.2 - Hospital, farmácia e ambulatório são incapazes de atender as necessidades da população.

2.3 - Há injusta retenção de verbas dos financiamentos de subsistência e custeio para o pagamento de tratamento de saúde.

2.4 - Há falhas nos abastecimentos de água, indispensável para a saúde de uma comunidade.

2.5 - Falta um programa de saúde pública e de prevenção de doenças.

3 - TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

3.1 - As estradas, Federal e secundárias, são de difícil tráfego e na época das chuvas tornam-se praticamente intransitáveis, criando seríssimos problemas de comunicações, já

precária quanto ao telefone e correio.

4 - ASPECTO JURÍDICO

4.1 - Entre os parceiros há grande preocupação sobre possível grilagem nas reservas florestais do projeto.

4.2 - Há comercialização de chácaras e lotes, considerada ilegal segundo o documento de titulação da terra.

5 - ASPECTO ADMINISTRATIVO

5.1 - O agricultor não tem acesso à sua contabilidade na cooperativa, resultando daí dúvidas e desentrosamento.

5.2 - Há incoerências administrativas

(Venda de trilhadeira sem junta de bois; venda de motosserra e falta de gasolina ou compra no câmbio negro; falta de financiamento para gado de leite)

5.3 - Há indefinição com relação às responsabilidades das diversas entidades comprometidas com o projeto.

5.4 - O projeto foi imposto de cima pra baixo (o INCRA regional não o conhecia, no início, e a Copercana não pode planejá-lo mais livremente).

5.5 - A Unidade Terra Nova da Copercana, funcionando mais como colonizadora do que como Cooperativa, prejudica a participação co-responsável pelo projeto dos associados e a imagem do cooperativismo na região.

5.6 - Nos multiplicados contatos com parceiros, transparecem dúvidas sobre a administração interna da cooperativa.

(quadro funcional ocioso; empreguismo em favor de "líderes das agrovilas"; altos salários; desativação de setores)

6 - ASPECTO ECONÓMICO

6.1 - O agricultor, chegando aqui descapitalizado, não tem forma eficaz de garantir sua subsistência e dar início à capitalização. No Projeto Terra Nova II a situação é pior.

6.2 - Há problemas no financiamento de custeio e investimentos:

- fora de época; atraso na entrega de sementes; inversão na ordem (trilhadeira sem

junta de bois)

6.3 - Quanto à madeira:
- Há criminoso destruição da natureza, criando problemas de ecologia

- Baixo preço pago pela madeira ao parceiro.

6.4 - Sobre a terra:
- É economicamente aproveitável para extração de madeira e pecuária.

- Questiona-se se há estudos técnicos para a localização das agrovilas (a terra é apropriada para horta) e sobre o valor produtivo da terra no futuro, para culturas temporárias e permanentes.

7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1 - Na orientação transparece a preocupação econômica de produtos de exportação (café) e não a social dos produtos de subsistência (Hortigranjeiros)

7.2 - O agricultor é utilizado para pesquisas técnicas

7.3 - Os técnicos agrícolas, vindos de fora, têm poucos conhecimentos técnicos da região.

8 - COOPERATIVISMO E SINDICALISMO

8.1 - Há indefinição quanto ao enquadramento sindical dos parceiros.

8.2 - Não há preocupação na educação e organização cooperativa e sindical, como forma do agricultor participar diretamente do projeto.

8.3 - O cooperativismo está desacreditado

III - SUGESTÕES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DO PROJETO COPERCANA EM TERRA NOVA:

Após constatarem-se as situações enumeradas acima, concluiu-se que algumas providências devem ser tomadas numa ação conjunta de cooperativa, Governo Federal e Estadual. As sugestões como forma de amenizar essa situação são as seguintes:

1 - Assentamento de novas famílias somente após corrigidas as atuais falhas do projeto e em época mais apropriada, de tal forma que reduza o período entre a chegada do parceiro e as primeiras colheitas.

2 - Que de início venham somente os homens, reduzindo assim os custos de manutenção do projeto.

3 - Montagem de uma infra-estrutura capaz de aproveitar toda a madeira, visando

três pontos básicos:

a) dar uma renda direta e imediata ao parceiro;

b) obter recursos para a manutenção do projeto em benefício dos sócios, pois como cooperativa os sócios participam das sobras;

c) como fonte de divisas para o país na exportação da madeira.

4 - Que as recentes medidas de redução de 55% nas verbas de custeio de investimento pelo Banco do Brasil não venham afetar o projeto Terra Nova.

5 - Criação de um serviço de transporte aéreo de Terra Nova à Sinop e à Capital, com passagens subsidiadas para os parceiros em casos de extrema urgência, nos períodos em que a BR fica intransitável.

6 - Criação do Departamento de Comunicação e Educação na Cooperativa, visando aproximar o associado e a Cooperativa, para que também haja uma cooperação recíproca, evitando inclusive os possíveis desvios de produto, condição indispensável para o bom funcionamento da entidade. Que os educadores se identifiquem com a realidade dos parceiros.

7 - No trabalho de base a ser feito, educar as famílias para a organização comunitária, incluindo instruções sobre prevenção de doenças e acidentes de trabalho.

8 - Imediata reativação dos ambulatórios das agrovilas e ampliação do hospital, envolvendo o INAMPS, condição sem a qual os parceiros dispõem com tratamento de saúde as sobras destinadas ao cumprimento dos seus compromissos.

9 - Educação técnica adequada para culturas de subsistência (horta, pomar...) como fator preponderante na alimentação equilibrada e melhores condições de saúde.

10 - Que em caso de suspeita, de não cumprimento das obrigações da Cooperativa, o INCRA revise a execução do Projeto.

11 - Que o Governo Federal libere recursos para conclusão do Projeto, com instalação de poços artesianos, caixa d'água comunitária e canalização domiciliar.

12 - Que a FETAGRI-MT acelere o processo de criação de uma delegacia sindical

e nucleação junto às agrovilas, orientando que o fim principal do Sindicato não é assistencialismo.

IV - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE COLONIZADORAS PARTICULARES

1 - Levantamento de informações

1.1 - SINOP

- Oferece lotes rurais a partir de 25 alqueires (62 hectares) e chácaras a partir de 5 alqueires (12 hectares) para uma só pessoa

- Os preços variam de Cr\$ 18.000,00 a 60.000,00 por alqueire. Saldo em 2 anos.

- A firma compra madeira Cr\$ 600,00 por metro cúbico.

A firma fornece escritura apenas após o saldo do pagamento

1.2 - SORRISO

- Oferece lotes rurais a partir de 100 alqueires (240 hectares) por julgar área menor antieconômica.

- As terras vendidas servem mais para o cultivo de arroz e pecuária.

Não tem escolas nas áreas e as distâncias são maiores
- Os preços variam de Cr\$ 11.000,00 a Cr\$ 60.000,00 por alqueires, e saldo em 12 meses.

- Fornece escritura na assinatura do contrato, com 50 por cento de entrada.

2 - AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

2.1 - Não havendo financiamento para compra de terra, não havendo interesse na venda da terra a pequenos produtores (demonstrado até na frieza das informações) e havendo necessidade de capital próprio para recuperação das terras de cerrado, para construção de benfeitorias, aquisição de máquinas e para subsistência, conclui-se pela inviabilidade dos projetos das colonizadoras particulares para os pequenos agricultores que necessitariam de um capital inicial comparável com o valor de 20 a 30 hectares de terra no Rio Grande do Sul.

Fetag/RS e Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Irai, Erval Seco, Palmitinho, Seberi, Planalto, Tenente Portela, Rodeio Bonito, Braga, Miraguaí, São Martinho, Santo Augusto, Humaitá, Coronel Bicaco, Três Passos, Crissiumal.

Expoleite:

A VALORIZAÇÃO DA PECUÁRIA

Com uma palestra sobre a "Lavoura para Fazenda de Gado", a COTRIJUÍ participou, no dia 16 de outubro, da programação da 9a. Exposição de Gado Leiteiro — EXPOLEITE, de Mato Grosso do Sul. Toda a tecnologia usada pela Cooperativa no setor, foi amplamente discutida e apreciada pelos presentes, neste que é um dos maiores eventos agropecuários do Estado. A Expoleite foi realizada em Campo Grande no período de 11 a 19 de outubro.

O ciclo de palestras coordenado pela Famasul (Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul), foi o ponto alto da EXPOLEITE, contando com a participação de técnicos da EMBRAPA, COMLEITE, AGRISUL, DFA, EMPAER e fazendeiros, além de médicos e assistentes sociais que instruem sobre os princípios básicos de saúde ao homem do campo.

Este ano, os principais temas abordados foram: "O Sistema de Produção de Leite", "Novos Manejos de Monta Natural", "Conservação do Solo",

"A Lavoura para a Fazenda de Gado" e "Saúde do Homem do Campo".

A EXPOLEITE

A EXPOLEITE é uma promoção da ACRISUL (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), com a colaboração da Prefeitura Municipal de Campo Grande e o patrocínio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

A exemplo das feiras agropecuárias, a EXPOLEITE mostra a melhor qualidade do rebanho sul-matogrossense, tanto o gado leiteiro, quanto de corte, contribuindo para a valorização do setor pecuário no Estado e reunindo gados de expositores famosos no cenário nacional, favorecendo assim negociações para melhoria de nosso rebanho.

Destaque-se que na EXPOLEITE ficou demonstrada a preocupação do pecuarista sul-matogrossense na diversificação de seu rebanho e sobretudo na tecnologia de criação, o que é de fundamental importância para a melhoria de qualidade do gado.



Preocupação com a melhoria da qualidade do rebanho

Amendoim:

O resultado da safra

O Mato Grosso do Sul colhe neste ano 31.102 toneladas de amendoim das águas e das secas, com produtividade média de 1.642 kg/ha nas águas e 866 kg/ha nas secas. Os dados são da Empaer (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural). Os maiores produtores são os municípios de Deodápolis, com 603 toneladas e Bataiporã, com 560 toneladas. No Estado, foram plantados 21.287 hectares.

O amendoim das águas, plantado de setembro a início de novembro,

será colhido em janeiro e fevereiro.

A Cotrijuí receberá também o amendoim dentro do incentivo à policultura aos produtores regionais com tendência ao aumento de produção. O amendoim poderá desenvolver-se, principalmente, nas regiões de pequeno produtor da Grande Dourados, onde a Cotrijuí concentra maior número de armazéns. Em Itaporã e Dourados a produtividade média na safra que passou, chegou a 2.000 kg por hectare, o que demonstra as boas perspectivas para esta cultura.

Todo dinheiro que você guarda na Caderneta Apesul de Poupança é garantido uma, duas, três vezes.

1
23

Garantido pelo patrimônio da própria Caderneta Apesul de Poupança.

Garantido pelo Governo Federal, através do Banco Nacional da Habitação.

Garantido pela hipoteca dos imóveis financiados com os fundos depositados em Caderneta de Poupança.



Caderneta APESUL de Poupança
3 vezes garantida.

Rua do Comércio, 219 - IJUÍ

RENDIMENTOS: CORREÇÃO MONETÁRIA + DIVIDENDOS - 6% a. a.

OS DEPÓSITOS DEVERÃO SER FEITOS NOS PRIMEIROS CINCO DIAS ÚTEIS DE CADA MÊS

1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			4º TRIMESTRE		
JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ
EIRO	REIRO	CO	RIL	IO	NHO	HO	TO	EMBRO	URO	EMBRO	EMBRO
RENDA 01/04			RENDA 01/07			RENDA 01/10			RENDA 01/01		

Os DIVIDENDOS e CORREÇÃO MONETÁRIA são calculados trimestralmente

Os RENDIMENTOS são capitalizados de 3 em 3 meses: a renda do 1º trimestre já produz renda no 2º trimestre.

ALÉM DA CADERNETA DE POUPANÇA LIVRE A APESUL OFERECE:

RENDIMENTO TRIMESTRE OUT. NOV. DEZ. - 12,93%

— POUPANÇA PROGRAMADA

— LETRAS IMOBILIÁRIAS

— TURISMO

CANELA — HOTEL LAJE DE PEDRA

O MINISTÉRIO OUVINDO AS BASES

Um grupo de pessoas ligadas ao Ministério da Agricultura anda visitando cooperativas, conversando com dirigentes, associados, na intenção de colher subsídios para elaborar um estudo sobre o Sistema Cooperativista atual.

Esse grupo de trabalho, formado por Gerardo Antonio Monteiro de Paiva Gama, assessor do Ministro, Oswaldo Freire da Fonseca Júnior, diretor substituto do Departamento de Desenvolvimento Rural do In-cra, Tertuliano Bofill, diretor de Cooperativismo do BNCC e Nelson Victor Trombeta, Coordenador de Planejamento da Embrater, esteve na Cotrijuf, onde ouviu um pessoal grande falar sobre os problemas sérios que o cooperativismo está enfrentando. Além da direção, membros do Conselho de Administração e Fiscal, de associados e gerentes de Unidades da Cotrijuf, também estiveram na reunião dirigentes da Cotricruz, de Cruz Alta, da Cotripal, de Panambi, e da Cooperativa Rural Serrana, de Tupanciretã.

Já que o grupo andava



ouvindo "as bases para saber das deficiências do sistema", o pessoal das cooperativas disse logo de saída que os problemas maiores eram econômicos e políticos. "A luta do cooperativismo é uma luta do homem contra o capital", disse Nedy Borges, diretor Técnico da Cotrijuf. César Vianna, diretor da Cooperativa Serrana de Tupanciretã, foi mais direto e disse que se realmente as autoridades estão querendo auxiliar as cooperativas, que tratem logo de dar um maior amparo creditício para as cooperativas que "estão enfrentando sérios problemas por falta de capital de giro".

tarde toda e o que o pessoal das cooperativas ia lembrando, já falava. O assessor do Ministro levou anotadas questões como aumento da taxa de dois por cento, que na hora do repasse é destinado às cooperativas; criação de Postos de Crédito, para que as cooperativas tenham condições de atuarem com Banco próprio; modificação da classificação do associado (mini, pequeno e médio); maior atenção e participação na hora das decisões, como fixação de VBCs, preços mínimos, e autorização para que se instale pequenos Postos de Recebimento de Leite com refrigeração à gás.

STR Dom Pedrito Florício reeleito

Aconteceram eleições no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Pedrito. Desta vez duas chapas estiveram concorrendo, uma da situação, liderada por Florício Barreto, e outra da oposição, liderada por Ernando Farias Dias. A chapa vencedora, com 792 votos foi a da situação, reelegendo pela terceira vez consecutiva seu Florício como presidente do Sindicato dos Trabalhadores.

Ainda fazem parte da diretoria Rene dos Reis Castilhos e Edgar Leal Bueno, tendo como suplentes Antonio Maria Machado, Dirceu Fernandes Costeira e Dorival Pereira da Motta. O Conselho Fiscal ficou constituído por Idoelides Rodrigues Munhoz, Delfino Gantes Aguiar e Anacleto Gonçalves. Como suplentes ficaram Olivél Fonseca Soares, Dirceu Araujo Soares e Ramão dos Santos Maia. Como delegados representantes foram eleitos Florício Barreto e Edgar Leal Bueno, tendo como suplentes Ezequiel V. da Cunha e Antonio Maria Machado.

A eleição para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores foi uma das mais concorridas dos últimos tempos, 1.348 associados compareceram para votar (80 por cento). Apenas 11 votos foram considerados nulos, 17 foram votos em branco e 528 foram da oposição. "Isso demonstra que o pessoal está ficando cada vez mais conscientizado e está vendo que o sindicalismo está se tornando forte", comenta seu Florício.

Seu Florício conta que concorreu pela quarta vez a presidência do Sindicato (a primeira vez foi presidente provisório) por insistência dos associados. Seus planos são os de dar continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, "procurando cada vez mais dar assistência, ao associado, tanto na parte de representação de classe como na parte social. Na verdade não há vencidos e nem vencedores e a minha administração será feita em torno de todos os associados e não de grupos.

Chega de luta.

Depois do carrasco, surgiram punições, fuzilamentos, xerifos... Mas quem mata mesmo, e por lei, é Blazer, o carrasco das ervas de folhas largas da soja.

Blazer, o carrasco, vem a público para levar outra vez ao cadafalso, o Amendoim Bravo ou Leiteiro, o João, o Caruru, a Corda de Viola, a Beldroega, o Carrapicho de Carneiro, a Trapoeraba, o Picão Preto, o Picão Branco.

Blazer, o carrasco, é um herbicida de pós-emergência com a ação de contato, que não perdura.

Não há evas daninhas de folhas largas que resistam.

Blazer, o carrasco, mata sem piedade. Mistura que tem que matar, na hora certa e deixa protegida a plantação sem estragar a terra. Seus efeitos podem ser vistos um dia após a aplicação.

Blazer, como sempre, você pode aplicar com pulverizadores ou através de aplicações aéreas.

Blazer, o carrasco, deve ser aplicado sempre sobre lavouras já tratadas com gramínicidas, pois sua ação sobre capins é secundária.

Vamos! Procure mais uma vez dentro da lei. Faça justiça com as mãos do carrasco. Acabe com as ervas de folhas largas da soja com Blazer.

Herbicida Seletivo
Blazer
Líquido Solúvel

ROHM IHAAS
FABRICANTE DE: Blazer, Dithane, Stam, Kelthane, Karathane e Goal.

A visita de Langoni

Era quase noite quando o presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Geraldo Langoni, mais José Kléber Leite de Castro, diretor de Crédito Rural e Industrial do Banco Central, Luís Felipe de Azevedo, diretor do Banco Central no Estado e Humberto Garófalo, diretor do CTRIN (Departamento de Comercialização do Trigo Nacional), chegaram ao Centro de Treinamento da Cotrijuf - CTC -, para uma visita. E não foi para menos. Foi só o pessoal descer do carro e o presidente da Cotrijuf, Ruben Ilgenfritz da Silva já estava convidando para subir no trenzinho e fazer uma visita pelas lavouras. Apesar de ser quase noite, o pessoal ia parando em tudo quanto era lavoura de trigo, de colza, de alho, de tremoço, de linhaça e de pastagens.

O que mais chamou a atenção dos visitantes, principalmente de Carlos Langoni foram os experimentos e os estudos que a Cotrijuf está realizando com diferentes variedades de colza. Ruben Ilgenfritz falou da colza como uma cultura de inverno, mas deixou claro

que é muito cedo para se iniciar um cultivo maior. "Precisamos de mais uns dois ou três anos de estudos e pesquisas". Os visitantes iam perguntando de tudo, era produtividade, época de colheita,...

Mais tarde, na sala de reuniões do CTC, o presidente da Cotrijuf falou sobre a estrutura do Poder, sobre a área de ação da Cooperativa, participação de associados...

À noite, nas dependências da Sogi e na presença de 300, pessoas Carlos Langoni falou sobre a "Situação da Pequena e Média Empresa hoje e suas perspectivas para o futuro". Langoni também falou um pouco de agricultura. Reforçou mais uma vez que a agricultura é a meta prioritária do Governo e que hoje, além da produção de alimentos, terá de ficar com parte da tarefa de descobrir alternativas para a utilização do óleo vegetal como combustível.

A vinda de Carlos Langoni e Kleber de Castro à Ijuí foi uma promoção da Associação dos Bacharéis de Administração de Empresas de Ijuí.



Langoni (de óculos) num experimento de colza

NOVIDADES NO CONCURSO DE NOVILHO PRECOCE



O rendimento da carcaça é um dos ítems mais importantes

Mais de 150 produtores vão discutir, no final de outubro em Ijuí, o que muita gente anda com vontade de analisar a fundo: a falta de crédito para programas como o que pretende introduzir a pecuária de corte na região agrícola gaúcha. Esse debate é a novidade deste ano do 4º Concurso de Novilhos Precoces do Rio Grande do Sul, que desta vez a Cotrijuí transferiu de Dom Pedrito para Ijuí. Os debates e o concurso acontecerão de 28 a 30 de outubro.

Nessa quarta edição da promoção, que a Cotrijuí realiza em conjunto com a Secretaria da Agricultura e com o Ministério da Agricultura, estarão participando 160 animais de 10 criadores de Julio de Castilhos, Livramento, Giruá, São Borja e São Francisco de Assis. Dia 27, os novilhos serão recebidos no Parque Assis Brasil, e às 9 horas do dia 28 será iniciado o julgamento em pé.

De Ijuí, os animais irão depois para Julio de Castilhos, onde serão abatidos no dia 29, na Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e Derivados. E no dia 30 haverá a avaliação das carcaças.

A entrega dos troféus dos premiados no julgamento em pé será no dia 28 à noite, em jantar na Afucotri. Este ano, segundo o agrônomo Becklerc Oliveira da Silva — coordenador do programa de novilhos precoces dentro da Cotrijuí —, haverá apenas a entrega dos

prêmios do concurso em pé. Os troféus referentes ao julgamento de carcaças serão entregues no próximo ano.

MAIS PARTICIPAÇÃO

Com a transferência do concurso para Ijuí, a cooperativa pretende aproximar ainda mais o produtor dessa promoção, considerando que a maior parte dos criadores de precoce tem propriedades na Região Pioneira. E os produtores poderão não só acompanhar de perto o concurso, como lembra o diretor técnico da Cotrijuí, Nedy Borges, mas também participar dos debates paralelos.

Esse encontro, no auditório da cooperativa, vai ser aberto dia 28, às 14h30min, e terá continuidade e encerramento no dia 29 pela manhã. Os temas para debate serão estes: produção de novilho precoce com base na utilização exclusiva de pastagem cultivada, pastagem cultivada e suplementação energética, confinamento, produção de novilhos provenientes de cruzamentos, tendências do mercado interno quanto ao tipo de novilho e política de crédito.

É esse assunto, a política de crédito, que deverá dar mais o que falar. Até agora, o programa de novilho precoce ainda tem sido um projeto que o pequeno produtor da Região Pioneira só conhece de longe, sem ter uma real participação. Isto porque os terneiros para terminação vêm sendo vendidos em

feiras, a altos preços, e quem tem dinheiro para pagar tanto por um animal? Falta crédito para que o pequeno possa conjugar lavoura e pecuária de corte, e o Becklerc reconhece que esse tem sido o principal obstáculo para uma expansão do programa.

OS CONVIDADOS

O encontro, que acontece pela primeira vez junto com o concurso, vai trazer mais de 150 criadores a Ijuí. E também alguns palestrantes foram convidados, para abordar os assuntos que estarão em discussão. Vão ser palestrantes os técnicos Eduardo Salomoni, da Embrapa; Abyr Becker, Ardilo Kappel e Tales Cunha Leal, todos da Secretaria da Agricultura; e Gerzy Maraschin, da Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os outros convidados são os técnicos e produtores que vão julgar os novilhos em pé e as carcaças. Para o julgamento em pé estarão na comissão: Antonio Martins Bastos Filho, pela Associação de Criadores de Aberdeen Angus; Walter Chagas Hoffmann, pela Associação de Charolês; Luís Fernando Benfica, Associação de Devon; e José Antonio Barbosa, pela Associação de Hereford. As carcaças serão julgadas por Lauro Müller, da Universidade Federal de Santa Maria; e Mauro Lopes e José Luís Costaguta, da Secretaria da Agricultura.



Este ano participam animais de 10 criadores

Os 10 anos do Núcleo Piratini

Há 10 anos atrás, um grupo de senhoras e moças da Linha 6 Norte — Piratini, em Ijuí, sentiu a necessidade de se reunir periodicamente para dialogar os problemas do lar e da comunidade. Agora, dia 28 de setembro, estas senhoras e moças resolveram fazer uma festa para marcar os 10 anos deste trabalho, aproveitando para fazer uma retrospectiva daquilo que foi feito até agora.

No programa da Festa, teve abertura e hasteamento da Bandeira Nacional, uma homenagem aos sócios fundadores, eleição de Miss Boneca, um bazar de trabalhos manuais, um churrasco e diversas atrações durante a tarde inteira.

As sócias fundadoras do grupo foram as senhoras Gertrudes Commanneur, Rosa Schulz, Ricardina Bönman, Erica Commanneur, Genoveva Mrozinski, Iris Schulz, Maria Krever e Ironilda Bönman. Dona Gertrudes, a líder do núcleo, fez a retrospectiva do trabalho.

Ele iniciou através da Ascar, (atual Emater) com a fundação de um Clube do Lar. Isto aconteceu em 23 de abril de 1970. Durante suas reuniões, foram feitas palestras sobre higiene, saúde da família, importância da alimentação, etc. Havia também uma parte prática, onde se desenvolvia atividades de culinária e trabalhos manuais. Aproveitando o conhecimento de todas as sócias, foram realizadas exposições de trabalhos realizados. O grupo também teve participação em campanhas de vacinação, palestras sobre primeiros socorros, promoções de datas importantes, excursões, etc. Paralelamente ao clube do Lar, foi fundado um Clube da Juventude, que também até

hoje desenvolve um trabalho para o bem da comunidade.

Quando a extensionista da Ascar desvinculou-se da entidade, surgiu a idéia de procurar o Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí, para dar continuidade ao trabalho. Junto ao Clube do Lar surgiu o núcleo cooperativo de senhoras e filhas de associados, onde se desenvolvia um trabalho integrado. Ali se planeja, executa e avalia os assuntos a serem discutidos, tanto na área técnica como na de Comunicação e Educação.

Hoje as discussões, como lembrava dona Gertrudes, foram mais longe, "porque achávamos que estávamos muito presas à parte técnica. Tínhamos que discutir outros assuntos: a tão falada diversificação, educação, assunto que diz muito para nossa família. E ainda falta muitos assuntos, por exemplo, como aconteceu historicamente a participação da mulher na sociedade, hoje, e amanhã, como será? Será que não temos que nos preparar mais?"

Noemi Huth, coordenadora do trabalho dos núcleos cooperativos, foi também uma das homenageadas da Festa, junto com Waldir Heck, da Rádio Progresso, o sub-prefeito Waldomiro Guse e Waldir Zardin, diretor de Compras e Abastecimento da Cotrijuí. A convidada de honra foi a senhora Lurdes Schacht.

Na eleição de Miss Boneca, a menina Marli Prochnow ficou com o primeiro lugar. A primeira princesa foi Leila Buch e a segunda Alda Eli Heck.

LAVOURA COM SEGURO



Quem faz seguro é porque dá valor ao que tem. E quem não dá valor ao dinheiro, ganha com tanto sacrifício? Pois o produtor consciente pensa justamente assim: aplica a sua Trifluralina; incorpora a sua Trifluralina. E não se preocupa mais se faz chuva ou se faz sol. Ele sabe que a Trifluralina está lá, firme. E quando surgir a semente da erva, ademe semente da erva. Uma lavoura com seguro é uma lavoura com Trifluralina Fecotrigo. É uma lavoura econômica (custa a metade dos outros herbicidas de superfície). É uma lavoura eficiente (se não chover, qual a segurança desses outros produtos, tão caros?). Fazer seguro é uma decisão inteligente. Usando a sua Trifluralina, o produtor não está apenas incorporando o seu herbicida.

Está incorporando segurança.

TRIFLURALINA FECOTRIGO

O nosso herbicida barato!
O herbicida econômico!
O herbicida seguro!



É DIFÍCIL AGRADAR A TODOS

- O Jacuí tem que ser condenado.
- Não. Condena o C-33, que este não tem dado bem.
- E não dá pra plantar o Maringá no início de maio?

Essas conversas aconteceram numa reunião de produtores de sementes de Santo Augusto e Chiapetta, dia 9 de outubro em Santo Augusto. Dos 35 produtores presentes, muita gente levantou, mais uma vez, as questões não bem esclarecidas sobre o rendimento das sementes de trigo. Mas no fim a maioria chegou à conclusão de que é mesmo difícil de se dizer quais são as variedades ideais, que sirvam para todos. A maioria delas apresenta um bom rendimento numa área, e baixa produtividade em outra.

Essa reunião, com a participação do diretor técnico da Cotrijuí, Nedy Borges, serviu para que fosse estabelecida uma meta, quanto ao recebimento de sementes para a próxima lavoura de trigo. Depois de uma avaliação, os produtores concluíram que algumas variedades devem ter maior volume para entrega aos agricultores, e outras precisam de uma redução, porque não vêm agradando.



Ernesto: questão complicada



Guimarães: todo cuidado é pouco

MAIS MARINGÁ

No todo, a redução na entrega das sementes será de 40 por cento. Essa foi a média dos percentuais que o pessoal sugeriu. A Maringá, por exemplo, foi a mais cotada: este ano, esta variedade representou 53 por cento do total recebido, e no próximo ano — de acordo com as previsões — deve passar para 60 por cento. Também devem aumentar as áreas com as novas variedades, como as CNT de 7 a 10, com diminuição na Jacuí. Se essas estimativas forem confirmadas, nas áreas de Santo Augusto e Chiapetta a produção de sementes de trigo ficará em 45.500 sacas (para recebimento), contra as 80 mil deste ano.

Desse total a receber, os técnicos pretendem aprovar, para distribuição, 35 mil, considerando que parte da produção não tem bom aproveitamento e não passa pela classificação. Tudo isso foi decidido em conjunto pelos produtores, que também discutiram a situação das sementes de aveia. A maioria anda preocupada com as misturas de variedades, pois muitas lavouras têm aveia branca, amarela e preta.

Essa mistura preocupa os produ-



É difícil dizer quais as variedades que servem para todos

res, porque a aveia exige um controle de qualidade rigoroso. Numa lavoura onde foi plantada determinada variedade, no ano seguinte a mesma semente deve ser utilizada. Uma mudança faria com que a variedade anterior retornasse, de qualquer forma, no meio da outra. Quer dizer que a aveia rebrota, e aí acontece a mistura que preocupa os produtores.

QUAL A MELHOR?

Para quem conhece a produção de sementes, como o seu Ernesto Zanozo, de São Jacó (Santo Augusto), esse temor dos agricultores, com misturas, controle de qualidade e avaliação de rendimentos, não é uma coisa nova. Só que ele também acha arriscado se dizer que tal variedade deve ser condenada, como muita gente sempre sugere, no caso do trigo. Seu Ernesto planta 30 hectares de trigo para semente, há 9 anos, com variedades diferentes.

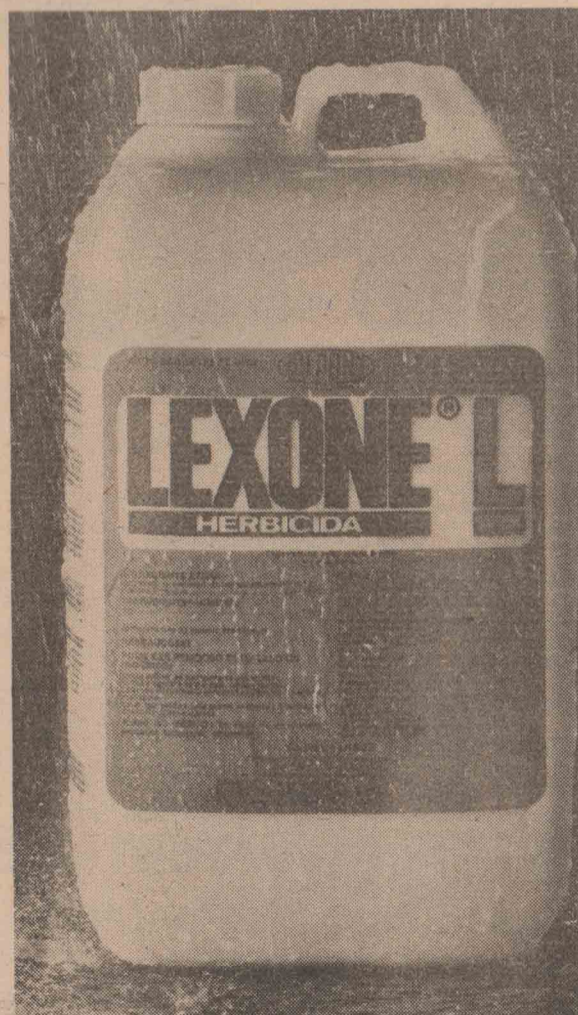
— Faz 30 anos que eu planto trigo, e até agora não sei dizer qual é a melhor semente. Tem gente que diz que a S-54 não dá bem, mas pra mim tem dado. Às vezes dá o mal-do-pé. E tem também a

afamada Maringá, que eu nunca colhi bem. Só que a maioria diz que essa é que é a boa.

Ernesto acha que a questão é tão complicada, que às vezes a semente melhor é a que dá uma lavoura "suja", enquanto que na lavoura "limpa" nem sempre o produto sai bom. "Nessas alturas — diz ele — eu nem mais acredito em semente pura, porque as misturas acontecem".

E quem entende de mistura é o seu Guimarães Dornelles da Silva, que planta em 23 hectares, em Santo Augusto. Ele vem fornecendo a semente de aveia: tem 3 hectares com a preta, e 4 hectares com variedades misturadas, só para pastagem.

O seu Guimarães acredita que todo o cuidado é pouco, para que as variedades de aveia não se misturem. "A gente — diz ele — recebe a semente pura, mas depois dá mistura até no transporte, na hora de carregar o caminhão". Seu Guimarães acha que a lavoura deve estar sempre bem limpa, mas só isso não resolve. Às vezes, até os passarinhos se encarregam de misturar as variedades, levando grãos de uma lavoura pra outra.



Lexone L.
Um líquido tão importante para a soja quanto a chuva.



Lexone L é como a chuva: só traz benefícios à sua lavoura.

Mas com uma diferença fundamental: enquanto a chuva passa, Lexone L fica controlando as ervas de folhas largas, desde a emergência até o completo fechamento da soja. Isso sem afetar a cultura subsequente.

Aplicado em pré-plantio incorporado ou em pré-emergência, Lexone L acaba com o problema da concorrência das ervas daninhas com a soja, que, como você sabe, se inicia com a própria plantação.

Isso tudo com muita praticidade, já que, sendo líquido, Lexone L mistura mais fácil e permite que você estabeleça as doses corretas de aplicação.

O resultado final é o que você sempre desejou: uma grande produtividade com muitos lucros.

Use Lexone L, o líquido tão importante quanto a chuva.

DU PONT
MARCA REGISTRADA
AGROQUÍMICOS

Lexone é marca registrada da Du Pont

Só aplique defensivos na sua lavoura depois de procurar um técnico. Ele poderá informá-lo sobre a melhor maneira de usar qualquer veneno



**COTRIEXPORT —
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

**MAIS UM ELO
DE UNIÃO**

**PARA FAZER SEGURO
EXIJA O MELHOR**

A Cotrijuí através de sua Corretora de Seguro presta todas as informações e assistência nas diversas modalidades de seguro.

Em Ijuí: Sede da Cotrijuí — fone 332-2400 — ramal 364
Em P. Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342 — fone 33-50-32

LAVOURA NO MÊS

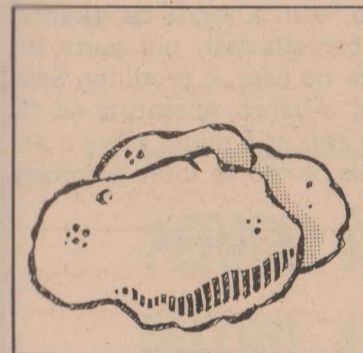


ALHO

A maior parte da produção de alho na região já foi colhida, o que se constitui num fato muito favorável, pois as chuvas nesta época são frequentes e muito prejudiciais à qualidade do produto. O aspecto do alho colhido este ano em sua maioria é melhor do que no ano passado, o que deverá resultar em comercialização mais favorável.

Um ponto de maior importância é a armazenagem do produto à nível de propriedade até a entrega na Cooperativa. O produto deverá ser estaleirado, para desta forma ocorrer a cura completa. Somente depois desta etapa será possível cortá-lo, classificá-lo e trazê-lo à Cooperativa para o encaminhamento comercial.

A variedade Portela (folhas largas), de ciclo longo, ainda não está em ponto de colheita, e é difícil no momento avaliar o real desempenho desta variedade. Ainda é cedo para sabermos se é ou não conveniente aumentar o plantio da Portela para a próxima safra.



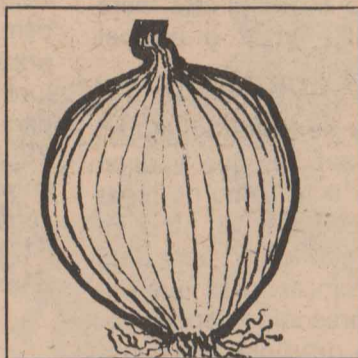
BATATA

As lavouras de batata conseguiram recuperar-se da geada, apresentando-se em condições muito boas na região Pioneira. O tratamento da semente com brotadores está apresentando resultados acima do previsto, demonstrando que esta prática deverá ter uma maior dimensão nos próximos cultivos. O aspecto sanitário também é bom e se as condições climáticas forem razoavelmente favoráveis, estima-se que os resultados igualmente serão compensadores aos produtores.

O aumento na área plantada este ano é significativo, devendo assim ocorrer um considerável aumento na produção. Mesmo que grande parte

da produção não seja comercializada, mas sim consumida na propriedade, constituirá um importante complemento alimentar na região.

Para a colheita da batata é importante que o produto fique um dia ao sol para melhorar as condições de conservação e assim atender a alimentação por um período maior.



CEBOLA

O bom desenvolvimento das lavouras de cebola, comentado em edições anteriores, constitui agora uma preocupação. Não resta dúvida que o tamanho do bulbo é muito satisfatório, mas houve um crescimento muito grande da haste (rama). Isto não representaria um problema se as condições fossem de baixa umidade relativa do ar ou pouca chuva.

As chuvas que vêm ocorrendo nesta época são muito prejudiciais, já que estas plantas com haste muito desenvolvida favorecem a penetração de umidade pela parte central da planta, ocasionando seu rápido

apodrecimento. O problema não apresenta nenhuma solução plenamente satisfatória. O que pode ser feito é colher a cebola e armazenar em estaleiros — tal como o alho — não esquecendo de que antes de depositar no estaleiro, a cebola deverá ser curada 1 ou 2 dias ao sol para perder a maior parte da umidade.



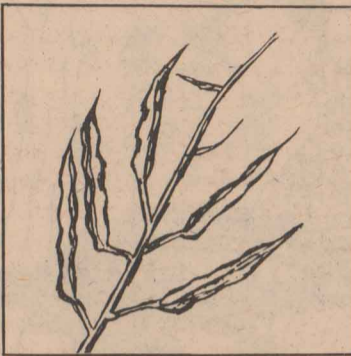
HORTALIÇAS DIVERSAS

Entre o grande grupo de hortaliças, destaca-se como de fundamental importância o tomateiro, que é cultivado pela maioria dos produtores nesta época do ano. Com a elevação da umidade, há ocorrência mais intensa de doenças, devendo-se fazer tratamentos preventivos com fungicidas. Como recomendação geral, sugerimos o uso de produtos à base de Cobre. Para utilização de outros produtos é necessária a orientação técnica.

As outras hortaliças não necessitam de tratamentos com defensivos, pois têm condições de desenvolverem-se satisfato-

riamente em épocas normais.

As hortaliças de frutas (tomate, pimentão, beringela) necessitam de cobertura com Nitrogênio, o que pode ser feito com a aplicação de Uréia (50 gramas por planta) ou esterco de aves (1 quilo por planta).



COLZA

Uma das fases mais importantes e que exige maior atenção por parte do produtor de colza é a colheita. Até pode se dizer que a colheita é o ponto crítico da cultura.

Como o ponto ideal para a colheita não está praticamente definido, o produtor deve observar frequentemente a lavoura para que não tarde o início da colheita. De acordo com observações de anos anteriores, chuvas pesadas e ventos fortes ocasionaram a debulha da colza, portanto, se o produtor notar que a maturação está completa, deve iniciar imediatamente a colheita.

Na hora da colheita a automotriz deve estar muito bem

regulada. Começa-se regulando o molinete, colocando-o bem para a frente e em posição bem alta. Isto tudo porque a colza é uma planta alta. Outro detalhe: a velocidade do molinete deve ser mínima. Dizem os técnicos que a retirada do molinete é uma prática usada para evitar debulha na frente da máquina. A rotação do cilindro deve ser inferior a usada para a colheita da soja. Se a rotação do cilindro for alta, ou a abertura entre o cilindro e concavo for pequena, pode provocar a quebra da semente.

Como a colza é um produto muito leve, deve se usar o mínimo de rotação no ventilador e o mínimo de abertura das janelas de ar. Para evitar que o produto seja colhido com muitas impurezas, recomenda-se o uso de peneiras de furos redondos, a mesma utilizada para a colheita de linho. É interessante que a colheita da colza seja acompanhada por um técnico da Unidade, para que possa auxiliar na solução dos problemas que possam surgir.

Os defensivos são venenos fortes. Busque a orientação de um técnico antes de aplicá-los.

SUPER "500"

O verdadeiro amortecedor para trabalho pesado, com 100% a mais de capacidade de absorção de choque, haste com área 25% maior e, 60% a mais de capacidade de óleo.



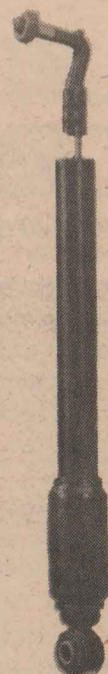
MONRO-MATIC

O famoso amortecedor com três estágios de válvulas e regulação automática para todas as estradas e cargas.



MONRO-MATIC CARTUCHO DE REPOSIÇÃO MAC-PHERSON

Esta unidade simplifica o reparo das suspensões do tipo estrutura "MAC-PHERSON". É uma unidade integrada com todos os componentes de calibração e torna desnecessária a troca da estrutura completa.

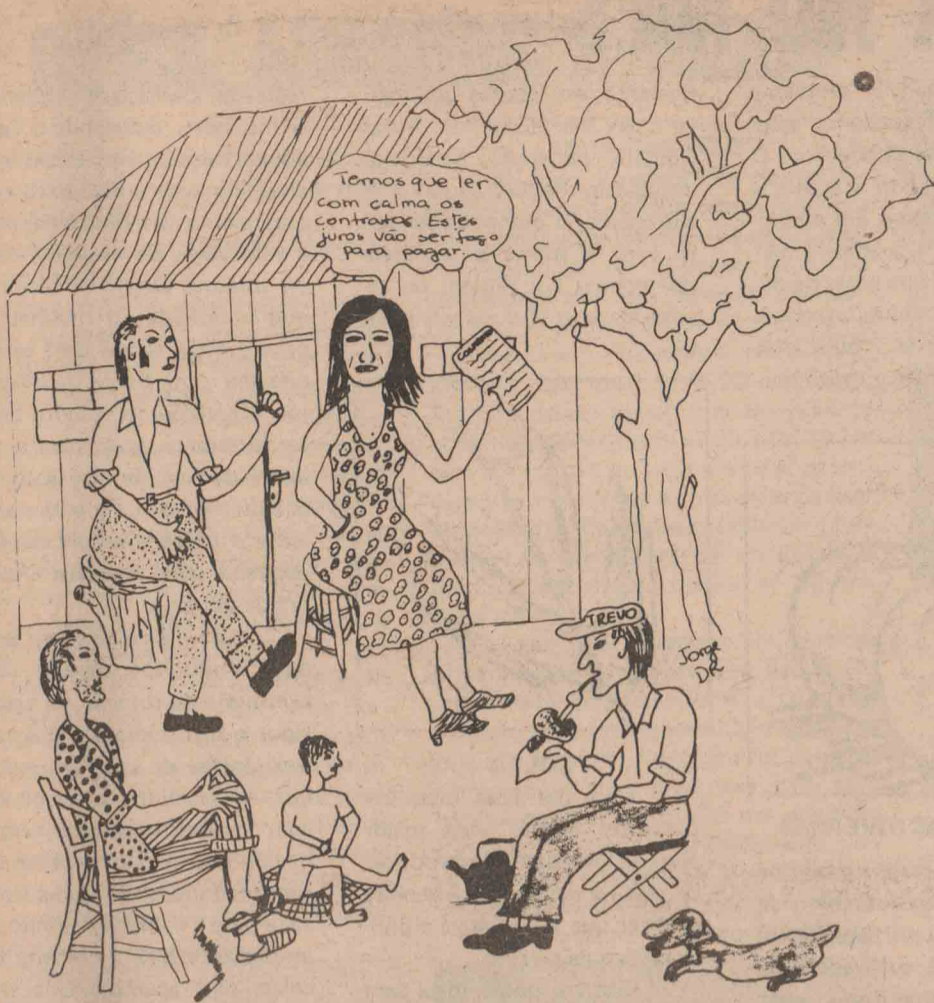


MONRO-MATIC AMORTECEDOR DE DIREÇÃO

Projetado especialmente para reduzir a trepidação das rodas e a ação do vento, ajudando a aumentar a durabilidade dos pneus e a estabilidade direcional.

Os amortecedores Monroe estão à venda nas Lojas Cotrijur

MONROE



ATRASOU NAS CONTAS? MORRE PAGANDO OS JUROS

Quem não conseguir pagar as dívidas no prazo, vai sofrer uma multa que passa de 50 por cento sobre o total do financiamento.

Quem não leu com mais calma o contrato para custeio da soja da próxima safra, vai ficar surpreso quando notar que a cédula tem uma novidade. Houve alteração nos encargos financeiros, e isso consta da

cédula, num texto que, para muitos, talvez não seja fácil de entender. Mas o que houve, na verdade, foi um aumento bem grande na multa que o produtor terá que pagar se não devolver o dinheiro dentro do

prazo.

Essa mudança torna o dinheiro mais caro, no caso de atraso no cumprimento do contrato, pois os juros aumentaram e agora há também correção monetária. Isso vale tanto para o custeio, como para os financiamentos concedidos a investimentos. Com a medida, determinada pelo Banco Central numa circular de número 501, de 7 de fevereiro deste ano, o agricultor terá que devolver o dinheiro sem muita demora. E isso é que já está merecendo discussão entre o pessoal.

JURO E CORREÇÃO

O gerente de Crédito da Cotrijuí, Aramis Baptista, que é quem coordena todo o trabalho de repasse dentro da cooperativa, acha importante uma explicação bem detalhada das mudanças, para que ninguém seja surpreendido depois. Isso porque o juro de mora, até agora, vinha sendo de um por cento ao ano. Com a alteração, a mora somará mais de 50 por cento sobre o total do financiamento.

Mas e como é que a multa ficou tão grande? Primeiro porque o Banco Central decidiu manter o juro de um por cento, que vinha cobrando, e acrescentou mais dois encargos: correção monetária e mais dois por cento de juro. A correção monetária vai ser calculada de acordo com o percentual das tais de ORTNs, que são as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Essas ORTNs têm reajustes variáveis, mas é possível pegar uma base, para que o produtor tenha uma idéia do que vai pagar de mora. Prevendo então que este índice seja de 48 por cento para este ano, com alguma variação, os encargos ficariam em 51 por cento, somando-se os três por cento de juro. Quer dizer, então, que os encargos têm um acréscimo de 50 por cento, sobre o que vinha sendo pago até agora.

TOTAL DOS ENCARGOS

Esses acréscimos sobre o valor

do custeio vão fazer os encargos totais do financiamento subirem bastante. O mini e o pequeno produtor, por exemplo, vão pagar 75 por cento de juro ao ano, no caso de não saldarem a dívida dentro do prazo. Isto acontecerá se forem considerados os cinco por cento de juros sobre o custeio e mais a correção monetária de 19 por cento, que são os encargos normais.

Para os médios e grandes produtores, a soma total dos encargos ficará em 84 por cento, mas também se eles não cumprirem com os prazos dos contratos. Para estes, o juro é o mesmo, de cinco por cento para o custeio, mas a correção é de 28 por cento, como já vem sendo cobrada. Somando-se estes 33 por cento (juro mais correção) e mais os 51 por cento da mora, chega-se aos 84 por cento.

QUANDO NÃO SE PAGA

O seu Aramis lembra que essa mora só será cobrada quando o produtor não tiver justificativas, ou seja, não conseguir explicar porque não dispõe de dinheiro para saldar a dívida no tempo previsto. Se der frustração na safra, ficará a cargo do banco financiador decidir ou não sobre a prorrogação do prazo. Então, se a safra não deu boa e não houver dinheiro, é quase certo que o agricultor ficará livre da multa.

No caso dos investimentos, que têm os mesmos juros e a mesma correção monetária, a mora será cobrada sobre a parcela do mês do vencimento. Pode também ocorrer do banco querer cobrar a multa sobre toda a dívida, quando considerar que o produtor cometeu uma falta grave. Nesse caso, todo o financiamento seria abrangido pelos encargos. Isto pode acontecer por exemplo, com a venda da garantia (terra, benfeitorias), por parte do mutuário no caso, o produtor. Sem garantia, o banco se sentiria no direito de aplicar a multa sobre o débito todo, e não só sobre a parcela vencida.

Não dá mais para esperar pelo preço

— Esse juro vai comer e dormir junto com a gente.

Quem diz isso é o Antonio Goi Sobrinho, de Alto da União (Ijuí), que já havia encaminhado o pedido de custeio para a soja, mas não havia chegado a ler com atenção o contrato. Ele acha que o aumento na multa foi "um absurdo", e diz que boa parte da safra "vai ser botada fora".

— Por enquanto, dava pra gente ir esperando um precinho bom, e depois pagar o financiamento. Eu até já fiz isso, mas agora não dá mais. Vai acontecer da gente ter que entregar a soja por qualquer preço, pra ter o dinheiro de volta.

Antonio pegou custeio para 30 hectares, mas vai plantar "um pedaço" de toda a

área por conta, para "se ver livre um pouco do banco, porque do jeito que está não tem cabimento". Ele acha que "seria uma boa se desse pra gente manobrar por conta, e vender na hora que desse um preço bom, mas se o juro subiu tanto não vai dar pra arriscar".



Antonio: um absurdo

MEXER COM OS PAUZINHOS

Outro que já andou atrasando o pagamento do custeio foi o Arnaldo de Lima, que tem 40 hectares na Linha 12 Norte (Ijuí). Para o seu Arnaldo, com esse juro não vai dar



Arnaldo: sem esperar preço

mesmo pra esperar um preço bom. Ele, pelo menos, não pretende pagar mais de 50 por cento de multa:

— Vinha dando pra gente mexer com os pauzinhos, pois num dia que seja a gente pode ganhar um dinheirinho. Agora o juro vai ficar brabo. Não vai



Alberto: e se não dá?

dar pra querer demais. O negócio vai ser esperar um preço mais ou menos e entregar, antes que baixe e a gente perca a soja e ainda pague tudo isso de mora.

Essa também é a opinião do seu Alberto Hartmann, de Boa Esperança (Ijuí), que andou estudando pra ver se podia plantar 16 hectares de soja por conta. Até o dia 19 de outubro ele ainda não tinha decidido, mas estava bem disposto a deixar de lado o financiamento.

— Eu sempre paguei dentro do prazo, e só atrasei alguma coisinha, tempos atrás, porque a safra não deu bem. Agora, não adianta querer o dinheiro de volta, se não tem com o que pagar. Tem muitos que querem andar com tudo em dia. Mas e se não dá?



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUÍ

Escrevendo e brincando

Outubro, mês dedicado ao professor. Colabore com o seu, sugerindo atividades interessantes para dinamizar as aulas. São atividades que fazem a "cuca" funcionar, divertindo. Existem várias. Desta vez são estas.

A gente vai fazer desenhos engraçados usando letras — os desenhos podem dar a idéia de palavra.

Vejamos:



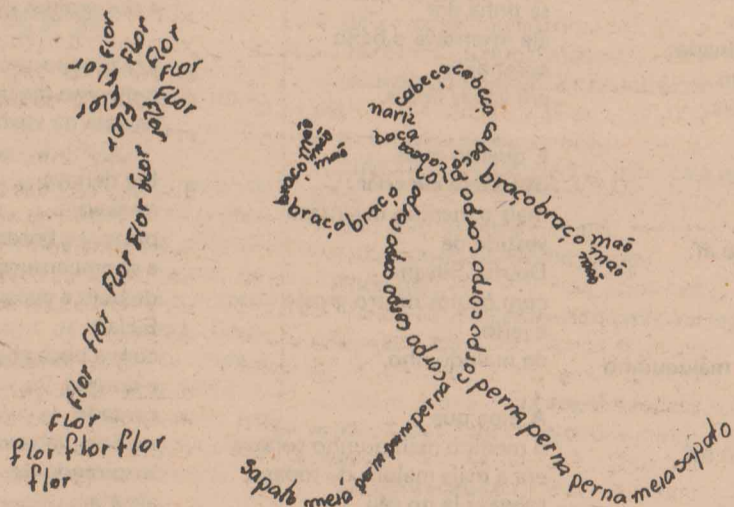
— Viram como não é difícil? Lápis na mão para desenhar palavras com X:

— Usaremos a letra I

— Vocês escolherão as letras.

— Ah! Não é que eu já ia me esquecendo? Com palavras completas também se pode fazer desenhos.

Vejam:



Apontamos, não é? Pois agora, vocês farão desenhos com as palavras casa, saci, bolo... naturalmente uma ou duas palavras por dia.

Vocês para encerrar, escolherão as palavras...

DE CRIANÇA PARA CRIANÇA!

Estou muito contente. Sabem por quê? Porque estou sentindo que o COTRISOL está despertando interesse nas crianças. Muitos já estão participando, mandando suas contribuições.

É tão bom quando chegam as cartas... Mas ainda está faltando a sua. Tome coragem e escreva aquilo que sua "cuquinha" criar. Você tem condições e vai gostar. Um abraço!

Esta edição tem uma mensagem a todas as crianças que inventam, criam, participam, brincam...

Um agradecimento e um abraço especial a vocês que participaram neste número:

Janice Rodrigues de Lima — estuda na Escola Boa Esperança. Timbozal — Ajuricaba. Ela tem 8 anos e estuda na 3ª série.

Maria Inês Alves da Silva — estuda na Escola Antônio João — Pedro Paiva — Santo Augusto. Tem 11 anos e gosta muito de poesias gaúchas.

Jaime Roque Antonelli — tem 13 anos e mora em Tenente Portela.

Gladston Serrano de Oliveira — Dourados — Mato Grosso do Sul.

Margarida Aparecida Teixeira — 10 anos mora em Dourados — Mato Grosso do Sul.

Nelsi Fritz — Mato Grosso do Sul, município de Dourados. Geolar B. Bronzatto — estuda na Escola de 1º Grau Incompleto 19 de Outubro — Parador — Tenente Portela. Tem 7 anos e está na 2ª série.

Neiva Arenhart — tem 9 anos e mora na Ponte do Ijuizinho — Augusto Pestana.

Aneli Rute Grün — estuda na Escola de 1º Grau Nossa Senhora da Penha — Ijuí.

Marlene Sparrenberger — Ponte Branca — Augusto Pestana. Alda Alvarenga — 8 anos — Irapuá, Miraguá — R.S.



O menino maluquinho

Outubro é mês dedicado a criança. Pena que seja só neste mês, pois a criança é tão importante que precisa ser homenageada, considerada, todos os dias. Uma homenagem de verdade não precisa ser com presentes materiais (e nem é o melhor). O verdadeiro presente é o amor, o carinho e o espaço que os adultos oferecem para a criança crescer com segurança. O nosso presente é uma história maravilhosa que Ziraldo escreveu:

O Menino Maluquinho. *Leia com atenção e espero que você seja como este menino. Observação: A história é um pouco maior, mas devido o espaço foram omitidas algumas partes. Mas se vocês tiverem a oportunidade de adquirir o livrinho, (pois vale a pena) você ficará conhecendo muitas outras maluquices do menino.*

Era uma vez um menino maluquinho
Ele tinha o olho maior do que a barriga
tinha fogo no rabo
tinha vento nos pés
umas pernas enormes
(que davam para abraçar o mundo)
Ele era um menino impossível!

Ele era muito sabido
ele sabia de tudo
a única coisa que ele não sabia era como ficar quieto

seu canto
seu riso
seu som
nunca estavam onde ele estava.

Se quebrava um vaso aqui logo já estava lá
às vezes cantava lá e logo já estava aqui.
Pra uns, era um uirapuru pra outros, era um saci.

Na turma em que ele andava

ele era o menorzinho o mais espertinho o mais bonitinho o mais alegrinho o mais maluquinho.

Eram tantas coisas terminadas em inho que os colegas não entendiam como é que ele podia ser um companheiro.

Se ele perdia um caderno no colégio (e ele perdia um caderno todo dia) era fácil encontrar seu dono.

Seu caderno era assim: um dever e um desenho uma lição e um versinho um mapa e um passarinho. "Este caderno só pode ser do menino maluquinho".

A melhor coisa do mundo na casa do menino maluquinho era quando ele voltava da escola.

A pasta e os livros chegavam sempre primeiro voando na frente.

Depois entrava o menino com seu pé de vento e a casa ventava os quartos cantavam e tudo se enchia de som e alegria.

Todo mundo dizia: "Chegou o maluquinho!"

Um dia, num fim de ano o menino maluquinho chegou em casa com uma bomba: "Mamãe, tou aí com uma bomba!"

— "Meu neto é um subversivo!" gritou o avô.

"Ele vai matar o gato!" gritou a avó.

"Tira esse negócio daí!" falou — de novo — a mamãe

Mas, aí o menino explicou: "A bomba já explodiu, gente. Lá no colégio".

"Esse menino é maluquinho!" falou o pai, aliviado. E foi conferir o boletim.

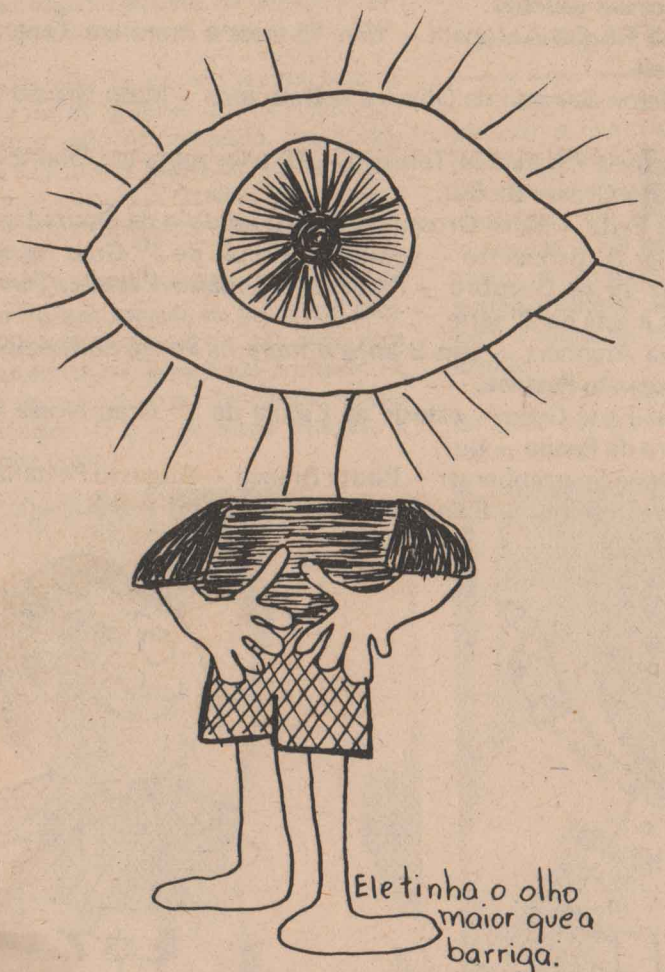
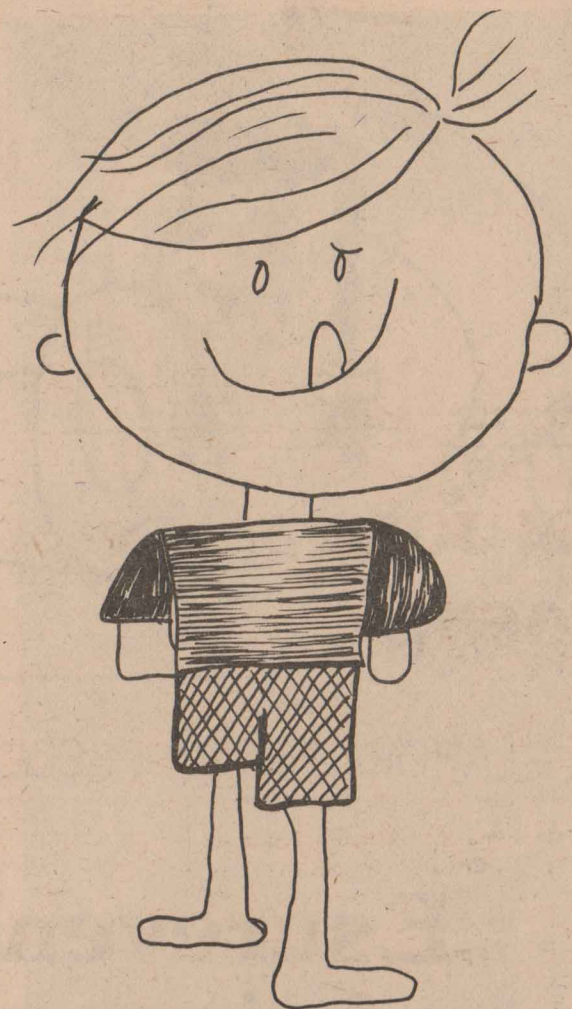
Esse susto não era nada tinha outros, que ele pregava. às vezes sem qualquer ordem do papai e da mamãe se trancava lá no quarto e estudava e estudava e voltava do colégio com as provas terminadas tinha dez no boletim que não acabava mais.

E ele dizia aos pais cheio de contentamento: "Só tem um zerinho aí. Num tal de comportamento!"

Na casa do menino maluquinho era assim: se tinha chuva ele queria inventar o sol

pois sabia onde achar o azul e o amarelo;

Se fazia frio



Ele tinha o olho maior que a barriga.

ele tinha uma transa quentinha para se aquecer; (no colo da mamãe)

se tinha sombras ele inventava de criar o riso pois era cheio de graça;

se, de repente, ficasse muito vazio ele inventava o abraço pois sabia onde estavam os braços que queria;

se havia o silêncio ele inventava a conversa pois havia sempre um tempo para escutar o que o menino gostava de conversar;

se tinha dor ele inventava o beijo aprendido em várias lições.

E quanto mais deixavam ele criar mais o menino inventava vestido de Doutor Silvana com óculos de aro grosso e jeito de maluquinho.

A pipa que o menino maluquinho soltava era a mais maluca de todas rabeava lá no céu rodopiava adoidado caía de ponta cabeça dava tranco e cabeçada

e sua linha cortava Mais do que o afiado cerol.

E a pipa quem fazia era mesmo o menininho pois ele havia aprendido a amarrar linha e taquara a colar papel de seda e a fazer com polvilho o grude para colar a pipa triangular como o papai lhe ensinara do jeito que havia aprendido com o pai e o pai do pai do papai.

E quando vinha São João o mais luminoso balão que todo mundo apontava era o gordo balãozinho do menino maluquinho que custara uma semana de trabalho da tesoura e dos moldes da mamãe.

Era preciso ver o menino maluquinho na casa da vovó!

Ele deitava e rolava pintava e bordava e se empanturrava de bolo e cocada. E ria com a boca cheia e dormia cansado no colo da vovó suspirando de alegria. E a vovó dizia: "Esse meu neto é tão maluquinho!"

O menino maluquinho
tinha
dez namoradas!

Ele era
um namorado formidável

que desenhava
corações
nos troncos
das árvores

que desenhava
flores no caderno de desenho

e levava laranjas
e levava maçãs
e pagava sorvetes
e roubava beijinhos

e fazia versinhos

e fazia canções.

e rasgava os fundilhos
no arame da cerca
e tinha tanto esparadrapo
nas canelas
e nos cotovelos
e tanta bandagem
nas volta das férias
que todo ano ganhava
dos colegas
no colégio
o apelido de Múmia!

E chorava escondido
se tinha tristezas

E ficava sozinho
brincando no quarto
semanas seguidas

fazendo batalhas

fazendo corridas

desenhando mapas
de terras perdidas

inventando estrelas
e foguetes espaciais.

O menino maluquinho
tinha lá os seus segredos
e nunca ninguém sabia
os segredos que ele tinha
(pois segredo é justo assim).

Tinha uns mais segredáveis.
E outros
que eram
menos.

Tinha uns dez
que ele guardava
só pra contar
pro papai.
E mais uns dez escolhidos
pra dividir com mamãe

Os outros, que eram só dele
não dá pra gente saber
nem quantos eram, de fato.

Mas,
o seu maior mistério
todos sabiam de cor
era o jeito
que o menino
tinha de brincar
com o tempo.

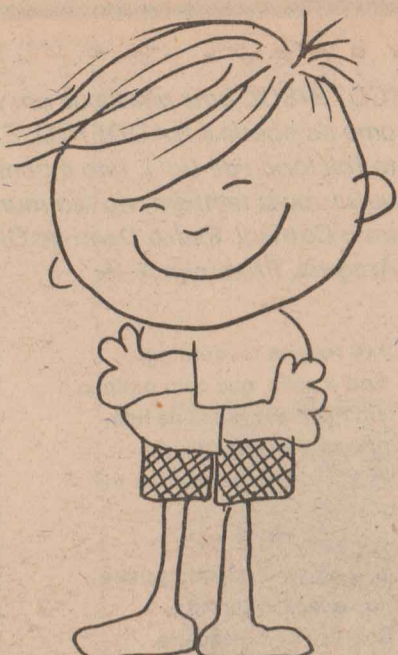
Sempre sobrava tempo
pra fazer
mil traquinadas
e dava tempo
pra tudo

(o tempo era um amigo)

seu ponteiro das horas
vai ver
era um ponteiro.

E sobrava tempo
pra ler os livrinhos

e sobrava tempo



Ele inventava o abraço...

pra colar figurinhas

e para anotar nos livros
de histórias e aventuras
todas aquelas passagens
em que ele virava o herói
O tempo era assim pra ele:
fazia horas a mais

O menino maluquinho
jogava futebol.

E toda a turma
ficava esperando
ele chegar
pra começar o jogo.

É que o time
era cheio de craques
e ninguém queria
ficar no gol.

Só o menino maluquinho
que dizia sempre:

"Deixa comigo!"

E ia rindo pro gol
para o jogo começar.

E o menino maluquinho
voava na bola

e caía de lado
e caía de frente

e caía de pernas pro ar

e caía de bunda no chão

e dançava no espaço
com a bola nas mãos

E a torcida ria
e gostava de ver
a alegria daquele goleiro.

E todos diziam:
"Que goleiro maluquinho".

O menino maluquinho
pegava todas!

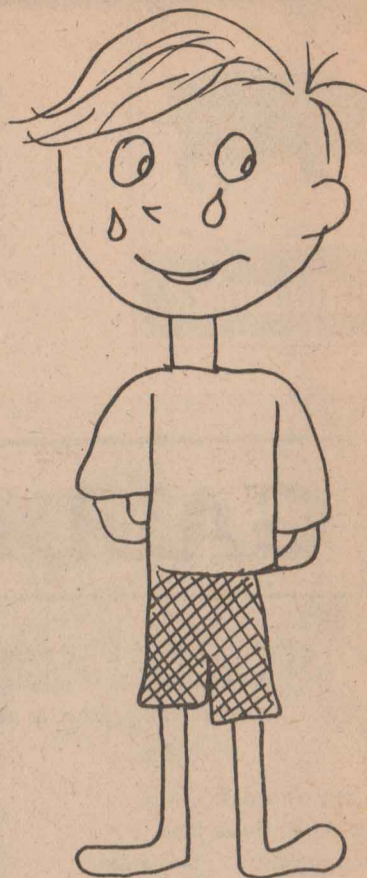
Mas
teve uma coisa que ele
não pôde pegar
não deu pra ele segurar
embora ele soubesse transá-la
como um milagre.

O menino maluquinho
não conseguiu segurar o
tempo!

E aí, o tempo passou.
E, como todo mundo,
o menino maluquinho cresceu.

Cresceu
e virou um cara legal!

Aliás,
virou o cara mais legal
do mundo!



E chorava escondido
se tinha tristezas.

Mas, um cara legal, mesmo!

E foi aí que
todo mundo descobriu
que ele
não tinha sido
um
menino
maluquinho
ele tinha sido era um
menino feliz!

Mais cartas que chegam...
Amantino Brasil dos Santos - Barra

Preto - Ajuricaba

Darci Wiske - Vila Florida - Ajuri-
caba (Olha Ajuricaba!)

Vera Windmüller - Linha Mara -
mey - Panambi - Aliás, ficamos
muito felizes com esta carta,
pois veio acompanhada com
uma carta do seu vovô Edvino,
dizendo que gosta deste jornal.

Nem todas contribuições foram
possíveis publicar, mas aguardem,
pois todas aparecerão nos pró-
ximos Suplementos!

Ler aprofunda conhecimentos e desen-
volve a inteligência. Se tiverem oportuni-
dade, peçam ao papai e a mamãe ou para
a professora a compra de livros. Aqui
vão umas dicas de livros que valem a
pena serem lidos.

ANINHA E JOÃO - Lúcia Miners e Paula
Yne - Editora Ática

ARCA DE NOÉ - Vinicius de Moraes - Sabiá

JOÃO TEIMOSO - Luis Raul Machado - Ática

FUCTS - Ziraldo - Primor

OU ISTO... OU AQUILO - Cecília Meirelles -
Civilização Brasileira.

ANGÉLICA - Lygia Bojunga Nunes - Agir

Até o próximo mês!

Maria Inês Alves enviou para o COTRISOL uma poesia de um poeta tradicionalista de Ijuí — Pedro Darci de Oliveira. O nome da poesia é GAUDÉRIO. Ela tirou do livro Sinuelo (Sinuelo é também um conjunto folclórico de Ijuí). Isto é bom. Devemos valorizar as coisas da nossa terra. Façam uma pesquisa vocês também, no seu município de pessoas que fazem poesias e canções e mandem para o Cotrisol. Pedro Darci de Oliveira já escreveu e lançou outro livro de poesias — Alma Aragana. Procurem lê-lo.

GAUDÉRIO

A PELÓPIDAS GLASCHESTER, que foi ideal exemplo de gaúcho, as homenagens do autor.

Eu sou o naco de fumo girando no fio da faca, sou o poncho . . . fui barraca de chimango e maragato, sou branco, ruivo, mulato, numa mistura de raças.

Sou o gosto da cachaça num trago bueno de fato. Sou o Destino gaudério de alguma alma penada, sou passatempo da indiada

nos rodeios de domingo. Sou o peão, que com o pingo em meio aos riscos da lida, apostam a própria vida num "tu me derruba, eu me vingo!"

Sou braço de algum gaúcho numa laçada certa, Sou tiro de boleadeira na caça do potro alçado, Sou serra, campo, banhado, Sou a cruz do corredor, Sou o ódio, a paz e o amor de algum chirú desconfiado.

Sou o tinir da roseta esporeando um redomão, Sou mangueira, sou galpão, casa grande da fazenda,

Sou o vestido de renda da donzela mais prendada, Sou o "S" de alguma adaga, nos entreveiros da venda.

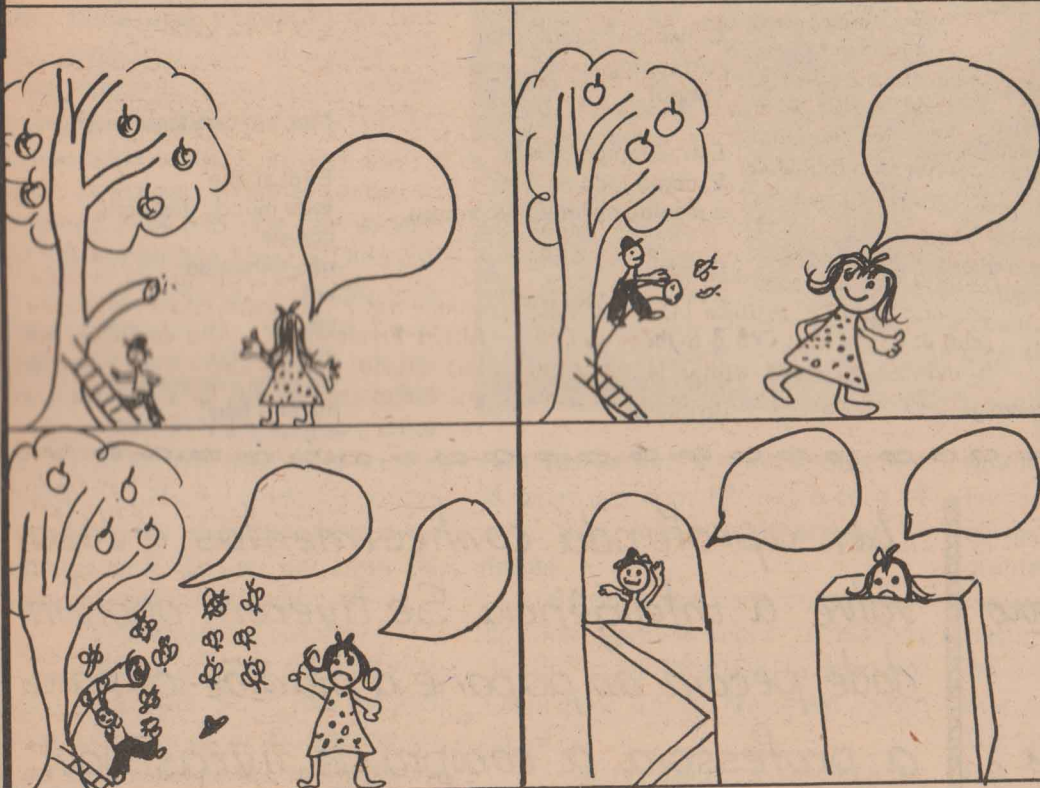
Sou a afinação da viola nos dedos do tocador, Sou alma de pajador junto ao calor do tição, Sou a cuia de chimarrão beijando lábios afora, Sou o vermelho da aurora clareando o meu rincão.

Sou o Rio Grande do Sul das peleias nas coxilhas, Sou soldado Farroupilha que nunca teve quartel, Sou ruínas de São Miguel, Redução de Tiarajú,

Sou choro do pé de umbú pra alguma china qualquer.

Sou a vertente da rocha d'água meio azulada, Sou marcas no pó da estrada de uma carreta chorona, Sou teclado de acordeona nos passos de chimarrita, Sou par de prenda bonita numa vaneira marcada.

Sou poeta . . . Sou o vento . . . Sou a lenda que persiste, Sou homem que canta triste, Sou o chucro pantanal, Sou relincho de bagual, Sou o guardião quero-quero, Eu fui talhado em pau-ferro, Prá ser a História Imortal.



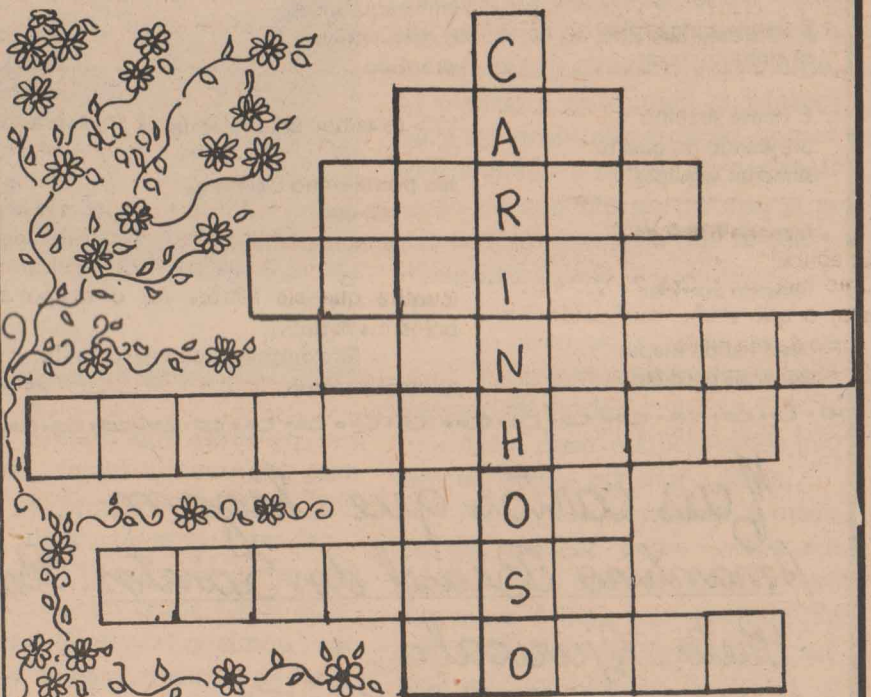
Maria Aparecida Teixeira de Dourados manda uma história em quadrinhos para você fazer.

Adivinhações:

Contribuição de Seira Arenhart

- Qual é a cidade que faz a vaca rir?
- Por que não aceitaram o Fuscão na Seleção Brasileira?
- Para onde vai o cervo depois de 100 anos?
- O que começa com c e termina com u e as vezes está sujo?
- O que o homem tem no meio da boca e do nariz?

Respostas: (1. Vacaria é porque não estava empacada = 401-4-da-5- bigode)



Gladston Serrano de Oliveira, escreveu que gosta muito do COTRISOL e quer participar: Faça a atividade abaixo, (colocando as respostas nos quadrinhos a cima e descobrirá as qualidades dos substantivos correspondentes:

- QUEM TEM GORDURA É
- QUEM TEM BONDADÉ É
- QUEM TEM CARINHO É
- QUEM TEM MALDADÉ É
- QUEM TEM FELICIDADÉ É
- QUEM TEM HONESTIDADÉ É
- QUEM TEM MEDO É
- QUEM TEM ORGULHO É
- QUEM TEM FORÇA É

AGRADECEMOS AS CARTINHAS. CONTINUEM ESCRREVENDO PARA O COTRISOL - RUA DAS CHÁCARAS 1513 - C.P. 11 - IJUÍ - RS

EDUCAÇÃO

COMUNIDADE – FAMÍLIA – ESCOLA

Suplemento elaborado pelo Grupo de Assessoria aos Professores Rurais – Convênio Cotrijuí/Fidene

UM JORNAL NOSSO

Um grupo de professores da Escola Cristovão Colombo de Vila São Pedro, Turvinho, fez uma avaliação do nosso suplemento de Educação. Classificou como uma ótima idéia a elaboração deste jornal. Estão reunindo para debater o seu conteúdo. Esta manifestação muito nos incentivou, no entanto, achamos que a participação dos professores rurais ainda é muito pequena. Vamos lá gente! Todos podem e devem escrever artigos para serem publicados.

Neste terceiro número estamos dedicando especial atenção ao professor e a criança, não somente por suas datas comemoradas neste mês de outubro, mas principalmente por serem estes elementos uma parte importante do nosso trabalho. O assunto saúde, também está incluído pela sua importância para todos e, também por ter sido o tema estudado nesta etapa dos nossos projetos.

Na parte dedicada aos mestres, procuramos enfocar alguns aspectos do seu dia a dia.

A técnica e textos didáticos no sentido de fornecer aos trabalhadores da educação alguns recursos e dicas. No que se refere às crianças, apresentamos um conto onde poderemos refletir sobre a difícil tarefa de educá-las. As condições de saúde da população de tempos passado e presente é uma discussão que nos sugere a matéria publicada.

Esperamos que mais uma vez o nosso trabalho sirva como motivo para os amigos leitores pensarem sobre estas coisas tão importantes para todos nós.

O TRABALHO DO GAPR

Durante os meses de setembro e outubro, tivemos a continuidade do nosso projeto de Produção de Textos. O assunto estudado desta vez foi SAÚDE.

Como tratava-se de um tema de interesse de todos, convidamos os professores rurais, as famílias, toda a comunidade para um debate sobre o mesmo. Assim, além dos cursos normais, aconteceram nos municípios de Chiapetta, Coronel Bicaco e Miraguaí, reuniões onde a questão saúde foi debatida com médicos, dentistas, enfermeiras e comunidade em geral. Para preparação e efetivação deste trabalho, contamos com a colaboração da Escola de Enfermagem de Ijuí.

Ainda em outubro, foi realizado um curso envolvendo questões de redação com professores rurais de Derrubadas, município de Tenente Portela.

COMPORTAMENTO INFANTIL

Sempre ouvimos dizer que educar crianças não é fácil. Vamos pais, professores e demais pessoas preocupadas em acertar no que se refere ao tratamento com elas.

Trazemos aqui um texto retirado do livro "Para gostar de ler" nº 1 que permite uma reflexão sobre o comportamento infantil.

HORA DE DORMIR

— Por que não posso ficar vendo televisão?
— Porque você tem de dormir.
— Por quê?
— Porque está na hora, ora essa.
— Hora essa?
— Além do mais isso não é programa para menino.
— Por quê?
— Porque é assunto de gente grande, que você não entende.
— Estou entendendo tudo.
— Mas não serve para você. É impróprio.
— Vai ter mulher pelada?
— Que bobagem é essa? Ande, vá dormir que você tem colégio amanhã cedo.
— Todo o dia eu tenho.
— Está bem, todo dia você tem. Agora desligue isso e vá dormir.
— Espera um pouquinho.
— Não espero não.
— Você vai ficar aí vendo e eu não vou.
— Fico vendo não, pode desligar. Tenho horror de televisão. Vamos, obedeça a seu pai.
— Os outros meninos todos dormem tarde, só eu que durmo cedo.
— Não tenho nada que ver com os outros meninos: tenho que ver com meu filho. Já para a cama.
— Também eu vou para a cama e não durmo, pronto. Fico acordado a noite toda.
— Não comece com coisa não, que eu perco a paciência.
— Pode perder.
— Deixe de ser malcriado.
— Você mesmo que me criou.
— O quê? Isso é maneira de falar com seu pai?
— Falo como quiser, pronto.
— Não fique respondendo não: cale essa boca.
— Não calo. A boca é minha.
— Olha que eu ponho de castigo.
— Pode pôr.
— Venha cá! Se der mais um pig, vai levar umas palmadas.
— ...
— Quem é que anda lhe ensinando esses modos? Você está ficando é muito insolente.
— Ficando o quê?
— Atrevido, malcriado. Eu com sua idade já sabia obedecer. Quando é que eu teria coragem de responder a meu pai como você faz. Ele me descia o braço, não tinha conversa. Eu porque sou muito mole, vou cê fica abusando. ... Quando ele falava as



tá na hora de dormir, estava na hora de dormir.

— Naquele tempo não tinha televisão.
— Mas tinha outras coisas.
— Que outras coisas?
— Ora, deixe de conversa. Vamos desligar esse negócio. Pronto, acabou-se. Agora é tratar de dormir.
— Chato.
— Como? Repete, para você ver o que acontece.
— Chato.
— Tome, para você aprender. E amanhã fica de castigo, está ouvindo? Para aprender a ter respeito a seu pai.
— ...
— E não adianta ficar aí chorando feito bobo. Venha cá.
— Amanhã eu não vou ao colégio.
— Vai sim senhor. E não adianta ficar fazendo essa carinha, não pense que me comove. Anda, venha cá.
— ...
— ...

— Bati porque você mereceu. Já acabou, para de chorar. Foi de leve, não e doeu nem nada. Peça perdão a seu pai vá dormir.

— ...
— Por que você é assim, meu filho? Só para me aborrecer. Sou tão bom para você, você não reconhece. Faça tudo que você me pede, os maiores sacrifícios. Todo dia trago para você uma coisa da rua. Trabalho o dia todo por sua causa mesmo, e quando chego em casa para descansar um pouco, você vem com essas coisas. Então é assim que se faz?
— ...
— Então você não tem pena de seu pai? Vamos! Tome a bênção e vá dormir.
— Papai.
— Que é?
— Me desculpe.
— Está desculpado. Deus o abençoe. Agora vai.

— Por que não posso ficar vendo televisão?
(Fernando Sabino)



CHEIRO ARMA DE ES

Vocês conhecem o cheiro de armário de escola? É sim, eles têm um cheiro inconfundível. Deve ser dos papéis, cadernos, livros e outros materiais que neles são guardados. Quando nos colocamos diante de um destes armários ficamos pensando: Para que guardar tanta bugiganga? Quanta coisa velha tem aqui. Tem vontade de fazer uma boa limpeza, porém, não a fazemos. Por quê? Porque como diz o velho ditado, "quem guarda o que não presta, tem o que precisa" e, nós acrescentamos: mesmo que nunca ocupemos.

O que escrevemos até aqui vale tanto para escolas do meio rural quanto para escolas da cidade. A situação

UM POUCO DA VIDA DOS ÍNDIOS

Uma das dificuldades enfrentadas pelos professores para desenvolver o seu trabalho é a falta de material adequado. Com a finalidade de atender um pouco esta necessidade estaremos publicando neste suplemento, textos didáticos. Começaremos com estes dois que são indicados para a área de estudos sociais da 4ª série.

Você já parou uma vez para ouvir o canto dos pássaros numa mata, o barulho das águas de um rio correndo entre as pedras, ou o barulho da chuva, do trovão, do vento? Como seria bom se pudéssemos viver e sentir todas estas coisas maravilhosas. Amar as plantas, os animais, os rios, viver bem junto de tudo isto. Para nós esta vida é muito difícil, não acham? Mas aqui mesmo no RS, há mais de 10.000 anos, viviam pessoas que tinham esta felicidade. Eram os índios, os primitivos habitantes destas terras. Vamos saber um pouco da vida dos índios.

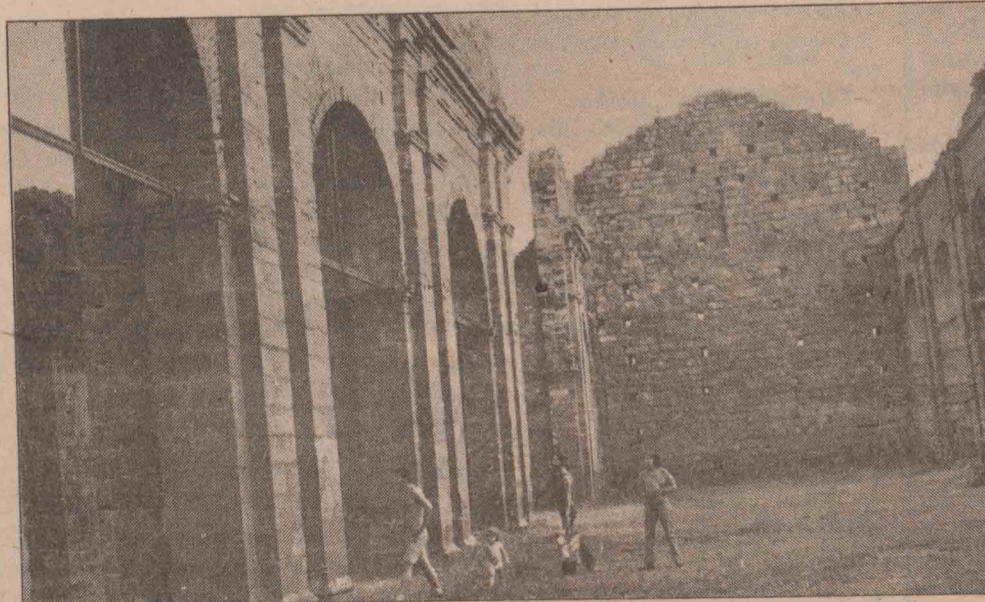
Eles viviam em suas tribos e eram muito unidos. Todos trabalhavam para conseguir alimentos para toda a população da tribo. Eles moravam nas matas e nos campos. Caçavam, pescavam, colhiam frutos e raízes, também derrubavam árvores para poder plantar. Esta era uma tarefa feita pelos homens. Os troncos e tocos das árvores que eles derrubavam, eles queimavam, e este trabalho todo era chamado de coivara.

As mulheres cozinhavam, cuidavam das crianças, plantavam e colhiam.

As crianças brincavam muito, mas também ajudavam os mais velhos. As meninas cuidavam dos ir-

mãos pequeninos e mastigavam algumas raízes para se fazer bebidas. Os meninos ajudavam os homens a carregar as armas de caça e espantavam os pássaros das roças em época de colheita.

Todos trabalhavam, e tudo o que eles conseguiam com o seu trabalho era para todos eles se alimentarem. Os índios nessa época não precisavam comprar nada, não conheciam dinheiro, entre eles não existiam lojas nem supermercados. Não existia também patrão e empregado, todos viviam iguais.



As ruínas de São Miguel: Depois da chegada dos jesuítas mudou a vida dos índios

Quando um grupo de índios aprendeu a jogar futebol, sempre que jogavam uma partida faziam o possível para dar empate. Isto porque, entre eles não existia a competição, a rivalidade, mas sim a igualdade e união.

E CHEGARAM OS PADRES JESUITAS

Nós estudamos como viviam os índios aqui no Rio Grande do Sul. Por todos os lugares somente existiam os primitivos habitantes, muitos bichos, árvores, rios e mar, de onde eles — os índios — tiravam a sua alimentação e tantas outras coisas que precisavam para viver. De repente, começaram a chegar por estas terras,

os europeus — Portugueses e Espanhóis. Junto com eles vieram uns padres que eram chamados de Jesuítas. Estes padres vinham para cá com uma missão muito importante para eles: catequizar os índios. Durante um longo tempo que aqui estiveram (séculos XVI a XVIII) modificaram muito a vida dos índios. Quem já viu falar dos Sete Povos das Missões, ou então das ruínas de São Miguel? Pois isto tudo foi obra dos índios juntamente com os Jesuítas. Mas o que mudou? Como passou a ser a vida dos índios, o seu trabalho e seus divertimentos nesta época?

Todos trabalhavam. Sua alimentação estava no trabalho coletivo. De manhã, eles desfilavam pelo pátio da missão e depois dirigiam-se para o campo ao som da flauta e tambor. Levavam consigo a imagem de São Isidoro, patrono dos agricultores. Tudo o que eles colhiam servia para se alimentarem e se vestirem. Mas havia sobras de produtos que os padres entregavam para a "Ordem dos Jesuítas" e estes vendiam. O dinheiro servia para pagar impostos, comprar mantimento e uma parte ficava com os padres. Durante o trabalho de colheita ou de plantio, os padres organizavam o descanso, com jogos, caças e rezas.

Assim os índios viveram durante mais ou menos trezentos anos. Felizes talvez, mas já não mais na mesma maneira que viviam antes.

RO DE ÁRIO ESCOLA

ção é mais ou menos a mesma. Vamos no entanto, pensar mais diretamente nas escolas do interior. Além do tradicional armário, normalmente vamos encontrar uma ou mais salas de aula, uma pequena secretaria, o pátio com suas casinhas e só. Nas chamadas escolas de área existem mais alguns recursos, uma pequena biblioteca, talvez alguns mapas e já vamos ficando por aí. No mais, é giz e quadro verde.

Sem falar no salário do professor, nas suas poucas condições de estudar e se aperfeiçoar, vamos comentar um pouco sobre o dia a dia deste trabalhador da educação. Com uma turma de crianças na sua frente, para

as quais deve transmitir as informações que estão nos livros, e os comportamentos que dizem serem corretos. Sem falta de esforço e dedicação, desenvolve o seu trabalho. Preocupado com o que os seus alunos devem aprender para passar de ano, o professor dedica todo o seu carinho às crianças. Briga com elas às vezes, perde o entusiasmo, mas isto é coisa muito normal em qualquer situação.

Sabemos no entanto que na maioria dos casos, as crianças, e principalmente as famílias, criticam muito a escola de hoje. "Não se aprende mais nada, nem conta de juro meu filho sabe fazer." Ou então. "O que se aprende hoje em dia na escola não

serve para nada, não se liga à nossa realidade". . .

Vejam! Neste mesmo artigo afirmamos que o professor se esforça para fazer um bom trabalho escolar e, que as famílias não estão satisfeitas com o que se faz nas escolas. O que está acontecendo? Certamente existem muitas coisas contribuindo para isto. Mas talvez o nosso querido armário também tem parte nisto tudo. Pensem um pouco. Se começarmos a colocar ali dentro coisas colhidas no meio em que vivemos e começarmos a usá-las a tal ponto que o seu cheiro mude, será que também não estaremos mudando a qualidade do nosso trabalho?



MONTAGENS E CONSTRUÇÕES

(Uma técnica de ensino)

O trabalho do professor é difícil. Muito mais difícil ele se torna quando vemos que as condições para desenvolvê-lo são ruins. A falta de recursos é um problema muito sério que todos enfrentam. Nas escolas do interior este é um aspecto evidente. No entanto, quem não tem cachorro caça com gato nos diz a sabedoria popular. Talvez nós tenhamos ao nosso redor muitos materiais que po-

dem ser utilizados para desenvolvermos ótimos trabalhos com as nossas crianças. Basta para isto usarmos a imaginação e descobirmos algumas maneiras de trabalhar. Para auxiliar os professores e alunos nesta tarefa, vamos dar uma dica. Publicamos a seguir uma técnica onde o material utilizado é simples, barato e fácil de encontrar.

Material: Caixas e caixinhas de

diversos tamanhos e formatos, rolos, copinhos de iogurte, papéis para dobradura e colagem, bases de papelão, fita gomada, cola, alfinetes, percevejos, tesouras, guache, etc.

Processo: Colocar o material à disposição e deixar que criem formas livres, não interferir, a não ser que surja um problema técnico que a criança sozinha não consegue superar. Mas sempre, quando possível, deixá-la resolver sozinha o problema. Cabe ao professor, acompanhar com interesse o trabalho e estimular. As montagens e construções podem ou não ser feitas em cima de uma base de papelão. Vão surgir, casas, edifícios, robôs, animais, monstros . . . As construções podem ser complementadas com dobraduras, colagens pinturas.

Observação: Este material, considerado lixo, pode ser coletado em casas de comércio, indústrias, etc. Deve haver material em abundância, porém uma diversidade grande demais pode confundir. Por isto é bom agrupar os materiais. Por ex. grupo 1: — material acima citado. Grupo 2: — limália de ferro, arames, latinhas, base de madeira, pregos, martelo . . . Grupo 3: — restos de madeira, ripas, taquaras, cordões, pregos, serrote, martelo.

Objetivos: Propiciar contato com o material mais diversificado, desafiar a busca de soluções novas e adequadas ao tipo de trabalho.

Observação: Com este tipo de trabalho consegue-se incentivar mesmo aqueles que estão temporariamente desinteressados.

ESTÓRIAS DE PROFESSOR

A COLA

Havia o professor preparado uma sabatina de História para a turma da 8ª série. A Revolução Industrial era a matéria estudada. Entrou ele em sala com muita vontade de fazer um bom teste com seus alunos.

— Guardem cadernos e livros, somente uma folha sobre a classe.

Quando o professor virou-se para o quadro verde a fim de escrever as questões veio o aviso.

— Professor! Não apaga, não apaga. Isto é matéria de Técnicas Industriais que a professora já deixou pronta para a próxima aula.

Prontamente começou o professor a ditar as perguntas. De repente percebe que um aluno cutucou outro olhando para o quadro. Foi então que o professor apercebeu-se. Estava escrito um resumo dos conteúdos do teste.

MENINO MALANDRO

Numa aula de Ciências, perguntei a um aluno.

— Fábio, diga-me duas coisas que você tem no abdômen. Ele me respondeu:

— Os braços e as pernas.

Então o Chico, de 8 anos, diz com seu jeitinho malandro:

— Só se tu estás esperando nenê!

Silvia Lima Portes — Professora de Chiapetta.

OS PONTINHOS

Uma aluna do primeiro ano, muito aplicada, tinha um grande problema. Apesar de ler e escrever muito bem, sempre atrasava a realização dos exercícios.

"Complete os espaços pontilhados". Era esta quase sempre a ordem dos trabalhos.

Um dia a professora resolve fazer um exercício destes como tema de casa. Escreveu no quadro verde. Todos copiaram e foram embora, menos a aluna problema. A professora muito paciente senta ao lado da menina e pergunta. — Posso ajudar?

E veio a resposta prontamente.

— Pode sim. Conta pra mim os pontinhos do número quatro.

A SAÚDE NOSSA

Certa ocasião, conversando com o Sr. Francisco Lemanski, 83 anos, velho morador da cidade de Ijuí, ele nos contava da importância da saúde para os primeiros moradores, das formas que utilizavam para conservá-la e dos métodos simples empregados para curar as doenças.

Gostaria de citar um dos fatos que demonstram como eles, os antigos colonos, agiam em sua própria proteção, muitas vezes fracassando em seu intento outras vezes lutando e vencendo.

As palavras são do Sr. Lemanski:

“ — (...) Eram brabos os primeiros anos, prá temperar o feijão, botava uns pedaços de abóbora, senão de mandioca, para dar um gosto diferente (...)

— E as doenças que existiam?

— Isto a gente curava. Vejam, este talho na minha cabeça!

Isto não viu médico. Perto de casa, tinha uma plantação de funcho, parecido com erva-doce em umas touceiras, e uma época isto estava grande assim. O finado pai arrumou uma enxada, afiou-a bem e disse: — Eu vou arrancar touceiras. Perto da casa isto não tem serventia. Eu fui atrás e disse: — Olha pai, eu vi uma abóbora. — Então leva. Ele pensou que era por aqui. Eu arrodiei por fora, me enfiei lá por baixo, gatinhando e fui tirar a abóbora. Ele não me viu e largou a enxada. Pegou o osso, tem (até) o canal dentro do osso. Eu ainda saí correndo e só parei quando o sangue me tapou a vista. Daí eu tinha que parar e meu pai me pegou.

— Que remédios usaram?

— Eu sei que usaram sal e vinagre, aí em cima. Bom, não me lembro se doeu mas eu sei que me curaram sem me levar no médico e sem remédio de farmácia.

— E, morria muita gente naqueles tempos?

— Que eu saiba todos se cria-



ram. Me lembro apenas de dois mas já rapaz um com 12, outro com 14 anos. Bem, mas aí eu já era guri de escola.

Registro realizado como parte de uma pesquisa sobre “A história de Ijuí” para IPP-FIDENE feito por Leani Rick e Ruth Matte em agosto de 1977.

— Estes casos, provavelmente, aconteciam com certas levas de imigrantes. Parece que alguns não gostavam muito do clima daqui.

— Bem, o finado pai falava que

quando tiveram que parar ali nos barracões, foram construídos para abrigar as primeiras levas de imigrantes, vieram umas quantas famílias suecas. Diz que veio gente com peste. Morreram quase todos aqueles suecos. O pessoal queimou tudo que eles tinham trazido nos baús. Diz que tinha tanta coisa bonita e boa mas achavam que pegava a doença e por isso, amontoaram e queimaram tudo...”

A maneira de viver daqueles tempos não foi a mesma da atual.

Os problemas e doenças que atingiam as pessoas eram em parte diferentes. Não haviam médicos por perto, nem muitos remédios e eles aprendiam a se virar com o que tinham e com o que a natureza oferecia. Por outro lado, a própria natureza se apresentava com mais saúde: o ar, a terra, as plantas, os animais.

O homem vivia de maneira mais simples, menos agitada. A vida era repartida entre o trabalho e o descanso. Na maioria das vezes, passeios, pequenas, boas conversas e o dormir “com as galinhas” como se dizia. Mas, nem todas as paradas eram ganhas, a vida era difícil e muitos pioneiros ficaram no meio do caminho.

Hoje as condições são outras. Tipo de vida, de trabalho, de alimentação, de lazer, de hábitos. A saúde das pessoas também é afetada diferentemente. São outras doenças, tanto físicas como mentais, próprias do tipo de sociedade e de natureza existentes atualmente. As plantas e os animais que fazem parte de nossa alimentação podem comprometer a saúde pela contaminação de que são portadores, o ar que se respira, a água que se toma, a impossibilidade de consumir alimentos necessários por uma grande parte do povo, as exigências da vida atual, tudo tem relação direta com o estado de saúde.

Além disso, médicos ainda não são conhecidos por muita gente.

Ao se falar em saúde, a maioria das pessoas pensa logo em doenças. Nós poderíamos acrescentar: saúde é mais que uma questão de cuidados com as doenças. É resultado da combinação de todos os elementos que fazem parte da vida do homem: o trabalho, o lazer, a natureza, etc.

Texto produzido por Ruth Matte (1977) a partir do registro feito com o Sr. Francisco Lemanski.

O VOVÔ POLONÊS

— Vovô, como teu cabelo está branquinho! Quando você nasceu já tinha Ijuí?

— Foi bem no começo de nossa cidade. Os meus pais saíram lá da Polônia em 1890, levaram quase um ano para chegar aqui.

— Tanto tempo! Por que eles vieram?

— A situação lá não estava boa. E pobre é sempre pobre...

Eles vieram pobres só prá trabalhar. E depois, fizeram tanta propaganda, e era boa, mas os primei-

ros tempos foram duros.

— E daí, chegaram, ganharam tudo de graça, ficaram ricos e felizes?

— Ah! Ah! Ah! Nada disso, a coisa foi bem difícil. O finado pai, se não me engano, esperou uns 5 ou 6 meses pela medição das terras. Ficaram nuns barracões, mais ou menos ali onde agora fica o Grupo Escolar Rui Barbosa. Certo não se pode dizer pois não existiam ruas naquele tempo. Dentro dos barracões, não havia repartições, ficavam todos juntos lá dentro. De uma feita,

tinha umas quantas famílias suecas nos barracões e quase todos morreram de uma doença que pegaram talvez no navio. E as coisas que trouxeram, tanta coisa boa e bonita naqueles baús, foram todas amontoadas e queimadas para que a doença não pegasse nos outros”.

Extraído da monografia: Educação a partir de uma perspectiva popular feita por Dulci e Ruth Matte, Jertha dos Santos e Leani Rick — 1978.



O vovô Lemanski